



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS - FLUC
2º CICLO - MESTRADO

HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA: ESPAÇOS, PODERES, QUOTIDIANOS



D. ISABEL DE PORTUGAL, ÍNCLITA DUQUESA DA BORGONHA (1430-1471),
DIPLOMATA EUROPEIA DO SÉCULO XV

Contributo para uma bibliografia crítica.

FELIPE PARISOTO

COIMBRA

2011

FELIPE PARISOTO

D. ISABEL DE PORTUGAL, ÍNCLITA DUQUESA DA BORGONHA (1430-1471),
DIPLOMATA EUROPEIA DO SÉCULO XV

Contributo para uma bibliografia crítica.

Dissertação em História da Idade Média,
apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra, sob a orientação
da Professora Doutora Maria Teresa Nobre
Velo.

COIMBRA

2011

Aos meus Pais

*A cada um a dama abençoa
Pela sua doçura, pela sua sabedoria
Viva a senhora, e bendito seja
Quem nos dá tal princesa!*

Martin le Franc (séc.xv)

AGRADECIMENTOS

O estudo que a seguir apresentamos resultou de muitos meses de trabalho e de pesquisa. A sua conclusão deve-se, em grande parte, não só ao valioso apoio e auxílio de meus Pais e de meus Mestres, mas também ao estímulo dos meus Amigos. Por isso, aqui desejo deixar-lhes expresso o meu reconhecimento.

Aos meus Pais agradeço, penhoradamente, a aposta feita na minha formação superior e o apoio financeiro.

À minha orientadora, Prof. Doutora Maria Teresa Nobre Veloso, o meu bem-haja pela inteira disponibilidade com que me apoiou e auxiliou, ora corrigindo, ora sugerindo, inúmeros aspectos que me tinham escapado durante a elaboração do meu estudo.

Aos meus Professores da Universidade de Coimbra, do Curso de Mestrado de História da Idade Média, agradeço a formação completamente nova que me propiciaram, apurando o meu olhar para a Península Ibérica (e em particular para a História medieval portuguesa), de modo bem diferente daquilo que havia aprendido no Brasil.

Aos prezados Colegas de Mestrado, companheiros desta viagem ao mundo medieval, o meu bem-haja pela partilha solidária de ideias e dificuldades destes últimos dois anos.

Coimbra, 25 de Julho de 2011.

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo apresentar a acção política, diplomática e administrativa de D. Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha (1430-1471). Além disso, buscaremos inseri-la no contexto europeu de seu tempo, abordando a conjuntura comercial e de alianças entre os principais reinos do Ocidente, assim como a estrutura do estado principesco da Borgonha. Por fim, apresentaremos uma bibliografia crítica, com o intuito de auxiliar e incentivar novas pesquisas nesta área.

Palavras-chave: Relações luso-borgonhesas, diplomacia, alianças matrimoniais, crítica bibliográfica, estado principesco da Borgonha, Isabel de Portugal.

ABSTRACT

This dissertation has an objective to present the political, diplomatic and administrative action of Isabella of Portugal, duchess of Burgundy (1430-1471). In addition, we will seek put her in the European context of her time, treating the commercial conjuncture and trade alliances between the major kingdoms of the west, as well as the structure of the princely state of Burgundy. Finally, we will present a critical bibliography, with the intention of facilitate and encourage further research in this area.

Keywords: Luso-Burgundian relations, diplomacy, marriage alliances, critical literature, princely state of Burgundy, Isabella of Portugal.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: A evolução territorial do estado da Borgonha.....	29
FIGURA 2: A divisão territorial com o tratado de Troyes (1420).....	40

SUMÁRIO

1. Introdução	11
1.1. Justificativa.....	11
1.2. Notas sobre a bibliografia.....	12
1.3. Objectivos.....	13
1.3.1. Contextualização.....	13
1.3.1. Crítica.....	14
1.4. Metodologia.....	14
2. A linhagem de Avis e Lencastre: origem histórica.....	17
2.1. Filipa de Lencastre e o surgimento de uma nova corte.....	19
2.2. A antiga aliança entre Portugal e Flandres.....	22
2.3. O matrimónio de Isabel de Portugal e Filipe, <i>o Bom</i>	26
2.4. O contrato matrimonial.....	27
3. O estado da Borgonha.....	30
3.1. Expansão e política matrimonial da Casa de Valois.....	30
3.2. Entre crises e traições: ascensão e queda de João <i>sem Medo</i>	35
3.3. Alianças do estado borgonhês no tempo de Filipe, <i>o Bom</i>	40
4. O papel político da duquesa: as primeiras delegações de poder.....	44
4.1. Isabel e a diplomacia: O Tratado de Arras.....	47
4.2. Conflitos com Inglaterra e revoltas em Flandres.....	49
4.3. As conferências de Gravelines.....	51
4.4. A libertação de Carlos de Orléans.....	54
4.5. As negociações com Carlos VII e as conferências de Châlons.....	55
4.6. Luxemburgo e Holanda: a habilidade administrativa de Isabel.....	58
4.7. O processo de aquisição de Génova.....	61
4.2. As relações com Aragão e Portugal.....	62
5. O afastamento político de Isabel.....	66
5.1. Os acordos finais com Inglaterra.....	68

5.2. Os últimos anos da duquesa da Borgonha.....	70
6. Análise crítica da bibliografia sobre Isabel de Portugal.....	73
6.1. As crónicas de Chastellain (1415-1475) e La Marche (1425-1502).....	73
6.2. Os primeiros estudos sobre Isabel.....	74
6.3. As biografias dos quatro duques da Borgonha, de Richard Vaughan.....	76
6.4. A duquesa da Borgonha na segunda metade do século XX.....	77
6.5. Biografias.....	78
6.6. Os estudos mais recentes.....	80
6.7. Obras contextualizadoras.....	81
7. Considerações finais.....	83
8. Bibliografia.....	85
9. Anexos.....	95
9.1. Genealogia de Isabel de Portugal.....	96
9.2. A sucessão da Borgonha de 1361.....	97
9.3. A política matrimonial da casa da Borgonha.....	98
9.4. A sucessão de Brabante, Hainaut, Holanda e Zelândia.....	99
9.5. D. João I e D. Filipa de Lencastre.....	100
9.6. Isabel de Portugal.....	101
9.7. Filipe, <i>o Bom</i>	105
9.8. Carlos, <i>o Temerário</i>	106
9.9. Carlos VII, rei de França.....	107
9.10. Reis de Inglaterra.....	108
9.11. Lista de cavaleiros da Ordem do Tosão de Ouro (1430-1461).....	109
9.12. Cronologia da acção política de D. Isabel (1430-1471).....	112

1. Introdução.

Por muito tempo envolta nas sombras da História, Isabel de Avis e Lencastre, duquesa da Borgonha, só veio ganhar reconhecimento de facto nos estudos, que sobre ela incidiam, no último século. Em tempos em que a vida pública era reservada quase exclusivamente aos homens, Isabel desenvolveu uma notável actividade no campo político, diplomático e financeiro. Foi responsável por tecer alianças comerciais e matrimoniais com Inglaterra, concluir importantes acordos e tréguas com França, garantir o suporte financeiro das tropas, supervisionar a construção de embarcações, contornar intrigas de corte e, entre outros, garantir a sobrevivência do estado da Borgonha. Que este nosso olhar mais atento possa fazer regressar a luz a figura desta nobre infanta de Portugal que consolida os importantes laços matrimoniais de princesas portuguesas e, por isso, como escreve Gonçalves: *“Ao lado dos gloriosos irmãos, Isabel de Portugal não deslustra a sua memória, antes a exalta, deixando fama que ainda hoje perdura nos recantos da Flandres, em documentos dos arquivos e em códices iluminados.”*¹

1.1. Justificativa.

Até que ponto a história de uma nação é escrita quando se menospreza os personagens que pelo bem comum a abandonam? Não continua a ser legítima filha de Portugal a duquesa que mudou por muitas vezes o rumo da história europeia?

A ideia desta dissertação surgiu em um momento específico, onde o autor buscava relacionar Portugal a uma figura muito conhecida da história de França: Joana D'Arc. Por meio de pesquisas, chegou-se à senhora sobre a qual incide o estudo presente. Mas as acções da duquesa não se restringiam às ligações com a donzela de França; muito pelo contrário, excediam as fronteiras de inúmeros reinos. O impressionante papel desempenhado por Isabel desencadeou um interesse que superava o objecto de estudo e gerou a justificativa deste trabalho. O aprofundamento da vida da duquesa era impossível na literatura de língua portuguesa disponível. Com apenas uma obra biográfica actual, traduzida de língua francesa, de carácter mais social e artístico e

¹ GONÇALVES, J. Cardoso. *O casamento de Isabel de Portugal com Filipe-o-Bom, duque da Borgonha e a fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*. p. 5

pouco aprofundado no campo diplomático e político, o nome de Isabel, com todas as suas variações, aparecia muito raramente nos catálogos das bibliotecas universitárias portuguesas. E quando o fazia, era na grande maioria dos casos em língua inglesa e francesa.

Isabel faz parte do que é conhecido como *a ínclita geração* e é referida por muitos historiadores como “*aquela que governou a Borgonha*”. Utilizando as palavras de Lacerda, autor da biografia acima citada, “uma figura notável mas injustamente esquecida pela história de Portugal e da Europa”. Apesar de fisicamente distante do país onde nasceu, Isabel manteve-se fortemente ligada à sua terra a ponto do próprio filho, o duque da Borgonha, Carlos, *o Temerário*, se declarar português.

Este estudo procura trazer ao nosso conhecimento um pouco do que foi esta Mulher que, num mundo dominado por homens, administrou e agiu com reconhecida liderança e indubitável sabedoria. Por fim, resta-nos citar as palavras escritas há 80 anos por Gonçalves e que continuam a ser tão actuais: “*“Não se fez ainda – entre nós – a justiça que merece a filha de D. João I, de Portugal!”*”²

1.2. Notas sobre a bibliografia.

É de fundamental importância esclarecer que este nosso labor assenta sobretudo numa pesquisa de carácter bibliográfico. Apesar de muitas fontes terem permanecido conservadas até a actualidade – é o caso de registos ducais, crónicas, cartas, diários, entre outras – tais documentos já foram explorados exaustivamente por uma série de autores que serão estudados neste capítulo. Além disso, leve-se também em conta as limitações decorrentes da formação científica do autor, que não lhe permitem ler originais manuscritos do século XV.

No entanto, o pequeno número de estudos dedicados a Isabel, até o momento, na literatura produzida em língua portuguesa, exigiu um grande esforço e empenho no sentido de aquisição e procura de estudos além das fronteiras nacionais. O autor não esteve limitado apenas aos catálogos e livros que pudessem ser adquiridos à distância, como é o caso dos livros em língua inglesa, mas deslocou-se pessoalmente a

² GONÇALVES, J. Cardoso. *op. cit.* p. 62

universidades, livrarias e bibliotecas francesas, luxemburguesas e belgas. A Borgonha, por ser um estado em constante relação e conflito com França e Inglaterra, suscita um tratamento mais pormenorizado em ambas as nações, apesar de muitas vezes o nome de Filipe, *o Bom*, ocultar compreensivelmente a figura de sua esposa. Além dos dois países anteriormente citados, encontram-se também estudos naqueles que outrora faziam parte do território borgonhês, como é o caso da Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Todavia, mais uma vez as limitações pessoais impõem-se no que diz respeito à produção científica em língua Holandesa. Por fim, Espanha e Itália proporcionaram pequenas obras de suporte para a compreensão geral.

1.3. Objectivos.

É importante salientar que não temos a pretensão de construir uma biografia absolutamente original desta ilustre duquesa da Borgonha, uma vez que trabalhos deste gênero já foram realizados. No entanto, esta dissertação tem como fundamento dois objectivos principais, são eles: *contextualização e crítica*.

1.3.1. Contextualização.

Em primeiro lugar, um problema ao leitor de língua portuguesa é colocado. Pelo facto das obras, que abrangem D. Isabel, serem na maioria das vezes em língua francesa e inglesa, a escrita destes estudos é direccionada aos leitores que compartilham a cultura daquela língua, ou seja, elas partem do pressuposto de que existe um conhecimento contextual prévio já estruturado, onde o domínio da geografia territorial e dos acontecimentos históricos faz parte da realidade intelectual do leitor. Todavia, sabemos que não é o que ocorre quando tais obras são transpostas para uma nova realidade, onde a ênfase naqueles contextos foi posta de lado na formação do estudante, em favorecimento da sua história nacional. Portanto, quando tais obras são simplesmente traduzidas, o leitor acaba por inserir-se, pouco preparado, em um ambiente muitas vezes de grande complexidade, onde não há qualquer amparo na obra a ser lida. Esta preocupação foi tratada neste trabalho, onde não buscamos apenas apresentar Isabel,

mas sim, inseri-la em um espaço e contexto, buscando, sempre que possível, remeter a novas obras quando as nossas limitações não permitiam maiores aprofundamentos.

1.3.2. Crítica.

Em segundo lugar, de forma a incentivar novas pesquisas e auxiliar àqueles que possuem como objectivo a continuidade dos estudos sobre Isabel, buscamos realizar uma análise crítica das obras até ao presente publicadas, de maneira a inseri-las em um contexto historiográfico e a observar a sua valia para as futuras pesquisas.

Portanto, acreditamos que ao realizar uma dissertação que abranja a contextualização histórica e a crítica de uma extensa bibliografia, possamos proporcionar àqueles que pesquisam, não só a História de Portugal, mas também a História dos portugueses, uma digna fonte de consulta, tanto no sentido de informação história, como de ponto de partida para novos estudos.

1.4. Metodologia.

Quanto à delimitação temporal dos estudos sobre Isabel, não foram encontradas inicialmente grandes dificuldade, uma vez que a sua influência se distribuiu no decorrer de toda a sua vida em Borgonha (1430-1471). Todavia, um recuo no tempo foi necessário para a compreensão de sua posição no que diz respeito às relações familiares entre a realeza ocidental. Em junção à problemática do estado da Borgonha, a atenção incidiu desde a segunda metade do século XIV até ao final do XV.

O espaço centrado no século XV, apesar de incidir nos 41 anos que durou a actuação política da duquesa, exigiu um delimitação temática. Este facto levou à divisão dos campos de influência de Isabel, são eles: financeiro, administrativo, artístico, religioso e diplomático.

Em um estudo deste gênero, onde o pormenor prevalece sobre a generalidade, julgou-se de maior importância evidenciar a acção da duquesa na esfera política, bem como, no campo administrativo, financeiro e diplomático, como forma de reconstruir a

sua influência na manutenção do estado da Borgonha e evidenciar o seu relevante papel no âmbito internacional.

Dos demais campos em que se notabilizou a acção de Isabel, apesar da grande importância que deles decorre, optamos por referir apenas os que deles se ocuparam, a saber: acção mecénica, que incentivou a produção artística e cultural flamenga; a presença constante de sua influência no meio religioso, onde despendeu grande esforço e somas de dinheiro no estabelecimento de uma nova ordem de freiras enfermeiras e na reforma de Ordens Mendicantes; e por fim, sua vida familiar e na corte, como educadora e articuladora de conflitos internos.

Quanto à estrutura do nosso trabalho, a divisão foi realizada em cinco capítulos principais com sub-divisões relacionadas.

O primeiro capítulo traz ao leitor um panorama sobre a origem histórica de Avis e Lencastre. Com a compreensão das causas que levam ao tratado de Windsor e, por conseguinte, ao matrimónio entre D. João I e Filipa de Lencastre, o leitor tem a possibilidade de situar-se tanto no contexto dos conflitos do período, como compreender a linhagem de Isabel, percebendo desta forma as suas alianças de sangue, factor deveras importante na sua futura política diplomática quando já duquesa da Borgonha. Em seguida, é realçado o papel de D. Filipa na formação da mentalidade de Isabel. Por fim, ainda na linha de acordos matrimoniais para a formação de alianças, o casamento de Isabel com Filipe, *o Bom*.

O capítulo posterior recua aos tempos de formação do estado principesco da Borgonha. O entendimento da complexidade das questões que envolvem este território é imprescindível para perceber os desafios impostos a Isabel na continuidade do tempo. Desde a sua formação como estado principesco, fruto de uma conflituosa herança real, a Borgonha passou por um grande número de conflitos e questões de legitimidade frente a Inglaterra e França. Em um período de litígio entre as Coroas citadas, a própria independência do ducado só foi garantida pela habilidade diplomática e ligações matrimoniais que levam a uma estrutura genealógica que articula nobres famílias de todo o continente, entre as quais avulta a Casa real portuguesa. E a própria situação particular da constituição ducal é um importante objecto de análise, uma vez que Isabel esteve constantemente envolvida em sublevações internas.

Com a compreensão do território e das alianças políticas e sanguíneas, os dois capítulos seguintes tratam da política administrativa e diplomática de Isabel de Portugal. Neles perpassam processos de pacificação de conflitos anglo-franceses, estabelecimento de alianças, decisões de matrimónios, realizações de conferências, acordos económicos internacionais, aquisição de território, pacificações internas e, por fim, os últimos anos da duquesa da Borgonha.

Finalmente, o último capítulo desta dissertação trata da análise crítica da bibliografia sobre Isabel de Portugal. Como salientado nos objectivos deste estudo, acreditamos que dar ao leitor o conhecimento das obras escritas sobre a duquesa, colocando-as dentro de um contexto historiográfico e crítico, pode ser de grande valia para estudos futuros. Na verdade, ao apresentar a grande parte das obras publicadas, assim como sua devida importância, a atenção pode voltar-se para a pesquisa documental ou, directamente, para a produção monográfica.

2. A linhagem de Avis e Lencastre: origem histórica.

A estratégia política-diplomática portuguesa no decorrer da segunda metade do século XIV era indubitavelmente instável. Tal facto reflete-se nas alianças da Coroa, ora pró-Castela, ora pró-Inglaterra. Por este motivo, a monarquia ficava em uma posição de significativa dificuldade.

Foi durante o reinado de D. Fernando, quando a chamada guerra dos cem anos Franco-Inglesa tomou forma e se tornou um conflito extremamente grave, que Portugal teve de posicionar-se quanto aos seus aliados. Optou por fortalecer as relações já antigas com Inglaterra, que consolidavam os seus interesses comerciais e marítimos no Atlântico. Desde 1293 que se acordara entre os dois citados países liberdade de tráfego e posteriormente, em 1308, D. Dinis celebrava com Eduardo III um tratado de comércio. No entanto, a crescente importância do porto de Sevilha ameaçava rivalizar com o notável protagonismo alcançado nas últimas décadas pela praça de Lisboa.

Às relações comerciais juntava-se a solidariedade familiar. D. Fernando apoiou, desde sempre, a causa castelhana legitimista, ou seja, aqueles que repudiavam a conquista do trono feita pelo bastardo Henrique de Trastâmara à custa do assassinato de seu meio irmão Pedro I. Estas razões justificam o envolvimento de D. Fernando nos gravíssimos conflitos que opunham, de modo cruento, a nobreza castelhana. Assim, reclamando primeiro para si próprio o trono do reino vizinho, invocando a sua ligação familiar com o monarca assassinado – ambos eram bisnetos de Sancho IV – e posteriormente, apoiando os legítimos direitos de D. Constança, duquesa de Gand, filha do assassinado rei de Castela D. Pedro, o rei de Portugal arrastou o país para um dos sangrentos palcos da guerra dos cem anos onde as duas principais potências europeias – França e Inglaterra – se debatiam³.

Com uma estratégia geoeconómica delineada⁴ e uma histórica relação de reciprocidade tanto política como económica, que adicionava ainda mais valor à união com Inglaterra, o posicionamento português em relação a este país tornou-se definitivo devido a aliança franco-castelhana ao final da década de 60 do século XIV. Todavia,

³ Sobre a sangrenta crise castelhana, ver: MANZANO MORENO, Eduardo. *História de España*. Vol. 2, p. 561-594.

⁴ O reino português já mantinha uma política de aproximação com a Inglaterra, visando o domínio marítimo atlântico. Sobre a importância de Portugal no cenário do comércio marítimo, ver o capítulo 2.2. O casamento de Isabel e a consolidação dos laços de uma antiga aliança.

apesar de uma postura favorável à Inglaterra, as relações diplomáticas portuguesas com Castela eram indispensáveis, uma vez que o contexto do comércio peninsular, e sobretudo motivos de segurança, aconselhavam a manutenção das relações luso-castelhanas. Ignorar e negligenciar esta situação seria perigoso para a estabilidade do reino.

O esforço português, porém, não foi o suficiente para evitar que D. João de Castela quebrasse o acordo de Salvaterra⁵, reiniciando os conflitos entre as duas Coroas.

Com a incursão do monarca castelhano em terras portuguesas, o então defensor do reino, João de Avis, busca auxílio militar em Inglaterra, enviando, em 1384, embaixadores⁶ a Salisbúria, com o objectivo de recrutar homens de armas, remunerados. Em troca, seria disponibilizado uma esquadra de galés portuguesas para auxílio à Inglaterra e total apoio a João de Gand, duque de Lencastre, em uma possível ofensiva ao reino de Castela.

A resposta positiva da Inglaterra chegou, porém, apenas ao entardecer de 1384, aproximadamente sete meses após o encontro em Salibúria.⁷ Na verdade, o contingente inglês só chega a Portugal em Março de 1385.

Apesar do auxílio militar efectivado, o interesse de uma aliança mais estreita com Inglaterra não deixou os planos portugueses. Foi por isso que D. João I, após as Cortes de Coimbra, ordena aos seus embaixadores em Inglaterra que, além de notificarem o novo estatuto real e a obediência a Urbano VI, iniciassem negociações para uma união formal.⁸ Estas pretensões não tardaram a acontecer.

Após o êxito obtido pelos portugueses na batalha de Aljubarrota, e tendo em conta todo o conjunto de acordos anteriormente estabelecidos, Portugal celebra em

⁵ O Tratado de Salvaterra estabelece um acordo entre os reinos de Portugal e Castela, para interromper os conflitos iniciados por D. Fernando em um período da história portuguesa denominada “as Guerras Fernandinas”.

⁶ Nomeadamente Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de Santiago, e Lourenço Anes Fogaça, chanceler da administração predecessora e chanceler-mor do Mestre de Avis.

⁷ A tardia aceitação inglesa deveu-se ao tratado de paz firmado entre Castela, França e Inglaterra, em setembro deste mesmo ano. Sempre evidenciando que, dado a conjuntura de incertezas quanto ao futuro do trono português, o reino de Ricardo II procurou manter uma postura de precaução. O monarca de Inglaterra só apoia definitivamente João de Avis depois da vitória da batalha de Atoleiros, que, ao quebrar o cerco castelhano em Lisboa, elevou a reputação do Defensor do reino, tanto face à população portuguesa, quanto no cenário internacional.

⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. p. 127

Inglaterra, em Maio de 1386, o tratado de Windsor. Este que é a mais antiga aliança diplomática ainda em vigor, explicita-se ao longo de treze artigos onde está contida uma tríplice aliança – militar, política e comercial⁹.

A união entre os dois citados reinos seria legitimada mais tarde, a dois de Fevereiro de 1387, durante a campanha anglo-portuguesa contra o reino de Castela¹⁰, quando D. João I se casa com D. Filipa de Lencastre. Esta união matrimonial consubstancia profundas mudanças na corte portuguesa não só porque deu início a uma nova dinastia – a de Avis, mas principalmente pelas significativas transformações culturais cujos protagonistas serão os príncipes nascidos do casamento de D. João com D. Filipa de Lencastre, aos quais Luís de Camões designa por “íclita geração” ou “altos infantes”¹¹.

2.1. Filipa de Lencastre e o surgimento de uma nova corte.

Para compreender a personalidade de Isabel, deve analisar-se o ambiente em que esta nasce. Para tanto, serão abordados alguns aspectos de sua vida na corte. Por esta razão, julgamos necessário uma breve apresentação de sua principal influência: sua mãe, D. Filipa.

Apesar de se tratar de uma obra clássica e significativamente ligada ao romance, que marca uma época, julgamos oportuno recordar as palavras de Oliveira Martins, quando se refere à união entre D. João I e D. Filipa:

“[...] do casamento [surge] uma idade nova para a corte portuguesa, que durante a primeira dinastia não saíra de um estado semi-bárbaro, oscilando entre a violência da vida guerreira e a carnalidade dos prazeres animais, apenas temperada pelos instintos de ordem que ditavam as leis, pela necessidade do interesse que inspirava a política; alternando o terror do inferno com o embrutecimento da sensualidade, e acabando numa positiva orgia de impudícia, tão desbragada que ofendeu a curta castidade dos tempos, fazendo esquecer, pelas aflições da desordem das guerras, o muito bem que o pobre rei D. Fernando fez à terra sobre que desnorteadamente reinou. Começava agora um dia novo.”¹²

⁹ Sobre o tratado de Windsor, ver: FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

¹⁰ Sobre a campanha militar de 1387 em Castela, ver: RUSSELL, P.E. *A intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

¹¹ *Os Lusíadas*, IV, 50

¹² MARTINS, J.P Oliveira. *Os filhos de D. João I*. p. 12

Era realmente “um dia novo”, marcado pela figura real de D. Filipa de Lencastre, nobre senhora herdeira das prestigiadas famílias Lencastre e Plantageneta.

D. Filipa , a quem Camões designa por “gentíl, formosa e ínclita princesa”¹³, nasceu em 1359, na cidade de Leicester. Era filha de João de Gand, um dos oito pretendentes à casa real inglesa, e de Branca de Lencastre. Os seus avós paternos eram o rei Eduardo III de Inglaterra e sua mulher D. Filipa de Hainaut, e os maternos Henrique de Grosmont, duque de Lencastre, e Isabel de Beaumont.

Desde cedo recebe uma educação privilegiada, sendo sua mãe, Branca de Lencastre, uma das primeiras damas da nobreza inglesa a saber ler, conhecimento e gosto passados para a jovem. Tal prazer pela leitura, levou, posteriormente, Filipa a ter grande admiração pelos livros e obras científicas de Chaucer. Além disso, notabilizou-se num círculo de escritores, entre os quais estão: Thomas Usk, Thomas Hoccleve, John Gower e Sir Oton de Granson, que foram responsáveis pela constante actualização de Filipa frente às novidades culturais europeias.

Passou grande parte da adolescência no grande castelo de Tutbury, Staffordshire, onde além dos habituais costumes inerentes à estirpe régia, como eram as caçadas, Filipa descobriu os modos de viver da nobreza continental. Na sua formação não pode esquecer-se Catarina de Roet, amante de João de Gand, com quem poderia ter aprendido heráldica e etiqueta de corte.¹⁴

Sobre seu carácter, escutemos novamente Oliveira Martins:

“[...]o próprio exemplo da devassidão paterna exercera, como tantas vezes sucede, uma acção salutar no ânimo da filha. Reagiu. Não era uma criança ingénua; era mais e melhor: era uma mulher decidida a ser boa, por isso mesmo que vira e observara de perto a maldade. Esta força de reacção, esta energia moral, que sem dúvida alguma formavam o carácter da rainha, dando-lhe a serenidade de sua face augusta, são o dote inestimável da gente saxônia.”¹⁵

¹³ *Os Lusíadas*, IV, 47. Esta designação é igualmente atribuída a D. Catarina, filha de João de Gand e Constança de Castela, casada com D. Henrique III deste reino. Esta aliança ligava pelo matrimónio a neta do rei assassinado, D. Pedro I, com o neto de seu assassino, Henrique III: “...Depois quis o Padre omnipotente/ Dar os Reis inimigos por maridos/As duas ilustríssimas inglesas/Gentis, formosas, ínclitas princesas”.

¹⁴ COELHO; Maria Helena *op. cit.* p. 151

¹⁵ MARTINS, J.P Oliveira. *op. cit.* p. 14-15

Ainda é possível acrescentar os ideais da cavalaria, que se não foram herdados de forma cabal da família, seguramente foram apropriados quando, aos 18 anos, Filipa recebe a Ordem da Jarreteira¹⁶.

O seu casamento com João I de Portugal, pelos motivos que foi possível observar no capítulo anterior, deixou à Coroa portuguesa um significativo número de herdeiros. Foram oito os filhos de D. Filipa, cuja ordem de nascimento é: Branca, Afonso, Duarte, Pedro, Henrique, Isabel, João e Fernando. Sem dúvidas, como afirma Cruz Coelho “*se o destino da mulher, que renunciara à virgindade, era o de procriar, por dentro da legitimadora e santificadora união matrimonial, Filipa era uma dona abençoada e realizada.*”¹⁷

Apesar de não sabermos muito detalhes sobre D. Filipa como educadora, pode-se observar traços de sua personalidade no comportamento de Isabel, possivelmente resultado do grande tempo que esta permaneceu na casa da Rainha, são eles: ambas permaneceram muito ligadas ao mundo inglês, não apenas no âmbito pessoal, mas com claros costumes que de forma alguma teriam sido herdados das antigas cortes portuguesas, como pode ser observado pelas palavras anteriormente citadas por Oliveira Martins; sobre a educação de Isabel nas Letras, não é difícil presumir que a filha de Branca de Lencastre teria tido certa intervenção nos seus conhecimentos; teria exercido um papel de relevo na diplomacia portuguesa e muitas vezes na condução das decisões régias; “*Like her mother, Isabella proved to be model consort*”¹⁸; porém, a mais clara característica de D. Filipa em Isabel é o fervor religioso. Conforme escreve Oliveira Marques, a rainha de Portugal era “*Muito devota, fanática talvez, aborrecia os fiéis e sabia de religião, introduzindo em Portugal costumes litúrgicos e disputando com clérigos sobre o seu exacto cumprimento*” e acrescenta: “*Nos últimos tempos de vida, o seu fervor religioso atingira o paroxismo, a implorar do céu protecção e vitória para a empresa marroquina*”.¹⁹ Tal característica seria extremamente marcante em Isabel, que

¹⁶ A Ordem da Jarreteira ou da Liga (*Order of the Garter*) é mais antiga remanescente e mais prestigiosa ordem de cavalaria do Reino Unido desde sua concepção até hoje. Fundada em 1348 – com os estatutos instituídos em 1344 - por Eduardo III, possui como base os nobres ideais da demanda ao Graal e da corte do rei Artur. Apesar de ser uma ordem de cavalaria, inicialmente mulheres podiam ser indicadas como *damas-companheiras*, possivelmente o caso de Filipa.

¹⁷ COELHO; Maria Helena *op. cit.* p. 158

¹⁸ SILVA, Manuela Santos. *Philippa of Lencastre, queen of Portugal*. p. 45

¹⁹ MARQUES, A. H de Oliveira. *LENCASTRE, Filipa de (1360-1415)*. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Mirandela, Iniciativas Editoriais, 1975, vol. III, p.479-480.

gastou grande parte de seu tempo em projectos religiosos. Desde perseguições aos hereges às questões cruzadistas, Isabel sempre demonstrou grande vigor na luta pelo triunfo da cristandade. Os próprios assuntos diplomáticos que tratava eram comumente orientados para a paz na Europa, com visão de que a luta deveria ser feita sim, mas contra aqueles que não professam a fé cristã. Por fim, sua religiosidade é ainda mais evidente nos seus últimos anos, quando despende a quase totalidade de seu tempo em auxílio aos doentes, levando assim à prática de uma das principais obras de misericórdia – curar os enfermos.

É possível concluir que, apesar de D. Filipa demonstrar no final de sua vida uma clara preferência pelos seus filhos mais velhos, é notável a grande marca que deixou também na personalidade da futura duquesa da Borgonha.

2.2. A antiga aliança entre Portugal e Flandres.

É oportuno recordar que as relações de Portugal com Flandres são muito anteriores a D. João I; remontam à própria história da formação de Portugal, quando Henrique de Borgonha, filho mais novo da primeira casa ducal desta região e procedente da dinastia Capeta, luta ao lado de Afonso VI de Castela na guerra da Reconquista. Do seu casamento, em 1095, com uma filha bastarda de Afonso VI, – D. Teresa - Henrique recebe o condado portugalense.

O auxílio de cruzados flamengos foi imprescindível para que Portugal recuperasse Lisboa das mãos dos sarracenos em 1147. Estes fortes laços com Flandres consolidaram-se em uma aliança, em 1183, quando Teresa²⁰, filha do rei de Portugal Afonso Henriques, se casa com o conde de Flandres, Filipe I de Alsácia (1168-1191).

Como herdeira da maior parte do território de Flandres e por seu casamento ter ficado sem filhos, Teresa veio a enfrentar uma série de dificuldades com os candidatos ao trono flamengo: Margarida de Alsácia e Balduíno IX de Hainaut (principalmente no que diz respeito às ingerências do seu cunhado e, posteriormente, do rei). Mas o vigor da antiga duquesa não foi abalado, a ponto de continuar com grande influência no

²⁰ D. Teresa é também conhecida, na generalidade das obras produzidas na Europa central, como Matilde de Portugal.

território. Enviou auxílio ao seu irmão D. Sancho I para a guerra contra os mouros e consegue, com grande investimento financeiro e habilidade diplomática, que seu sobrinho Fernando Sanches, terceiro filho de D. Sancho e presente na corte da França desde a morte de seu pai, se case, em 1222, com Joana de Constantinopla, filha de Balduíno IX e condessa de Flandres e Hainaut.

Fernando Sanches, por sua vez, teve um papel de grande importância no quadro internacional. Aliado de grandes personagens, entre eles os monarcas de Inglaterra e Alemanha, respectivamente João-sem-Terra e Otão IV, teve como objectivo a conquista e divisão de França. Sua ambição, porém, não foi atingida, sendo capturado em Julho de 1214 na batalha de Bouvines. Só viria ser libertado da torre do Louvre em 1225, após o pagamento de uma grande soma em dinheiro, feito por sua esposa Joana. Além da relevância no setor militar, Fernando realizou um acordo matrimonial entre sua irmã, Berengária, e o rei da Dinamarca, o que consagraria esse nobre português como importante figura no contexto ocidental²¹. No que diz respeito a sua actuação política pós-libertação, Fernando buscou restabelecer a ordem no ducado e resolver as disputas com Brabante, Holanda e Namur, heranças da fraca administração de sua esposa, que foi marcada por uma forte submissão ao soberano de França. Seu curto segundo reinado foi marcado por uma exemplar fidelidade na luta pela causa francesa, onde defendeu, de 1228 a 1230, os interesses de sua tia Branca de Castela e seu primo Luís IX²² contra a revolta anglo-feudal em Artois e Anjou.²³

A linhagem de Fernando acabou por extinguir-se quando, após sua morte em 1233, a sua única herdeira, Maria, nascida em 1231, vem a falecer poucos anos depois. As ligações matrimoniais entre Portugal e Borgonha só voltariam a acontecer quase dois séculos mais tarde, com a união de Filipe, o Bom com a infanta Isabel. Todavia, apesar do rompimento dos laços de sangue, as relações comerciais permaneceram com grande vigor, o que impossibilitava um desligamento entre os referidos parceiros.

²¹ VELOSO, Maria Teresa Nobre. *D. Afonso II, "o Gordo"*. p. 81-84.

²² Com a morte de Luís VIII em 1226 e a menoridade de Luís IX, Branca de Castela assume a regência de França de 1226 a 1234. Ver: VELOSO, Maria Teresa Nobre. *D. Urraca e D. Beatriz, construtoras da paz*. p. 45.

²³ HOUTTE, Jan A. Van. *As relações políticas e dinásticas entre Portugal e Bélgica*. p. 17-18.
ESPERANÇA, Frei Manuel. *Monarquia Lusitana*. Parte VIII, p. 28-40.

Muito do crescimento inicial do comércio português deu-se devido às relações com Flandres. Os panos flamegos desde o século XII conquistavam paulatinamente o mercado europeu, e mesmo distante, Portugal já possuía conhecimento deste, a ponto de D. Afonso III, em 1253, estabelecer o preço máximo dos tecidos de oito centros de tecelagens da região²⁴. É possível que a proveniência dessa mercadoria seria do porto de Santander, na Cantábria, posteriormente trazida para Portugal por castelhanos e portugueses.

Com o aumento do volume de transacções no Ocidente, reflexo de uma forte economia, as feiras champanhesas tornavam-se inviáveis, devido ao alto custo do transporte terrestre. A alternativa encontrada foi a utilização de navios de mar alto com grande tonelagem. As primeiras viagens regulares entre o Mediterrâneo e a Flandres devem-se a Génova que desde 1278 atravessou o estreito de Gibraltar em busca do riquíssimo mercado do norte da Europa. A consequência deste comércio regular trouxe ao porto de Lisboa um extraordinário desenvolvimento de que Fernão Lopes deixou inequívoco testemunho:

*“Avia outro si mais em Lixboa estantes de muitas terras em huuma soo casa, mas casas de huma naçom, assi como Genoeses e Prazentijns, e Lombardos e Castellaães Daragon, e de Maiorgua e de Millam, que chamavom Millaneses, e de Corcijns e Bizcainhos, e assi doutras naçoões a que os Reis davam privilegios e liberdades (...). E por tanto vijnham de desvairadas partes muitos navios a ella [Lisboa] em guisa que com aquelles que vijnham de fora, e com os que no reino havia jaziam muitas vezes ante a cidade quatro çentos e quinhentos navios de carregaçom”*²⁵

A crescente exportação dos produtos agrícolas portugueses para os países do norte²⁶, comercializados principalmente por venezianos, genoveses e florentinos estabelecidos em Lisboa, propiciariam um significativo crescimento da classe mercantil.

No final do século, entre os anos 1379 e 1395, muitos eram os problemas internos na Flandres. Com uma guerra civil contra a política centralizadora de Guilherme V de Hainaut, o comércio internacional foi fortemente prejudicado. Como estratégia, Guilherme transferiu-se para Middelburg, capital de Zelândia e buscou ali restaurar o esplendor comercial. Posteriormente, seu irmão e regente, Alberto da

²⁴ São eles: Arras, Bruges, Comines, Gand, Lille, Saint-Omer, Tournai e Ypres.

²⁵ Fernão Lopes, *Crónica d'El Rei D. Fernando*.

²⁶ Entre os principais produtos estão: o azeite, o vinho, o açúcar de cana, as frutas meridionais, a cortiça, a cera e o mel. Outra produto que ganhou grande destaque foi o sal de Setúbal, forte concorrente do produzido na região da baía de Bourgneuf.

Baviera, procurou reforçar ainda mais as transacções no Swin. Filipe, *o Bom*, enquanto duque de Flandres, por sua vez buscou reviver o esplendor do porto de Bruges, e não hesitou em convidar e prometer proteções, em 1387, aos navios portugueses que tinham como destino a Zelândia.²⁷

É possível observar, portanto, uma clara atenção dada por Bruges e Middelburg aos portugueses, como uma importante forma de recuperação pós-crise. Certamente não eram apenas os portugueses que interessavam ao comércio do Báltico, mas é inegável que lá estiveram e exerceram seu reconhecido papel para o desenvolvimento da região. É importante recordar que essa entrada de Portugal nas rotas de comércio, a sua participação nas atividades de troca e o crescimento da classe mercantil, levou o país a ter uma grande preocupação nesta área, o que explica, em parte, o interesse em estabelecer um monopólio marítimo atlântico no século XIV.

A situação só viria a melhorar no século seguinte. Se alguma forma de relação entre Portugal e Flandres era ameaçada devido ao conflito do primeiro com Castela²⁸, a aliança luso-borgonhesa retoma as suas forças com a mudança da política no tempo de João *Sem Medo*²⁹, a ponto de tornar os governantes muito próximos. Com a morte do duque, as relações tornam-se ainda mais fortes.

Do retornar das relações com Portugal na administração de Filipe, *o Bom*, anterior ao casamento com Isabel, pode observar-se uma renovação dos privilégios aos portugueses, em 20 de Fevereiro de 1421, e um salvo conduto, dado por Michelle, duquesa da Borgonha, aos mercadores e marinheiros portugueses. Constam ainda ofertas e encontros de embaixadas entre ambos. Esta relação culmina no terceiro dos matrimónios de Filipe.³⁰

²⁷ HOUTTE, Jan A. Van. *O comércio meridional e a nação portuguesa em Bruges*. p. 37

²⁸ Castela possuía como aliado o reino de França, e o senhor de Borgonha, por ser vassalo de França, viria a apoiar as decisões de seu suserano.

²⁹ Ver capítulo 3.2. “Entre crises e traições: ascensão e queda de João *sem Medo*”

³⁰ O matrimónio de Isabel e Filipe não será apenas fruto da boa relação com os Portugueses. A aliança com Inglaterra por parte lusa, a influência internacional do infante D. Pedro, irmão de Isabel, entre outros fatores, serão determinantes para a conclusão da aliança. Sobre os motivos de Filipe, ver: PAVIOT, Jacques. *Les relations diplomatiques et politiques entre la Bourgogne et le Portugal (1384-1482)*. Publication du centre europeen d'études bourguignonnes (XIVe – XVIe s.), n°32, 1992.

2.3. O matrimónio de Isabel de Portugal e Filipe, *o Bom*.

Filipe, *o Bom*, nascido aos 30 dias do mês de junho de 1396, foi por duas vezes casado antes de Isabel. Primeiramente com Michelle de França, falecida em 1422, e posteriormente com Bonne d'Artois, filha do Conde de Eu e viúva do Conde de Nevers, falecida em 1425.

Por não possuir descendência, o duque envia para Portugal, em 1428, uma embaixada flamenga, em busca de uma nova esposa. E sob o comando de João, Senhor de Roubaix e de Erzelles, Filipe consegue ultimar o contrato de casamento com a infanta portuguesa, Isabel. Foram enviados à Península Ibérica novos embaixadores, em 12 de Janeiro de 1429. Sob o convite de D. João I, chegam a Arraiolos e em seguida a Avis, onde com grande festa são recebidos e com entusiasmo tratam do casamento. No entanto, foi D. Duarte e seus irmãos que tiveram o encargo das negociações, visto que o soberano, D. João I, estava muito ocupado com os assuntos do reino.

Após um mês de negociações, tempo o suficiente para que João Van Eyck pintasse o retrato da infanta, quatro mensageiros são enviados à Borgonha, em 12 de Fevereiro, a fim de obter a resposta definitiva do duque.

Em Junho, o mensageiro Pierre de Vaudrey chega para anunciar uma das mais influentes uniões de seu período. Concluindo o contrato em menos de duas semanas na vila de Sintra e ratificando-o, perante notário público, em 24 de Julho, todos os preparativos necessários estavam feitos para que no domingo 25, na presença de D. João I, D. Duarte e sua esposa, D. Henrique, D. João, D. Fernando, muitos prelados, cavaleiros, escudeiros, senhores da alta hierarquia e de grande número de pessoas de todas as esferas sociais, D. Isabel, por procuração e com palavras de presente, realizasse seu casamento.

Após 3 dias de festas, justas, torneios e banquetes, oferecidos por seu irmão D. Duarte, D. Isabel assiste à missa solene celebrada em 29 de Setembro, na Sé de Lisboa, partindo, após alguns incidentes, para a Borgonha.

Finalmente, a chegada de D. Isabel deu-se aos 25 dias de Dezembro e sua recepção um dia após. Foi acolhida com muita festa pelo povo, pela corte e pelo Duque. E no dia 7 de Janeiro de 1430, abençoado pelo bispo de Tournai, João de Thoisi, e com

as presenças portuguesas de D. Fernando, Conde de Ourém e do Bispo de Évora, é realizado o enlace religioso entre Filipe III e Isabel de Portugal.

No âmbito das relações do estado da Borgonha, esta união representou, diversamente das anteriores, um rompimento com a dinastia de França e uma aliança com a Casa de Inglaterra, o que não mostrava mais apenas a oficial mudança de lado, mas um certa independência por parte do duque.

2.4. O contrato matrimonial.

A escritura do contrato de casamento de D. Isabel foi celebrado em Lisboa a 23 de Julho de 1429 na presença de D. João I e dos príncipes, irmãos da noiva, D. Duarte, D. Henrique, D. João e D. Fernando.

O duque fez-se representar pelos seus procuradores a quem tinha outorgado plenos poderes para este efeito em escritura celebrada em Bruges a 5 de Maio do referido ano. Este diploma estabelece, por ordem de prioridade, aqueles que podem representar o noivo na cerimónia nupcial a celebrar em Lisboa.³¹

Do contrato de casamento podem evidenciar-se os seguintes pontos:

1 – O modo respeitoso como é designado o rei de Portugal e sua filha não deve ser entendido apenas como uma fórmula tabeliônica mas representa, quer para o monarca quer para sua filha, o reflexo de uma realidade vivida e actuante. D. João é mencionado como “ilustríssimo, muito vitorioso e poderosíssimo”; D. Isabel é designada por “ilustríssima, distinta e muito nobre princesa”. D. João acabara de sair vitorioso da empresa de Ceuta; Isabel era há mais de três lustros a única senhora princesa que vivia no paço e representava, com toda a dignidade, as funções habitualmente inerentes à rainha.

2 – A fixação imediata do dote e a vultuosa quantia envolvida. D. João I deveria entregar ao duque, seu futuro genro, cento e cinquenta e quatro mil coroas de ouro as

³¹ Os diplomas mencionados, além de outros podem ser consultados em edição bilingue (latim e português) em NASCIMENTO, Aires A (ed.). *Princesas de Portugal. Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI*. Lisboa, Editora Cosmos, 1992.

quais seriam repartidas e entregues em fracções, salvaguardando sempre eventuais desvalorizações monetárias.

3 – Evidencia-se neste contrato o protagonismo dos cambistas de Bruges nas mãos de quem o rei de Portugal deveria entregar e depositar cem mil coroas de ouro que deveriam ser entregues ao duque após a celebração solene do matrimónio.

4 – Todas as despesas relativas a roupas e jóias, bem como todos os gastos efectuados por D. Isabel durante a sua viagem para a Flandres, e estada nesta região, até ao momento de celebrar solenemente o casamento, correriam por conta de seu pai, D. João I. No entanto, estabeleceu-se uma data limite máximo para a dita cerimónia – dois meses, a contar do desembarque da princesa no porto de Écluse.

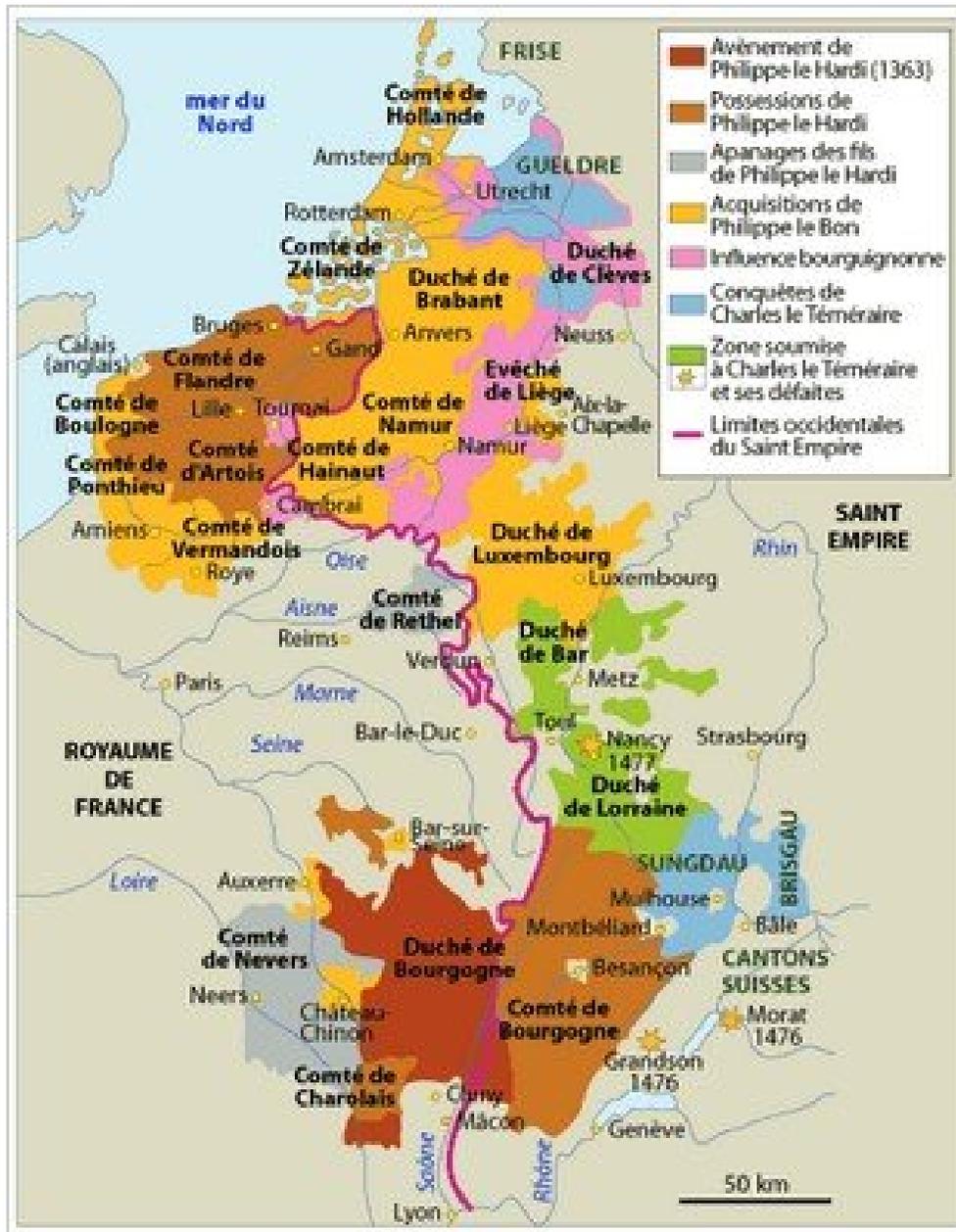
5 – Fixa-se a partilha dos bens próprios e adquiridos à morte de um dos cônjuges.

6 – Estabelece-se que D. Isabel se torna súbdita da Borgonha com todos os direitos inerentes.

7 – Salienta-se a presença de mercadores florentinos como testemunhas “especialmente convocadas e rogadas para o efeito”.

A 25 de Outubro de 1433 foi passada carta de quitação dos cento e cinquenta e quatro mil coroas a D. João I após o casamento “contraído e consumado”.

FIGURA 1: A evolução territorial do estado da Borgonha



3. O estado da Borgonha

Para compreender a decisiva acção de Isabel no contexto dos reinos ocidentais é necessário perceber o território ocupado pelo estado da Borgonha, tanto em âmbito político quanto espacial. Além disso, torna-se imprescindível, para a análise aprofundada da diplomacia borgonhesa, o conhecimento das ligações matrimoniais que delinearão a forma deste território.

Em termos de cronologia, a história do estado da Borgonha é delimitada tradicionalmente pela vida de seus quatro duques da casa de Valois³², são eles: Filipe, *o Bravo* (1363-1404), João *sem Medo* (1404-1419), Filipe, *o Bom* (1419-1467) e Carlos, *o Temerário* (1467-1477). Este capítulo tem como objectivo tratar do período que corresponde ao governo dos dois primeiros duques supracitados, uma vez que os demais serão abordados no decorrer deste estudo. Enfatiza-se também o carácter contextual desta nossa divisão, que não tem por objectivo abranger a totalidade dos acontecimentos. Para este fim sugerimos obras de maior profundidade³³.

Primeiramente queremos deixar claro que a concepção de estado aqui apresentada não é fundamentada na ideia de *Estado-Nação*, *Estado-Soberano* ou *Estado-Real*, baseia-se sim, em um estado que se caracteriza pela existência de um poder político encarnado em uma dinastia principesca, pela criação de instituições administrativas, judiciárias, financeiras e militares próprias, pelo desenvolvimento de uma sociedade política, de uma ideologia específica e de uma diplomacia autónoma³⁴.

3.1. Expansão e política matrimonial da Casa de Valois

Sem necessidade de retorno ao *Regnum Burgundiae* e ao inicial desenvolvimento do ducado, o que as delimitações temporais desta dissertação não permitem o nosso encontro com este território tem o seu início no dia 21 de Novembro

³² A história da Borgonha remonta a tempos romanos e sobrevive até os dias de hoje, portanto, o que é referido nesta obra é o estado principesco da Borgonha, delimitado pela vida dos duques de Valois. Sobre o período anterior a Filipe, o Bravo, é aconselhável a leitura da obra de Bertrand Schnerb citada neste estudo.

³³ Nomeadamente as obras do historiador inglês Richard Vaughan.

³⁴ SCHNERB, Bertrand. *L'état bourguignon, 1363-1477*. p. 8-9.

de 1361, data da morte de Filipe de Rouvres, último duque de Borgonha da dinastia capetíngia.

O primeiro problema encontrado pelos herdeiros do antigo duque foi o não direccionamento dos seus bens para alguém em específico. A solução encontrada foi dividir seus domínios entre os parentes mais próximos, são eles: sua tia, Margarida de França, mãe do conde de Flandres, Luís de Male; seu tio, João de Bolonha, conde de Montfort; e seu tio avô, João, *o Bom*, rei de França. Relativamente à divisão dos bens ducais, Margarida ficou com os condados de Artois e Borgonha; João, conde de Montfort, com os condados de Bolonha e Auvergne; e João, *o Bom*, com o ducado da Borgonha. Todavia, a divisão não ocorreu sem opositores, pois Carlos II, rei de Navarra, também se considerou herdeiro do antigo duque e não pouparia esforços para reaver o que era seu por direito.

A administração da Borgonha por João, *o Bom*, não durou muito tempo. Apesar de nos anos iniciais (1361-1362) ter dedicado grande esforço para ser reconhecido neste território - principalmente no que diz respeito às ofensivas dos nobres e das intrigas do rei de Navarra³⁵ - no dia 27 de Junho de 1363 instituiu seu filho mais novo, Filipe, duque de Touraine, como tenente daquele ducado.

A concessão de tenências aos filhos, seguido de apanágio³⁶, foi um método administrativo utilizado por João, *o Bom*, para a manutenção e conservação dos territórios, visto que a França se encontrava em um estado de guerra com a Inglaterra e era necessária uma política de delegações de poder. O facto de haver muitos partidários de Inglaterra e Navarra dentro da própria corte, exigia que a fragmentação do poder central fosse em benefício dos herdeiros da Casa reinante.

Na verdade, a Borgonha era inicialmente apenas um feudo, onde o príncipe deveria pagar tributação e estar subordinado às determinações régias. No campo da justiça, os dependentes poderiam recorrer ao parlamento de Paris quando necessário.

³⁵ Para estudos sobre a administração de João, *o Bom*, ver: DEVIOSSE, Jean. *Jean le Bon*. Paris, Fayard, 1985.

³⁶ Trata-se de um alto privilégio concedido aos filhos mais novos de um monarca. O apanágio é caracterizado por uma doação régia que perdura até à extinção da linhagem masculina do donatário. Todavia, aquele que recebe mantém um vínculo com o doador. A soberania régia não é, em tese, afetada.

Era o prelúdio do que viria a ser chamado o estado da Borgonha, e que teve Filipe, *o Bravo*³⁷, como seu primeiro duque.

O novo duque da Borgonha governou por um grande espaço de tempo, 1363 a 1404, e foi responsável por aumentar significativamente a extensão e influência de seus territórios.

No que diz respeito às relações iniciais com França, imediatamente após a morte de João II, em 8 de Abril de 1364, Carlos V confirma a concessão do ducado da Borgonha a Filipe, *o Bravo*, que neste momento abandona o título de duque de Touraine para tornar-se o duque da vasta e rica Borgonha.

Quanto à estrutura administrativa do ducado, este constituía na realidade um feudo, o que proporcionava ao duque uma série de prerrogativas, são elas: tributação e obrigatoriedade de serviço militar por parte dos vassallos; o exercício da justiça; impostos de transferência e direitos de sucessão. Além de um privilégio tributário concedido pelo rei João II (onde determinava que os impostos pagos à Coroa, pelos borgonheses, fossem revertidos ao duque), Filipe possuía inteiro domínio sobre os seus vassallos no campo militar, fiscal e judiciário³⁸. Estes privilégios não devem ser vistos como simples concessões régias, mas como solução de problemas militares e administrativos do reino de França. Ou seja, Filipe, *o Bravo*, também deveria responder aos anseios de Carlos V³⁹: a defesa do território contra a Inglaterra, Navarra⁴⁰ e possíveis aliados, além das constantes ofensivas das *Compagnies*⁴¹.

³⁷ Filipe II de França antes de tornar-se duque da Borgonha já usava o cognome “*o Bravo*” e seria assim conhecido pela posteridade. A origem de tal nome remonta à batalha de Poitiers, em 1356, quando Filipe luta ao lado do pai, João II de França, contra os ingleses. Com a derrota, Filipe, assim como o rei, são feitos prisioneiros. Na corte de Eduardo III, rei de Inglaterra, Filipe demonstrou grande bravura ao desafiar o monarca por muitas vezes, o que justifica a alcunha.

³⁸ Sobre os direitos do duque, consultar: *Les droits du duc*. In SCHENERB, Bertrand. p. 46-49.

³⁹ Ver: *Philip the Bold and the Recovery of France under Charles V*. In VAUGHAN, Richard. *The Formation of the Burgundian State*. p. 1-15.

⁴⁰ Face à agitação senhorial vivida em Castela, particularmente desde o reinado de Afonso X e que levaria ao dramático assassinato de Pedro I em Montiel (1367), os fidalgos de Navarra optaram por uma insólita solução de governo: ofereceram o reino, mediante vantajosas condições para si próprios, à Casa condal da Champagne. Para aceder ao trono, Teobaldo I e os seus sucessores tinham que prometer solenemente, entre outras coisas, não só manter a moeda intacta durante anos, mas também preservar todos os direitos dos grupos privilegiados navarros. Porém os ditos fidalgos esqueceram-se que o conde da Champagne era também vassallo do rei de França que, por isso mesmo, passava a ser senhor de Navarra. Foi esta a razão pela qual as exigências francesas não se fizeram esperar e rapidamente, na sequência das referidas exigências do rei de França em Navarra, segue a chamada “guerra de Navarrerria” que prossegue violentamente nos anos subsequentes, com outras cambiantes. Sobre este tema, ver:

Relativamente às políticas de expansão, a estratégia encontrada foi o matrimónio do duque com Margarida de Male, em 1369, que se revelou decisivo para estabelecer o grande poder da Borgonha⁴². Margarida era a única filha de Luís de Male, conde de Flandres, e viúva de Filipe de Rouvres, com quem casou aos sete anos. Era, portanto, herdeira de Flandres, Nevers e Rethel, por parte paterna, e dos condados de Artois e Borgonha, por parte de sua avó, Margarida de Male. Ao esposar a filha de Luís de Male, o duque da Borgonha assegurava a anexação de cinco importantes condados.

Muitas serão as preocupações e os conflitos enfrentados por Filipe, *o Bravo*, durante a sua vida. Os primeiros quinze anos, como duque da Borgonha, foram relativamente calmos. Porém, a partir de 1379, as insurreições em Flandres trouxeram grandes problemas para a economia e a ordem, o que atingiu directamente o duque, uma vez que Luís de Male não hesitaria em pedir auxílio ao seu genro. Com uma sublevação que durou de 1379 a 1385, durante a qual foi tomada pelos revoltosos a rica Gand e a importante cidade portuária de Bruges, somada à morte de Carlos V em 1380 (o que levou ao trono um príncipe de apenas doze anos) a constante ameaça inglesa, as investidas do reino de França para conter os revoltosos⁴³ e a morte de Luís de Male em 1384, levaram a Flandres a um estado de revolta, pobreza e destruição⁴⁴.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o governo de Filipe, *o Bravo*, foi marcado por uma forte política expansionista e matrimonial. Do casamento com Margarida, a casa de Borgonha ganhou dez herdeiros, das quais, apenas sete chegaram à idade adulta. Não cabe a esta síntese apresentar os detalhes e interesses de cada casamento, mas

MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España Vol. II. Epocas medievales*. Barcelona, Critica, 2010. p. 561-603.

⁴¹ Unidades mercenárias.

⁴² O matrimónio de Filipe da Borgonha com Margarida de Male envolveu interesses entre as Coroas de Inglaterra e França. Em 1362, Eduardo III envia embaixadores para cuidar dos assuntos de casamento entre Margarida e Edimundo Langley, conde de Cambridge. Um acordo foi firmado em 1364. Porém, Carlos V, ao temer que Flandres caísse nas mãos dos ingleses, utilizou de sua forte influência frente ao Papa Urbano V, para que não concedesse o direito de matrimónio entre parentes de quarto grau. Em 1367, Carlos propõe ao conde de Flandres o casamento de Margarida com o duque de Borgonha, parente em terceiro grau, possibilidade imediatamente concedida pelo Papa. Apesar da inclinação de Luís de Male ao lado inglês, sua esposa, Margarida de França, foi uma das grandes responsáveis por convencê-lo do contrário. Sobre concessões de Carlos V e detalhes das negociações, ver: *L'héritage de Flandres*. In SCHNERB, Bertrand. p. 59- 63

⁴³ O principal caso é a batalha de Roosebeke, ou batalha de mont-d'Or, travada em 27 de Novembro de 1382, onde as tropas de Carlos VI enfrentam os revoltosos na localidade de Roosebeck, hoje Westrozebeke.

⁴⁴ VAUGHAN, Richard. *Philip the Bold*. p. 16-38.

julgamos necessária a apresentação desses, como pode ser observado no quadro da política matrimonial da Casa de Borgonha⁴⁵.

Outro episódio de significativa importância para a expansão borgonhesa foi a morte de Venceslau de Luxemburgo, em 1383. Joana de Brabante, viúva de Venceslau, possuía em suas mãos os ducados de Brabante e Limburgo. De grande importância económica, com uma produção de tecidos de alta qualidade, Brabante ocupava um lugar privilegiado no comércio, pois estava entre Flandres e os Países Baixos. Sem herdeiros, Joana viu suas possessões serem disputadas por três candidatos: sua irmã mais nova, Maria de Brabante; o sobrinho de seu marido e imperador germânico, Venceslau IV de Luxemburgo; e Margarida de Male, duquesa da Borgonha. Felizmente, para Filipe, *o Bravo*, as relações de Joana eram muito mais estreitas com os senhores da Borgonha, a ponto de estabelecerem uma moeda corrente, em 1384, para Brabante e Flandres e em 1396, Joana cede o ducado de Limburgo ao duque da Borgonha. Em troca, Filipe auxilia a Brabante na guerra contra Guilherme de Juliers, duque de Gueldre.

Em 1390, o ducado de Brabante é transferido secretamente para o duque da Borgonha. Tal medida é tomada com grande cautela devido à oposição dos dois outros candidatos e pela própria questão política dos estados de Brabante, que eram contrários à submissão a um príncipe de França. Mas o tempo provou-se aliado do duque: em 1399 morre Maria de Brabante, e no ano seguinte o imperador Venceslau é deposto e entra em conflito com Roberto da Baviera, momento que obriga a um pedido de ajuda ao duque da Borgonha. A seqüência dos acontecimentos leva à doação do ducado de Brabante em 1401. Em troca do reconhecimento de António de Borgonha, Filipe, *o Bravo*, assegurou aos estados de Brabante a devolução de Limburgo e da Antuérpia. António tornou-se duque em 1406, com a morte de Joana de Brabante.⁴⁶

O processo de restabelecimento da ordem em Flandres levou o duque a uma série de políticas de controlo e melhorias de seus territórios. No campo da Justiça, uma legislação própria e a manutenção de cargos em Flandres, como o Bailio, contribuíram para a contenção de revoltas e da criminalidade. Na esfera financeira, o duque providenciou para que as contas fossem sempre muito bem analisadas, com a criação da câmara de contas de Lille e a delegação de oficiais para cuidar especificamente desta

⁴⁵ ANEXO 9.3: A política matrimonial da casa de Borgonha. p. 97

⁴⁶ SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p. 92-94

área. Quanto ao setor político, foi instituído um grande concelho para apoiar o duque nas decisões e substituí-lo em eventuais ausências. É a partir da década de 80, por fatores de estrutura, dimensão e aceitação de França, que a Borgonha passa a ser reconhecida como um Estado principesco.

Filipe, *o Bravo*, morre em 27 de Abril de 1404, na ocasião do reconhecimento da casa de Valois como herdeira de Brabante. O novo duque é João, conde de Nevers, ou como mais tradicionalmente é conhecido João *sem Medo*.

3.2. Entre crises e traições: ascensão e queda de João *sem Medo*

João de Valois assume a Borgonha em uma conjuntura bastante complicada. Os tempos de guerra com Inglaterra estavam de volta e as exigências fiscais cada vez maiores. Era um momento que exigia grande habilidade em governar por parte de um senhor de tamanha importância, habilidade essa que João não possuía.

O duque, apesar de iniciado nas questões administrativas e militares, uma vez que participou em assuntos do ducado e até mesmo na grande batalha de Nicópolis⁴⁷, jamais havia ocupado lugar de destaque. Sobre sua personalidade, escreve a sua contemporânea Christine de Pizan: “*C’est un prince d’une grande bonté et d’une véritable droiture d’esprit: Il est juste, sage, charitable et doux, et sa conduit est sans reproche*”⁴⁸.

Além dos problemas citados, o duque tinha um grande rival: Luís de Orléans, único irmão de Carlos VI. Como sabemos, o rei de França sofria de sérios problemas de saúde mental e o antigo duque de Borgonha lutou muito para que isso não afetasse os seus domínios, uma vez que o duque de Orléans era uma pessoa de influência na Coroa de França e visava à expansão de seus territórios. As relações no concelho de Paris eram imprescindíveis para a manutenção do ducado, motivo que levou João *sem Medo* a permanecer em Paris durante toda a vida.

⁴⁷ A batalha de Nicópolis foi um combate armado ocorrido em Setembro de 1396, próximo a fortaleza de Nicópolis, entre as forças aliadas da cristandade e o Império Otomano. Foi a última cruzada medieval em grande escala e tratou-se de uma vitória decisiva para a expansão otomana. Sobre a batalha, ver: ATIYA, Aziz S. *The Crusade of Nicopolis*. New York, AMS Press, 1978.

⁴⁸ PIZAN, Christine de. *Le livre des faits*, Livro II, cap. XIII. In: SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p. 143.

Seguindo as políticas de seu pai, e com uma participação pouco significativa no campo militar, embora satisfatória, a atenção do duque da Borgonha voltou-se para o rei, Paris e a família real. Primeiramente, estabelecendo alianças matrimoniais, casou sua filha, Margarida, com Luís de França. Pela parte do rei, este casou sua filha, Michelle, com o herdeiro de Borgonha, Filipe. Era uma importante aliança que dava claras vantagens a João *sem Medo*. Luís de Orléans, por sua vez, buscava a influência directa da rainha. Além das políticas matrimoniais e de jogos de influência, verificam-se constantes raptos do delfim, por ambos os lados, que marcaram o período inicial de disputa.

Com o intuito de se impor pela força frente a Luís de Orléans, o duque da Borgonha buscou unir todos os seus aliados de forma a entrar em um acordo contra o duque de Orléans. A imponente marcha armada de João entra em Paris em 19 de Agosto de 1405. O duque instala-se na residência de Artois, herança de sua falecida mãe, e a transforma em uma fortificação provisória. Em seguida, faz o mesmo com diversas ruas de Paris, construindo paliçadas e barreiras para conter seus opositores.

Passados quatro dias, é apresentado ao rei de França um manifesto político, onde o duque critica o governo de Luís de Orléans e dos conselheiros por ele manipulados. Em seguida, o manifesto busca ressaltar a tradicional importância de um reino administrado pelo seu monarca, onde este, por vontade de Deus, possuía o direito de julgar e governar.

Apesar da tomada de Paris por João *sem Medo*, a ofensiva não se tornou um conflito armado. Ainda no mesmo ano de 1405, o rei Carlos VI intervém no estabelecimento da paz entre duques. Após os dois demonstrarem publicamente a reconciliação, o concelho de Paris decide que ambos deveriam unir suas forças em uma grande ofensiva contra os ingleses.

Muitas eram as complicações para o duque da Borgonha com a retomada dos conflitos com Inglaterra. Os membros de Flandres estavam a pressionar o duque para um acordo de proteção ao comércio no mar do norte e embaixadores ingleses tratavam das negociações. Todavia, João *sem Medo* manteve a decisão do combate armado contra Calais. A ambigüidade do duque era muito clara, mas a guerra parecia oferecer maior vantagem.

Em 1406 e 1407, quando Luís de Orléans aproveita o período de insanidade real para assumir o controlo administrativo, a contenda entre os duques de Orléans e Borgonha volta a ter força. O resultado: em 23 de Novembro de 1407, João *sem Medo* organiza uma emboscada para Orléans e na Rua Vieille-du-Temple, após deixar os aposentos da rainha, Luís é assassinado.

Não demorou muito tempo para que o Reitor de Paris, Guillaume de Tignonville, descobrisse o que todos suspeitavam: a participação do duque da Borgonha no assassinato de Luís. E dois dias após o ocorrido, João reconhece sua culpa frente a seu tio, o duque de Berry, e seu primo, o duque de Anjou. Após a apressada confissão, o duque da Borgonha foge para Artois e Flandres. E durante o inverno de 1407-1408, solicita a elaboração de uma defesa de suas acções.

João volta para Paris apenas em Março de 1408 e é aclamado pela população que sempre o apoiou. O julgamento do duque foi realizado ainda no mesmo mês e, em 9 de Março, o rei absolve o senhor de Borgonha, pois ele não teria cometido um simples assassinato, mas um ato de tiranicídio. A vitória foi plena e os próprios herdeiros de Luís de Orléans a tiveram de reconhecer.

Em Setembro de 1408, uma importante vitória militar trouxe grande prestígio ao ducado da Borgonha. João da Baviera, pressionado por forças revoltosas do principado de Liège, não consegue conter sozinho a sublevação e recorre aos seus aliados mais próximos: Guilherme, conde de Hainaut, e João *sem Medo*, duque da Borgonha. Ao aceitar o pedido de auxílio, o duque parte para Liège e, em 23 de Setembro, na vila de Otheé, os *liègeois* são massacrados e é iniciada uma grande repressão. Apesar do caos gerado pela revolta, o duque da Borgonha assegurou quatro conquistas: o fortalecimento das relações com a casa de Baviera; foi a primeira vez que um principado episcopal se encontrava na zona de influência da casa de Borgonha; foi mostrado aos principados, vilas e, em especial à Flandres, que era melhor a cooperação com o duque do que a revolta, e mostrou grande força militar em um momento que precisava voltar para a tomada do poder.⁴⁹

O duque volta para Paris em Novembro de 1408, e após um inverno de negociações, entra em acordo com os filhos do duque de Orléans. João assume nesse

⁴⁹ SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p. 150-151.

momento o controlo do governo real e inicia uma série de reformas que não agradariam a muitos príncipes e nobres. O resultado foi a formação de uma aliança anti-Borgonha, constituída por Carlos, duque de Orléans, João V, duque da Bretanha, João de Bourbon, conde de Clermont e filho de Luís II de Bourbon, João, conde de Alençon, e Bernard, conde de Armagnac. Com esta nova liga criada, o conflito era eminente. Porém, um acordo de paz foi traçado em Bicêtre, o que impediu momentaneamente o confronto.⁵⁰

A guerra entre *Armagnacs* e *Borguignons* tomou forma definitiva na primeira metade de 1411. Com o ano marcado por guerras, a posição do rei de França inclinou-se definitivamente para o lado da Borgonha quando, em 1412, os aliados de Orléans procuram o auxílio inglês para buscar a vitória. Em Junho de 1412, Carlos VI e João *sem Medo* iniciam a tomada de Bourges, domínio do duque de Berry. O resultado leva as facções ao 3º acordo de paz desde 1409, e este teve por garantia o futuro casamento de Agnes, filha do duque de Borgonha, com Carlos I de Bourbon.

A paz acabou por ter como objectivo o reagrupamento e fortalecimento de ambas as facções. Como os conflitos haviam terminado a preocupação com novas alianças estava em primeiro plano, a maior visada: Inglaterra.

Apesar da tentativa de João *sem Medo* para se aproximar da Coroa inglesa, o sucesso veio por parte de seus opositores. Com a aliança inglesa presente nos territórios de França, era uma questão de tempo até a tomada de Paris. Em 18 de Agosto de 1413, Orléans, Bourbon e Alençon, entram nesta cidade, o que fez com que o duque da Borgonha partisse em retirada e abandonasse o poder aos seus inimigos.

Após a fuga de Paris, a atenção do duque da Borgonha voltou-se para a reconquista do poder central. Muitas são as acções do duque entre os anos 1413 e 1417, porém, essas acções não podem ser desenvolvidas no âmbito deste trabalho⁵¹. A aproximação com Inglaterra e uma política de justificativa de seu poder, colocou um grande número de vilas a favor da Borgonha. A seguir às razões apresentadas na ocasião

⁵⁰ SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p. 153.

⁵¹ Sobre o conflito entre *Armagnacs* e *Borguignons*, consultar: D'AVOUT, Jacques, *La Querelle des Armagnacs et des Bourguignons*. Paris, Librairie Gallimard Editeur, 1943; OFFENSTADT, Nicolas. *Armagnacs et Bourguignons. L'affreuse discorde*. In *L'Histoire*, 311, *spécial La guerre civile*, Julho-Agosto 2006, p. 24-27. A biografia mais bem conceituada, atualmente, sobre João *Sem Medo* é obra de Richard Vaughan, intitulada *John the Fearless*. Paris, 2002. A sua leitura é aconselhada para aprofundamentos que não foram possíveis nesta síntese.

da morte de Luís de Orléans, João conseguiu o apoio não apenas da população, mas também da cúria pontifícia. Os objectivos do duque tinham o aval popular e religioso, o que tornava legítima a sua causa. O avanço de João tornou-se ainda mais relevante devido à aliança com Isabel da Baviera, que era considerada indesejada em Paris. Em 1418, a capital francesa é tomada e Carlos VI retorna à influência do duque de Borgonha, que assume o governo real, juntamente com Isabel da Baviera. O delfim, por sua vez, foge, e muitos dos *armagnacs* viram-se para a causa do pequeno Carlos e, por isso, passariam a ser conhecidos por *dauphinois*.

Com o avanço de Henrique V em território francês, no inverno de 1419, uma trégua de três meses é assinada entre João *sem Medo* e o delfim Carlos. Porém, paralelamente, o duque da Borgonha negocia uma possível aliança com os ingleses, pois temia que se não o fizesse, fa-lo-iam os seus opositores. Apesar de uma tentativa de reconciliação, em Junho, entre todos os contendores – Inglaterra, Borgonha e França – nada foi decidido. O delfim, porém, ao sentir-se pressionado, propõe uma trégua com a Borgonha. Após um mês de negociações, a envolver importantes nobres e até mesmo o Papa, João *sem Medo* e Carlos entram em acordo na localidade de Pouilly. A paz é traçada e um novo encontro é marcado para Agosto. Era uma fase de grande alegria para a população. *Borguignons* e *dauphinois* comemoravam com entusiasmo o fim da guerra civil, ao mesmo tempo que organizavam as acções comuns contra Inglaterra.

As incursões de Henrique V permaneciam contínuas. Após a Normandia ter sido conquistada, no inverno, as investidas continuavam em direcção a Paris. Em 31 de Julho, o progresso já estava em Pontoise. Preocupado com a segurança da corte, o duque de Borgonha decide transferi-la para Troyes, com o objectivo de protecção. Ao solicitar que o mesmo fosse feito pelo delfim, este rejeita, pois julgava que deixar Paris seria colocá-la nas mãos de João *sem Medo*. Na verdade, Carlos não foi o único a rejeitar uma solicitação, pois o duque fez o mesmo no encontro de Agosto, em Montereau, para tratar dos assuntos de paz: afinal, achava que o acordo já havia sido feito.

Com a insistência de Carlos, o duque da Borgonha aceita o encontro, efectuado a 10 de Setembro de 1419. Todavia, tratado algum foi feito, muito pelo contrário: João *sem Medo* foi assassinado em uma emboscada realizada por Carlos. Um dia depois do acontecido, duas versões correriam pelo reino de França: a dos partidários de Carlos,

onde João teria, em um estado de insanidade, atacado o delfim, sendo a morte uma consequência imediata; e a dos partidários de Borgonha, onde o duque teria sido vítima de uma emboscada (esta versão era fortemente defendida pela viúva de João *sem Medo*).

3.3. Alianças do estado borgonhês no tempo de Filipe, o Bom

Filipe, o Bom, sobe ao trono da Borgonha em 15 de Setembro de 1419, por ocasião do assassinato de seu pai. Com o profundo desejo de vingança pela morte de João *sem Medo*, o momento era de extremo conflito e uma união com Inglaterra parecia ainda mais conveniente.

A notícia da morte do duque agitou todos os borgonheses, deixando todos surpreendidos. A manutenção da paz de Pouilly era insustentável. O resultado chegou com muita velocidade, quando os embaixadores de Inglaterra iniciaram os acordos de paz com o concelho de Paris.

Em 21 de Maio de 1420 era assinado o tratado de Troyes. Com o consentimento de Filipe, o Bom, Carlos VI reconhecia Henrique V como seu sucessor ao reino de França, ao passo que deserdava o delfim Carlos. O acordo foi confirmado com o casamento entre Catarina de Valois e Henrique V, aos dois dias do mês de Junho⁵². Sobre a divisão do território com o tratado de Troyes (1420):



⁵² É possível consultar o tratado de Troyes original na página do ministério da cultura de França, em: http://www.culture.gouv.fr/Wave/image/archim/0015/dafanch06_s302269n00001_2.jpg.

A aliança anglo-borgonhesa teve maior destaque no campo militar. Em 1420, as tropas uniram-se para a tomada de Sens, Montereau e Melun. E um ano depois, incursões em Ponthieu proporcionaram o domínio de Saint Riquier. Na esfera política, com a morte de Henrique V, em 1422, é decidido que a regência de França, necessária pelo facto de Henrique VI ter apenas seis meses, ficaria com o duque da Borgonha ou João de Luxemburgo, duque de Bedford, caso o primeiro negasse.

Com a morte de Carlos VI ainda no mesmo ano, o duque de Borgonha acaba por deixar Paris, o que tornava João de Luxemburgo regente oficial do reino de França. O motivo da saída do senhor de Borgonha é uma incógnita, mas não foi o suficiente para romper as relações com Inglaterra, onde pode observar-se inclusive um maior interesse em manter a aliança quando, em Dezembro de 1422, o duque de Bedford se casa com Ana de Borgonha, filha de Filipe, *o Bom*.⁵³

Apesar de desconhecido o facto de Filipe não ter aceite a regência, pode relacionar-se com uma hipótese: o temor do duque em jamais conseguir estabelecer a paz com o delfim. É importante ressaltar que o estado de Filipe neste momento era extremamente delicado, pois o duque da Borgonha era vassalo do rei da França e era esse o responsável por reconhecer a sua legitimidade. Porém, havia nesse momento dois soberanos a reclamar o trono francês: Henrique V, reconhecido por Carlos VI, e o deserdado delfim Carlos, reconhecido pelos franceses. Com a divisão da França em três partes – norte (partidário dos lencastre), sul (delfinista) e nordeste (borgonhês) – as escolhas de Filipe eram fundamentais para a decisão da guerra. Todavia, um erro na opção do lado pelo qual alinhar, romperia a sua legitimidade como governante. Tal conjuntura leva a Borgonha a uma posição de mediadora, pois compreende que o cessar dos conflitos seria a melhor forma de defender os seus territórios. Perceber este papel de intercessão exercido pela Borgonha é imprescindível para entender o lugar que as duquesas ocuparam neste contexto, uma vez que, com o envolvimento do duque nas campanhas militares, seriam elas as responsáveis pela administração e diplomacia em muitos momentos.

Na questão de alianças - além do matrimónio do duque de Bedford, regente de França, com Ana de Borgonha, irmã de Filipe, *o Bom* - após a morte de Michelle de

⁵³ VAUGHAN. Richard. *Philip the Good: The Apogee of Burgundy*. p. 9

Bourbon, duquesa da Borgonha, o duque oficializou a união com Bonne de Artois, filha do conde de Nevers, com quem foi casado de 1424 a 1425, aliança que aproximou a casa de Borgonha com a de França. A Borgonha teve também grandes aliados na luta pela pacificação da guerra dos 100 anos, são eles: Amadeu VIII de Sabóia, tio de Filipe, *o Bom*, e Martinho V, Papa responsável pelo fim do grande cisma do ocidente⁵⁴.

No que diz respeito ao projecto de expansão do ducado, Filipe permaneceu com os anseios de seus antecessores. No período de tempo de 1420 a 1430, quatro importantes territórios foram incorporados na Borgonha, são eles: Brabante, Hainaut, Holanda e Zelândia, transmitidos por herança⁵⁵.

Após um período de trégua, as hostilidades inglesas frente a Carlos VII retornam após o outono de 1428, e no ano seguinte o duque da Borgonha, após anos de paz, volta a envolver-se com a guerra. O resultado, porém, não foi como o esperado para a aliança anglo-borgonhesa. O cerco de Orléans, durante o rigoroso inverno de 1428-1429, acabou por fracassar, oportunidade aproveitada pelo exército de França que, liderado por Joana d'Arc, atravessa a região de Champagne até Reims, onde Carlos VII é sagrado rei de França aos dezessete dias do mês de Julho⁵⁶.

O avanço francês foi muito expressivo na esfera territorial. Antigas vilas aliadas da Borgonha desde João *sem Medo* encontravam-se agora sob domínio de Carlos VII, são os casos: em Champagne, as vilas de Troyes, Châlons-sur-Marne e Reims; em Valois e Beauvaisis, Senlis, Creil, Beauvais e Compiègne. Em simultaneidade, a dominada Normandia agitava-se e os tenentes aliados de Inglaterra começavam a questionar as suas posições.⁵⁷

Todavia, o sucesso de França não durou muito tempo, pois com a derrota da tomada de Paris, em Setembro de 1429, Carlos VII vê-se obrigado a retornar para o

⁵⁴ Sobre o grande cisma do ocidente, ver: CHÉLINI, Jean. *Histoire religieuse de l'Occident*. Paris, Hachette, 1991 e MILLET, Hélène. *Le Midi et le Grand Schisme d'Occident*. Fanjeaux, Centre d'Études Historiques de Fanjeaux, 2004.

⁵⁵ Consultar anexo 8.4. A sucessão de Brabante, Hainaut, Holanda e Zelândia, p. . Sobre o processo de aquisição, ver: VAUGHAN, Richard. *Conquest and Expansion*. In VAUGHAN, Richard. *Phillip the Good: The Apogee of Burgundy*. Londres. Boydell Press, 2009. p. 29-53.

⁵⁶ Uma figura de grande importância no contexto da Guerra dos cem anos foi Joana d'Arc. Hoje padroeira de França, muitas são as biografias e estudos produzidos sobre essa *santa guerreira*. Sobre sua vida e acção, sugerimos a análise das obras, a ela dedicada, da consagrada medievalista francesa Régine Pernoud.

⁵⁷ SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p.182

Loire. Com a determinação do rei de Inglaterra, em 13 de Outubro Filipe torna-se tenente do reino de França. Com pressões e vitórias em ambos os lados, Carlos e Filipe buscariam entrar em um acordo. Este espaço de tempo, porém, não foi marcado por paz. O duque sentia-se ameaçado com o avanço de Carlos VII, principalmente após o ocorrido em Picardia e Champagne, o que apenas fortaleceu a aliança com Bedford. Em Fevereiro os borgonheses colocavam-se em marcha rumo a Beauvais e Valois e em Abril o duque já possuía como objectivo o cerco de Compiègne.

Com a chegada de Henrique VI, rei de Inglaterra e França desde Novembro de 1429, e seu exército ao porto de Calais ao final de Abril de 1430, o duque Filipe, *o Bom*, imediatamente apresenta os seus planos para o restabelecimento da ordem em França, dentre os quais estavam o cerco de Compiègne. Com a posição favorável do soberano inglês, o ataque ocorre de Maio ao final de Outubro e é liderado por João de Luxemburgo, conde de Ligny. O resultado, contudo, não foi o esperado. O ano de 1430 foi marcado por sérios problemas enfrentados pelo senhor da Borgonha, são eles: a revolta de Casse, em Flandres; o ataque do príncipe-bispo de Liège, Jean de Heinsberg, ao condado de Namur, território borgonhês; e a derrota de Louis de Chalon, príncipe de Orange, pelas tropas de Carlos VII. Mas não apenas dificuldades que passou o duque, pois conseguiu uma importante prisioneira em Maio de 1430: Joana d'Arc.

Com o passar dos anos, Filipe consegue restabelecer a ordem. Porém, muitas são as forças que se unem a Carlos VII, dentre elas: Frederico de Tirol, duque de Áustria, e o imperador Sigismundo de Luxemburgo. A continuidade da guerra obriga Filipe, em 1432, a procurar um acordo. Alcança-lo-á apenas com o tratado de Arras, como poderá ser observado no capítulo seguinte.

4. O papel político da duquesa: as primeiras delegações de poder

Isabel possuía uma certa experiência nas questões ligadas à administração antes mesmo de torna-se duquesa da Borgonha. Na verdade, ao contrário daquilo que então era habitual, Isabel passou os primeiros trinta e três anos de vida no seu país, ou seja, casou-se numa idade que naquela época se considerava “provecta”. Este facto determinou, de forma notável, a sua actuação como duquesa da Borgonha.

D. Isabel ficou órfã de mãe aos 18 anos e desde essa data (1415) até 1428, ano do casamento do rei D. Duarte, a princesa foi realmente, como sublinha Manuela Santos Silva, “a única senhora da corte portuguesa”⁵⁸. Assim, pode usufruir em exclusivo, não só dos vastos bens de que era proprietária, como daqueles (móveis ou imóveis) que recebera da herança materna.

As munificentes doações que lhe foram entregues em idade já adulta permitiram que gerisse pessoalmente a vasta herança. Durante catorze anos revelou-se uma administradora atenta e cuidadosa, exigindo, de modo implacável, todos os rendimentos a que tinha direito, indiferente às queixas e reclamações, não só dos responsáveis do concelho das vilas de que era detentora, mas também dos camponeses que se sentiam esmagados pelos impostos. Além disso, o facto de ser a única senhora princesa da corte determinar-lhe-ia a obrigação do exercício de múltiplas funções, em especial aquelas que geralmente cabiam às rainhas. Ou seja, D. Isabel aliava à natural sensatez a ponderação e a experiência de vida que resultam da idade.

Como duquesa, Isabel começa a ser associada ao poder a partir de 1430, quando atesta a nomeação de um antigo servidor de Filipe II da Borgonha, Jean de Pernes⁵⁹, para conselheiro real. Três anos mais tarde é possível encontrar uma intervenção de Isabel em um pedido de reembolso de valores aos duques de Brabante, na administração de contas de Lille. Nos anos posteriores, mais precisamente 1436 e 1437, observa-se uma maior participação da duquesa nas contas do estado. Estas intervenções mostram a

⁵⁸ SILVA, Manuela Santos. *D. Isabel: a infanta da ínclita geração (1397-1430)*. (inédito)

⁵⁹ Jean de Pernes, além de servidor de Felipe II, esteve junto ao príncipe António da Borgonha em Brabante, a ocupar cargos de grande importância, tanto para este, como para seus filhos, João IV e Felipe de Saint-Pol.

grande confiança por parte de Filipe em Isabel, face aos resultados que esta obtinha quando o marido se ausentava.⁶⁰

No que diz respeito à delegação de poder, torna-se imprescindível analisar o papel que a duquesa terá na administração de terras nos anos iniciais⁶¹. Para tanto, deve-se atentar no significado das palavras de Sommé, quando afirma que “*O estado da Borgonha é com efeito um aglomerado de territórios onde a ligação é constituída pela figura do príncipe*”⁶². Portanto, era imprescindível que Filipe, tendo em vista a manutenção da unidade de seu ducado, buscasse colocar nos lugares chave da administração de tais locais pessoas ligadas à sua família, permanecendo o duque responsável, tanto pelo território que está estabelecido, como pelo governo geral. No que diz respeito ao papel das duquesas nessa estrutura administrativa, pode afirmar-se que são elas as responsáveis pela compensação das ausências do duque em seu território. Assim aconteceu com Isabel. Quando seu esposo teve que partir para Dijon, a 21 de Janeiro de 1432⁶³, volvidos apenas dois anos sobre a data de seu casamento, a duquesa recebeu autoridade para governar os Países Baixos (ainda que assistida por um conselho localizado em Gand).

A assunção de tão grande responsabilidade ocorria num momento dolorosíssimo para a duquesa. Na verdade, além do adiantado estado de gravidez em que se encontrava, D. Isabel tinha o seu primeiro filho, Antoine, gravemente enfermo, vendo-se impedida de assistir seus últimos momentos de vida, visto que estava reunida com o conselho.

Como dissemos anteriormente, a fase inicial de Isabel será marcada pela clara disposição para tratar os assuntos financeiros. Quando em Flandres, ocupou-se da concessão e confisco de empréstimos e foi responsável por propor um novo sistema monetário, que seguia os modelos inglês e francês. Com contactos na administração de contas de Lille e uma clara postura de intervenção no âmbito das finanças, o papel da duquesa torna-se gradualmente de maior importância, a ponto de o próprio mestre de

⁶⁰ SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: Une femme au pouvoir au XV^e siècle*. p. 378.

⁶¹ Para a distribuição de terras do estado da Borgonha, consultar a figura de nº 1. p. 27.

⁶² *Ibid. op. cit.* p. 378

⁶³ Tal saída deu-se pela necessidade do duque tratar de negociações com René d'Anjou após o conflito de Bulgnéville.

contas, Guérin Suquet, ir à Bruxelas, em Março de 1433, para trabalhar directamente com Isabel.⁶⁴

No campo administrativo, quando Filipe parte para a Holanda em 1433, foi Isabel a responsável pelo processo de Gilles de Potelle, escudeiro de Hainaut, acusado de *complot* contra o duque. De Bruxelas, a duquesa convoca o meirinho-mor⁶⁵ Guillaume de Lalaing, para que prendesse o acusado e em seguida solicita que lhe permitam ajudar os inquiridores no interrogatório.⁶⁶

Com os conflitos militares entre Filipe III e o rei da França, sendo o último ainda auxiliado pelo conde de Clermont, Charles, torna-se de fundamental importância a presença da figura do duque frente ao seu exército. Por tal motivo, em Junho de 1433, a casa real parte para o sul do estado da Borgonha, território que irá ser alvo da ofensiva francesa.

Em Châtillon-sur-Seine, Filipe parte com seus homens em armas à reconquista dos territórios perdidos, tornando Isabel a responsável pelo governo da Borgonha, tanto nas questões financeiras, como também nas militares. Mas nem mesmo o ambiente de guerra abalou a nobre duquesa, que com muita determinação não temeu expor até mesmo sua própria pessoa quando necessário. A 1ª de Abril de 1434, o duque regressa aos Países Baixos, embora a guerra não estivesse ainda concluída. Perante a eficácia e a presença actuante da duquesa, seu marido volta a entregar-lhe o controlo do governo.⁶⁷

A influência e preocupação de Isabel quanto à defesa do país torna-se ainda mais clara quando, de Chalon, convoca os *châtelains du bailliage* para que se reúnam, sob o comando do cavaleiro do Tosão-de-Ouro, Jean de Vergy, em 1 de Março de 1434. E por intermédio das autoridades locais e regionais, mantém-se informada da movimentação adversária.

Apesar do regresso do duque à Borgonha, em 15 de Outubro de 1434, para retormar a administração das operações militares, a duquesa permanece com grandes funções, como a de convocar os homens em armas e de fornecimento às tropas.

⁶⁴ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 382

⁶⁵ Livre tradução: *grand bailli du comté*,

⁶⁶ *Ibid. op. cit.* p.382

⁶⁷ *Ibid. op. cit.* p. 383-384

4.1. Isabel e a diplomacia: O Tratado de Arras

Muitas foram as infrutíferas tentativas de pacificação por meio diplomático entre França e Borgonha ao longo dos anos. Todavia, o passado de insucesso não se manteve, pois uma nova conjuntura virá a surgir de forma a propiciar um acordo. Um dos aspectos de maior destaque dessa conjuntura foi a chegada ao trono pontifício de um novo papa – Eugénio IV⁶⁸. Quase de imediato reúne-se em Bâle um concílio para tratar das preocupações da Igreja entre as quais avultava a de dirimir os conflitos entre os príncipes. Conhecedor de tal objectivo, Amadeu VIII de Sabóia mostrou o seu agrado oferecendo-se para mediador dos litigantes, função que desempenhou por largo tempo.⁶⁹

As primeiras conferências de paz ocorrem em Auxerre, no ano de 1432, onde se reúnem, de forma inédita, borguinhões, ingleses e franceses. Mas o desfecho deste encontro foi negro, pois os franceses e ingleses não chegaram a consenso quanto à questão da coroa⁷⁰. Os conflitos permanecem até Janeiro de 1435, quando uma nova conferência é realizada, desta vez em Nevers⁷¹. Aqui, após um prévio acordo a ser ponderado por Henrique VI, marcou-se uma nova reunião para o mesmo ano, com o objectivo de finalmente celebrar o acordo de paz.

Nicolas Rolin, chanceler de Filipe, é encarregado dos preparativos para as novas conferências. Entre Julho e Setembro, Carlos VII, assim como condes e duques passam a residir na localidade de Arras, para tratar das negociações entre os três reinos em conflito.

A tentativa de acordo inicial da França era para que, em troca da renúncia de Henrique VI ao trono francês, aquela lhe cedesse os territórios da Aquitânia e Normandia ser-lhe-iam cedidos. Os ingleses, por seu lado, exigiam a vassalagem de Carlos VII frente ao seu rei.

No que diz respeito ao papel da duquesa, nesta matéria, pode dizer-se que não teve influência directa, mas demonstrou muita disposição para que a guerra terminasse.

⁶⁸ Em França, as influências do novo santo padre serão transmitidas por um cardeal de nome Nicolas Albergati, que virá a influenciar o processo geral.

⁶⁹ SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p.184

⁷⁰ Refere-se neste ponto a questão da legitimidade régia. Causa maior da guerra dos 100 anos franco-inglesa.

⁷¹ Nesta reunião estarão presentes, além de Filipe, Charles, duque de Bourbon, e Artur da Bretanha, conde de Richemont.

Devido a sua linhagem, como se pode observar no capítulo primeiro, Isabel toma parte nas negociações com os ingleses conduzindo as entrevistas, primeiramente com o cardeal Albergati e posteriormente com o Bispo de Winchester, que além de cardeal era também tio de Isabel. Todavia, mesmo com o apoio do cardeal inglês, os representantes de Henrique VI desapontam-se com Felipe e o acusaram de traição.⁷²

Se a Inglaterra não obteve êxito em um acordo com a França, teve Filipe, que, em troca de apoio, obteve as localidades de Auxerre, Auxerrois, Bar-su-Seine, Luxeuil, Boulogne-sur-mer, as cidades do Somme, a libertação em vida da vassalagem ao rei da França e uma reparação pela morte de seu pai, João *Sem Medo*. Todas as concessões e privilégios foram assegurados pelo tratado de Arras, assinado aos 21 dias do mês de Setembro de 1435.

Todavia, a pendência das negociações para o lado francês não foi realizada por interesse do duque da Borgonha (afinal este ainda guardava certo rancor e rivalidade com o rei de França), mas sim, pelo claro suborno, por parte de Carlos VII, aos oficiais conciliadores de Borgonha.

Porém, não eram os oficiais os únicos a serem reconhecidos pelo soberano de França; Foi em Arras que Isabel demonstrou pela primeira vez sua grande habilidade diplomática e, para surpresa de Filipe, a fez em prol de França. A prova aparece em 21 de Dezembro de 1435, quando Carlos VII lhe concede uma renda anual de £4000, “*pelos seus serviços na reunião e negociação da paz anglo-borgonhesa em Arras*”.⁷³

O melhor louvor a D. Isabel fica para sempre perpetuado, como marca indelével, nas palavras do poeta Martin Le Franc, que lhe atribui a responsabilidade da vitória diplomática enfim alcançada⁷⁴: “*Viva a senhora, e bendito seja/ Quem nos deu tal princesa!/ Por ela a horrível guerra cesse/ E volte o trabalho da paz*”.⁷⁵

⁷² LACERDA, Daniel. *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha: Uma mulher de poder no coração da Europa Medieval*. p. 42-43

⁷³ VAUGHAN, Richard. *Philip the Good: The Apogee of Burgundy*. p. 100.

⁷⁴ As palavras de Le Franc tornarão imortais os feitos da duquesa. O que para Bourassin é considerado um exagero (*Philippe le Bon*. p.223), pode ser considerado mais uma prova das capacidades de Isabel.

⁷⁵ LACERDA, Daniel. *op. cit.* p. 43

4.2. Conflitos com Inglaterra e revoltas em Flandres

Com a conclusão do tratado de Arras, Filipe buscou servir de mediador nas relações entre França e Inglaterra. Todavia, o interesse de Henrique VI em firmar uma aliança teria sido muito pequena. Então, com a mudança de posição do duque neste conflito, a Borgonha entra em guerra directa com os ingleses.⁷⁶

O rei de Inglaterra, agastado pelo novo posicionamento de Filipe e com uma necessidade muito grande de arrecadação de fundos para manter a guerra com os franceses, dá início a acordos directos com os mercadores, ignorando o poder do senhor da Borgonha. Henrique VI utiliza desde os teares dos Países Baixos às caravanas flamengas para o transporte, motivo que gera uma agitação entre os demais borgonheses, levando a actos de pirataria contra mercadores ingleses. A Inglaterra, por sua vez, inicia uma contra-ofensiva que atinge mercadores genoveses e portugueses membros da Hansa. O caos originado pela pirataria obriga Filipe a realizar um ataque ao porto de Calais, de forma a suprimir o comércio inglês.⁷⁷

Os rumores dos planos do duque rapidamente foram difundidos e, no mesmo sentido, iniciaram-se as ofensivas inglesas. Bolonha e St. Omer foram atingidas, o sul próximo a Gravelines viu aldeias, castelos e igrejas serem engolidos pelas chamas. Quanto à resposta de Borgonha, esta veio em Abril de 1436, quando, com o apoio da população de Gand, Filipe inicia uma ofensiva marítima e terrestre a Calais. O final, porém, não é como se esperava, visto que o duque quebra seu cerco à cidade e recua⁷⁸. Não foi esta a única falha de Filipe, que fracassaria logo em seguida na conquista da fortaleza de Crotoy.

Com a incursão do duque de Gloucester no oeste de Flandres, este atinge seu período de maior penetração em 15 de Agosto de 1436, quando se auto-declara conde de Flandres em Poperinge. Segundo Vaughan, Filipe teria enviado, nesta ocasião, Isabel para tentar reunir as forças de Gand. A duquesa, por sua vez, implora aos cidadãos “[...] *to defend the boundaries and frontiers of their own land, together with their own possessions and belongings, their privileges, rights and liberties, their lives, and the*

⁷⁶ SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p. 188-189

⁷⁷ TAYLOR, Aline S. *Isabel of Burgundy.* p. 85

⁷⁸ Muitos são os motivos que levaram Filipe à derrota. Dificuldades financeiras, má coordenação entre a armada terrestre e naval e condições climáticas desfavoráveis, são os pontos destacados por Schnerb (p.189).

lives of their woman and children, as well as the honour and good renown of their posterity".⁷⁹

O insucesso das acções militares, somado às ofensivas inglesas em uma Flandres assolada pela miséria, faz com que um série de revoltas surja na região, de modo a contestar o estado em que os flamengos se encontravam.

Se o duque estava ocupado com os avanços militares, a duquesa não estaria em situação mais confortável. Como se sabe, Isabel era a responsável pela administração do território na ausência do duque. Esta, além de se preocupar com os assuntos civis, dedicava também boa parte de seus esforços a apoiar as operações militares, quer no âmbito financeiro, com a obtenção de moedas para o pagamento das tropas, quer com a mobilização militar, convocando as forças da nobreza. É importante ressaltar que só no episódio do cerco de Calais, em 27 de Julho, foram enviadas cem cartas por Isabel para os nobres da Borgonha. Além disso, convocou o almirante Jean de Hornes para que iniciasse o ataque por mar e realizou o adiantamento em moeda, utilizada para o pagamento das tropas, com fundos pessoais.⁸⁰

Contudo, os esforços da Coroa no sentido de pacificar o território não foram o suficiente para evitar que Bruges viesse a sublevar-se em 26 de Agosto de 1436. No meio da profunda agitação do conflito, Isabel, em uma tentativa de fuga da cidade, fora detida pela milícia ao chegar aos portões da cidade e, juntamente com Margarida de Comynnes e Margarida de La Trémoille, teve suas bagagens jogadas ao chão e por muitas horas permaneceu presa. Estes factos somados ao episódio do ataque dos revoltosos de Gand ao seu filho Carlos, na estrada de Calais, e a morte do almirante Jean Hornes nessa mesma ofensiva, acabam por marcar fortemente a duquesa. Isabel retorna para Bruges apenas dois anos depois, em 8 de Maio de 1438.⁸¹

A extensão das revoltas atingem ainda Bruxelas, Lovaina e Maline. Os revoltosos, com auxílio de piratas provenientes das terras de Holanda e Zelândia, estas sob o controlo inglês, arruinam o comércio marítimo e descem à Flandres para

⁷⁹ VAUGHAN, Richard. *Philip the Good: The Apogee of Burgundy*. p. 83.

⁸⁰ TAYLOR, Aline S. *op. cit.* p. 85

⁸¹ TAYLOR, Aline S. *op. cit.* p. 86

pilhagens. Prejudicam, como consequência, desde os portos germânicos de Hamburgo, Lubeque e Bremem, como a economia de toda uma região.⁸²

Em 1347 a situação da Borgonha era preocupante. Uma nova revolta foi responsável pela morte do senhor de Isle-Adam, Jean de Villiers, juntamente com dezenas de soldados. E não era apenas a Flandres que sofria com os mefeícios da guerra. Ao mesmo tempo, Paris chorava a morte de mais de 50.000 pessoas, devido a uma epidemia.⁸³

A pacificação da revolta será realizada ainda no mesmo ano, quando em Hesdin e Arras, Isabel recebe magistrados e donatários dos ofícios, todos enviados de Bruges. A paz volta a ser selada, mas com pesadas consequências para os revoltosos. Foi-lhes imposta multa de 200.000 *Ridders*, indenizações directas à duquesa e decapitações públicas.⁸⁴

O papel de Isabel no acordo com Bruges foi fundamental. Guiou os acordos com sua habilidade diplomática e serviu como ligação entre o duque e os insurrectos.

4.3. As conferências de Gravelines

Isabel e Filipe receberam, em 1438, diversas delegações de poder provenientes do parlamento de Flandres⁸⁵, que tinham como objectivo restaurar o comércio com Inglaterra e principalmente pôr um fim às hostilidades. Com este desiderato foi instaurado um *tonlieu*⁸⁶ sobre as lãs inglesas que chegavam pelo porto de Gravelines. Este acto visava evidentemente uma reaproximação com o comércio de Calais. Se Filipe não estava imóvel frente à aproximação com Inglaterra, muito menos Isabel estaria. Com a actuação que teve no âmbito diplomático em 1437, a duquesa foi ainda mais reconhecida. Sua intervenção iniciou-se com o envio de Sanche de Lailang à Inglaterra

⁸² LACERDA, Daniel. *op. cit.* p. 45

⁸³ *Ibid.* *op. cit.* p. 46

⁸⁴ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 392.

⁸⁵ O condado da Flandres possuía um parlamento constituído por quatro membros com amplos poderes: Gand, Ypres, Bruges e *Franc of Bruges* (hoje um distrito de Bruges).

⁸⁶ Em Sommé não está claro de que se tratava especificamente este “tonlieu”, que pode relacionar-se com dois diferentes impostos, são eles: o cobrado pela exposição de mercadorias em mercados, ou uma portagem cobrada pelo trânsito de determinada mercadoria em um rio – que seria o caso de Gravelines - ou porta de cidade. Para Daniel Lacerda, se trata de um imposto pela importação da lã inglesa.

com o objectivo de manter contacto com o cardeal Beaufort⁸⁷. No entanto, o cardeal não é o único elemento importante neste contexto. Por isso Isabel envia, em Janeiro do ano seguinte, o seu mordomo, Louis de Chantermerle para tratar de *assuntos secretos*⁸⁸. Estes contactos com Beaufort permitiram a Isabel dar início ao diálogo do que será conhecido como “*as conferências de Gravelines*”.

O primeiro encontro pessoal entre a duquesa e o cardeal Beaufort, para tratar dos assuntos de paz, restabelecimento do comércio e liberação de Charles d’Orléans, ocorreu em Janeiro de 1439. Neste encontro estiveram também presentes representantes de Carlos VII. Dos ingleses foi porta-voz o próprio cardeal. Os ingleses possuíam o desejo de restabelecer o crédito e comércio com a França, vontade que desde Arras era demonstrada por Isabel. As conversações ocorreram no caminho entre Calais e Gravelines, e em Oye, na fronteira das terras de Borgonha, foi firmado um importante acordo de trégua anglo-flamengo.

As conferências de Gravelines, propriamente ditas, tiveram início em Julho deste mesmo ano. Tal encontro possuiu por objectivo dois itens em particular, são eles: o acordo de paz entre Inglaterra e França e a conclusão das disputas entre Inglaterra e Flandres. Novamente Isabel teve um papel de suma importância, pois, além de responsável pela organização desta convenção, foi intermediária do diálogo entre Henrique VI e Carlos VII.

Saint-Omer tornou-se o local escolhido pelo duque para instalar sua corte, onde permanece de Maio ao início de Janeiro do ano seguinte. A duquesa, inicialmente acompanha o duque, mas parte, em Julho, para Gravelines, onde permanece até o final da conferência, juntamente com seus conselheiros Jean Chevrot , bispo de Tournai, Jacques, senhor de Crévecoeur, e Hugues de Lannoy. Também permaneceu em Gravelines a embaixada francesa. Os ingleses, por sua vez, instalaram-se em Calais, acompanhados de Carlos de Orléans.

As conferências têm início em frente do grande castelo de Oye, tendo por mediadores os dois precursores deste evento: Beaufort, representando Henrique VI, e Isabel, porta-voz de Carlos VII. Quanto às lideranças das embaixadas, pelo lado inglês

⁸⁷ Sobre Beaufort, ver: HARRIS, G. L. *Cardinal Beaufort, a Study of Lancastrian Ascendancy and Decline*. Oxford, Clarenton Press, 1988.

⁸⁸ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 395

ficou responsável o arcebispo de York, Jean Kemp, e pelos franceses o próprio chanceler de França. Filipe não participou da conferência, deixando Isabel inteiramente responsável pelo acordo de paz. Sommé ressalta que Isabel e Beaufort (sobrinha e tio) teriam sido muito mais do que simples mediadores, intervindo e participando nas discussões das embaixadas ⁸⁹.

Porém, o esforço não resultou em um acordo, visto que as exigências de soberania, por parte da França, frente à Guiana, Calais e Normandia eram inconciliáveis com os desejos de Inglaterra. Os mediadores não desistiram. Assim, em Calais, no mês de Setembro, após suspender as negociações, propuseram uma nova conferência para Abril e Maio do ano seguinte.

Destino melhor tiveram as negociações paralelas que ocorriam entre Flandres e Inglaterra. Guillaume de Lalaing, cavaleiro de honra da duquesa, junto dos embaixadores, partiu no mês de Março, sob ordem da duquesa, para terras inglesas, com o objectivo de restaurar a aliança comercial. Os esforços da embaixada, somados a habilidade diplomática de Isabel ao dialogar com Beaufort, resultam no restabelecimento temporário – por três anos - do comércio entre Inglaterra, Flandres, Brabante e Malines. Acordo que “*traittié, appointié, accordé et conclu avec ma dite dame de Bourgogne*”⁹⁰, terá sido devidamente reconhecido pela Flandres que, com preito de gratidão, recompensará tanto Beaufort como sua sobrinha com altas somas em ouro.

Uma prorrogação do prazo ocorre aos 21 dias de Janeiro de 1440, onde os três anos iniciais dão lugar a uma nova data - 1º de Novembro de 1447 - dessa vez, reforçado por uma trégua. Passados dois anos, em Rouen, João de Luxemburgo, senhor de Haubordin, a representar Isabel, e Ricardo de York, por Henrique VI, estabelecem novos acordos. Em 23 de Abril de 1443, uma nova trégua é assinada - agora, de forma perpétua. Isabel consegue, desta forma – e sem auxílio do duque – restabelecer a paz com Inglaterra, devolvendo o comércio ao mar do norte e pondo um fim nos conflitos por terra.

⁸⁹ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 397

⁹⁰SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 398.

4.4. A libertação de Carlos de Orléans

Com o fracasso do acordo entre Inglaterra e França, Carlos de Orléans retornou ao cárcere em 20 de Outubro de 1439. Todavia, as discussões acerca de sua libertação não tiveram um fim neste primeiro momento, optando os negociadores por voltar a este caso na convenção próxima, portanto, Abril ou Maio de 1440, conforme as previsões. Contudo, neste momento Carlos VII envolve-se em um conflito⁹¹ em seus territórios, impossibilitando momentaneamente tomadas de decisão. O interesse em uma paz geral por parte de França com Inglaterra é posto de lado, deixando Isabel só em seu objectivo. A duquesa manteve os esforços no sentido da libertação do duque, enviando para Calais, dois influentes homens: Guillaume Fillastre, Bispo de Verdun, e Robert Le Jeune, governante em Arras⁹². Com isso, manteve-se a política borgonhesa para o apaziguamento dos conflitos anglo-franceses.

No ano de 1440, o rumo das negociações muda. Devido ao enfraquecimento de Carlos VII em relação aos conflitos havidos em França, Filipe recua alguns passos no que diz respeito à diplomacia com Carlos. Assim, prudentemente, não se envolve na guerra, de forma a não gerar inimigos dentro da nobreza francesa. Este facto permitia a Isabel negociar a liberação do duque de Orléans com mais facilidade.

O encarregado das negociações foi o cardeal de Winchester que acaba por conseguir um acordo: 80.000 escudos pela libertação do refém e 160.000 no fim de passar de seis meses. A duquesa aceita o termo e dirige-se à Borgonha para arrecadar tal quantia, conseguindo fazê-lo até o final de Outubro do mesmo ano⁹³. E em 11 de Novembro de 1440, Isabel e os embaixadores franceses recebem o duque em Gravelines. A recepção ocorrerá na tenda de Beaufort marcando o início de uma importante aliança⁹⁴.

⁹¹ Trata-se de *La Praguerie*, um episódio de conflito armado entre a nobreza de França, que se opõe às reformas militares tomadas, e Carlos VII. Sobre *La Praguerie*, ver: DEMURGER, Alain. *Temps de crises, temps d'espoirs (XIV^e-XV^e siècle)*. In *Nouvelle histoire de la France médiévale*, vol.5, Seuil, coll.Points Histoire, 1990

⁹² SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 400

⁹³ Isabel teve de recorrer aos nobres e burgueses da Borgonha para a arrecadação, conseguindo quantias que variam de 1.000 à 30.000 escudos, das quais 15.000 *nobles* foram de seus próprios cofres. (SOMMÉ Monique. *op. cit.* p. 401)

⁹⁴ Antes mesmo de partir de Inglaterra, o duque de Orléans jurou lutar pela paz entre Inglaterra e França.

Passados alguns dias, grandes festas ocuparam o tempo dos senhores da Borgonha. O duque resgatado esposa-se com Marie de Clèvers, irmã do duque da Borgonha. Porém, não apenas de justas e banquetes se ocupou tão grandioso evento. De forma a tornar mais próximo o duque de si, Filipe tratou de fazê-lo jurar, frente ao arcebispo de Reims e sobre o Evangelho, que preservaria o acordo de Arras. E em 30 de Novembro, reuniu-se, sob ordem de Filipe, o sexto capítulo do Tosão de Ouro, onde Carlos de Orleães, juntamente com João V, duque de Bretanha, João II, duque de Alençon, e Mathieu de Foix, conde de Comminges, recebem o colar de cavaleiro, estreitando ainda mais as relações com Borgonha. Por fim, apesar dos perigos que a libertação do duque de Orleães poderia trazer à Borgonha, uma vantagem imediata é oferecida a Filipe: a paz com Bruges, uma vez que seus notáveis, gratos pela libertação do duque, terão ido pessoalmente a Saint-Omer para convidar Filipe a assistir à entrada de Carlos e Marie em sua cidade.

4.5. As negociações com Carlos VII e as conferências de Châlons

Na continuidade da política diplomática de Isabel, um encontro com Carlos VII, em Laon, marcaria uma nova fase na relação entre os três reinos. Apesar da vontade da duquesa em chegar a um acordo, o interesse francês não aumentava. Há muito que se podia perceber o pouco esforço manifestado por parte de Carlos em cumprir o tratado de Arras. Sabia-se que o interesse residia unicamente no sentido de manter a Borgonha afastada de Inglaterra, o que acabava por gerar um mal estar para a administração borgonhesa.

Filipe decide apresentar suas queixas a Carlos VII e envia sua esposa, D. Isabel, para um encontro que viria a ocorrer em Laon, em Abril de 1441. Aqui, a duquesa leva à presença de Carlos e do delfim, três réus confessos (participantes do episódio dos *écorcheurs*)⁹⁵, queixas atribuídas aos homens ao soldo do rei, reclamações pela não execução do tratado de Arras e propostas, estas realizadas por Carlos de Orleães. Todos os detalhes estavam explicitados em 500 páginas apresentadas ao soberano de França. Carlos, por sua vez, declina todas as acusações de Isabel, permanecendo inflexível em

⁹⁵ Após 1437, muitas serão as ofensivas mascaradas por parte de França. O episódio dos *écorcheurs*, ou esfoladores, é tristemente célebre por se tratar de violências ocorridas na Picardia e Hainaut, lideradas por Rodrigue de Villandrando, sob ordens do soberano de França.

seus posicionamentos, tornando o encontro em Laon um fracasso diplomático absoluto. Segundo Thielemans, Isabel buscou inclusive contactar, por meio de cartas, o cardeal Beaufort para preparar uma trégua, e Henrique VI já teria dado instruções no mesmo sentido aos seus embaixadores. Todavia, com a relutância de Carlos, a tentativa é cancelada ou, como se sabe, adiada.⁹⁶

Com o não cessar das hostilidades em Borgonha e a clara desilusão de Filipe quanto aos resultados das negociações, o último recurso é traçado: a marcha do duque às fronteiras de seus territórios. A frente de armas da Picardia agora aponta suas lanças a Troyes. E como é habitual, novamente Isabel sobe ao trono da Borgonha.

Ainda houveram encontros com o objectivo de reconciliação. Em Janeiro de 1442, em Nevers, o duque apresenta novas reclamações aos representantes de Carlos. Todavia, as ofensivas à Borgonha eram bem vistas pelo partido de René de Anjou, rei de Sicília e duque de Bar e Lorraine, uma vez que este era prisioneiro de Filipe desde a batalha de Bulgnéville em 1431. Por isso, a vitória sobre a Borgonha era um óptimo meio de escapar deste débito. Em 1445, a situação muda novamente. Com a retomada dos conflitos com Inglaterra por parte da França, o prolongamento das ofensivas em Borgonha representa um risco muito grande para o reino da flor de liz. Carlos estaria pronto para novas negociações.

Foi em Châlons-sur-Marne que os mais importantes acordos ocorreram. Filipe tratou de estabelecer os meios para o acordo com Carlos, com antecedência, convocando o bailio de Dijon e Auxerre, assim como Armenier, presidente do parlamento da Borgonha, para cuidar dos métodos, condições e queixas⁹⁷ a serem apresentados a Carlos. Por se tratar de uma complexa e difícil negociação, Isabel foi chamada⁹⁸ para desempenhar o papel de reconciliadora.⁹⁹ Primeiramente, em Abril, a duquesa encontra-se com uma embaixada de Carlos em Reims, para uma análise e discussão dos problemas. Em seguida, parte para Châlons, onde estaria o real séquito de Carlos em função da comemoração do casamento de Jean de Calabre e Maria de Bourbon, sobrinha do duque. As negociações ocorrem inicialmente com o delfim e em

⁹⁶ THIELEMANS, Marie Rose. *op. cit.* p. 144.

⁹⁷ Sobre as queixas apresentadas, ver: SCHNERB, Bertrand. p. 192.

⁹⁸ Neste momento, Isabel estaria na Holanda a desempenhar um papel de mediadora dos conflitos entre Hoekrs e Kabeljaws.

⁹⁹ BOURASSIN, Emmanuel. *op. cit.* p. 247

seguida, em 29 de Maio, com Carlos. Com uma semana de discussões, os príncipes finalmente chegam a um acordo.¹⁰⁰

Entretanto, os *écorceurs*, comandados pelos partidários de Carlos, prosseguiram com as investidas violentas no Luxemburgo e no Norte, como é o caso de Robert de Floques, bailio de Evreux. A necessidade de um acordo era clara e a duquesa não pouparia esforços para obtê-lo. Em primeiro lugar, um tratado é assinado por Carlos e também, em parte, por René d'Anjou. Estabelecia-se, por acordo, a anulação da dívida de Anjou à Borgonha; a libertação da cidade de Montbéliard pelo delfim, até então tomada ao conde de Wurtemberg; e os Quatro Membros do parlamento de Flandres, citados perante o Parlamento de Paris obteriam a suspensão das penas por nove anos, mediante pagamento de 6000 escudos em ouro.¹⁰¹

Quanto às questões referentes ao porto de Dieppe, até este momento um reduto de piratas que tinham como alvo os barcos comerciais dirigidos a Flandres, Holanda e Zelândia, é assinada uma trégua em conjunto com os respectivos cidadãos.

Fora das discussões oficiais, um caso particular chama a atenção para os que buscam observar a esfera de influência de Isabel. Encontra-se na obra de Sabugosa uma importante passagem sobre a tentativa da duquesa em influir na política de casamento do futuro rei da França. Sobre a morte de Margarida da Escócia, que em 1436 casara, tendo apenas 12 anos, com o futuro Luis XI, narra Sabugosa:

“Um dia de grande calor, depois de caminhar a pé, á hora do sol, em direcção a uma ermida de Nossa Senhora, apanhou um resfriamento, a que se seguiu de um pleurisma. Morreu, pobre creança extravagante, exclamando no seu delírio: - “Fi de la vir! Qu’ou ne m’en parle plus!” É incerto o que se passou no coração tenebroso do viúvo. Mas a necessidade de outro casamento impunha-se desde logo. Então a Duquesa da Borgonha, dando mais uma vez prova do seu tino de estadista, parece ter influido no projecto de casar o futuro Rei da França com sua sobrinha Leonor, filha de El-rei D. Duarte. Este projecto foi acariciado na Côte portuguesa. A infanta, porém, já na ideia d’uma aliança com o Imperador da Allemanha, declarou que só com elle casaria. A Duquesa de Borgonha não insistiu.”¹⁰²

¹⁰⁰ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 405

¹⁰¹ LACERDA, Daniel. *op. cit.* p. 56

¹⁰² SABUGOSA, Conde. *Gente d’Algo.* p. 80-81

A actividade diplomática de D. Isabel não se fez sem o recurso à utilização de somas de elevado valor. A sua utilização, no entanto, não foi feita sem que a duquesa consultasse previamente seu marido e dele obtivesse autorização para pagar grandes quantias como as que foram entregues a René de Anjou ou as restituições pagas às cidades de Clermonte e Neufchâteau. Neste caso em particular, o sucesso só seria alcançado graças aos que a acompanharam nas conferências, uma vez que muitos faziam parte do séquito de Filipe, auxiliando, portanto, no convencimento do duque. A reconciliação trouxe um novo panorama de paz, apesar de momentâneo, e também uma situação mais confortável para a Borgonha. Isabel mostra-se novamente uma figura chave na política diplomática.

4.6. Luxemburgo e Holanda: a habilidade administrativa de Isabel

Com o matrimónio entre Elizabeth de Gorlitz, senhora do Luxemburgo, e António, duque de Brabante e tio do duque de Borgonha, Filipe direcciona seus esforços, a partir de 1425, no sentido da anexação do ducado de Luxemburgo aos seus domínios. Este ducado representava uma porção territorial deveras agradável ao projecto de expansão das terras borgonhesas. A tarefa revelou-se inicialmente árdua, com dois tratados acabados em fracasso. O acordo com Luxemburgo é feito somente aos quatro dias do mês de Outubro de 1441, em Hesdin, onde, por meio do procurador de Elisabeth de Gorlitz, Florent de Boscuse, é selado o acordo de concessão do território ao sobrinho do senhor de Brabante.

As negociações deste tratado foram realizadas inteiramente por Isabel, que negociou em Bruxelas, directamente com Elisabeth, as condições para a aplicação do acordo. Este, por sua vez, é assinado pelas duquesas em 11 de janeiro de 1442. Assim, o senhor da Borgonha torna-se governador das terras de Luxemburgo.¹⁰³

No mês seguinte, foi a duquesa a responsável pela nomeação dos embaixadores encarregados da posse oficial do ducado. Quanto à liderança desta embaixada, ficaria encarregado o cavaleiro de honra de Isabel, Guillaume de Lalaing.

¹⁰³ Sobre as condições do tratado, consultar: SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 431

Para infortúnio de Filipe, o Luxemburgo não passaria para suas mãos com tanta facilidade. Anne, esposa de Guillaume, duque de Saxe, por julgar-se possuidora do título de duquesa de Luxemburgo – direito sustentando por uma parcela da população – surge como obstáculo a ser eliminado.

A solução deu-se de uma forma muito tradicional, quando em 1443, Filipe decide resolver tal impasse com a força militar. Isabel participa deste conflito de várias formas. Inicialmente vai a Dijon para auxiliar na preparação da expedição. Em seguida, em 26 de Julho, escreve um apelo às armas dirigido aos importantes senhores de Borgonha, nomeadamente, Thibault, bastardo de Neufchâteau, os senhores de Couches e de Saint-Bris. Todos estes deveriam encontrar-se com Corneille, bastardo de Borgonha, responsável pelo comando do exército.

A intensidade da marcha do duque contra aos seus territórios do Luxemburgo foi ritmada pela marcha de sua esposa, que, novamente em posse de plenitude de poder, se dirigiu para Bruxelas com o objectivo de arrecadar fundos necessários para a manutenção do conflito, tarefa que não exigiu grande empenho, uma vez que a guerra foi extremamente rápida visto que ocupou, tão somente, a noite de 21 a 22 de Novembro. Foi, porém, tempo necessário para a tomada da fortaleza de Luxemburgo. Todavia, mesmo com a vitória de Filipe, *o Bom*, o Luxemburgo será constantemente reclamado por Guillaume de Saxe e, posteriormente, por Ladislav, rei da Boémia. O conflito por este importante ducado permaneceria mesmo após a morte de Filipe.¹⁰⁴

No que respeita ao condado da Holanda, D. Isabel esteve directamente ligada a dois problemas maiores: um durante sua delegação de poder em 1441-1442 e outro em 1444, quando se instala em La Haye.

O condado da Holanda viria a ser, com a expansão territorial do século XV, a região mais desenvolvida dos Países Baixos da Borgonha. Crescimento proporcionado pelo alto fluxo comercial marítimo da região. Situação favorável à Borgonha até 1438, quando a guerra hanseático-holandesa¹⁰⁵, entre Países Baixos e a Hansa teutónica têm início. Mesmo com a paz de Copenhaga, em 23 de Outubro de 1441, com claras vantagens para o lado Holandês, as fortes indenizações às vítimas de pirataria e o

¹⁰⁴ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 432.

¹⁰⁵ Foi um conflito (1438 – 1441) entre os Países Baixos e a liga Hanseática pelo controlo marítimo do Báltico.

prejuízo causado devido aos gastos para armar seus barcos, geram a revolta de Amsterdão. Em nove de Março de 1442, Isabel declara a cidade como rebelde, ordenando o confisco dos bens de todos os seus habitantes. E em Outubro do mesmo ano, recebe o apoio de concelhos e vilas holandesas favoráveis à paz de Copenhaga. Em 1444, Amsterdão é condenada à expulsão de representantes do partido dos *Cabillaus (Kabeljauws)* em favorecimento aos *Hameçons (Hoeks)*.

A segunda metade do século XV foi marcada pelo conflito dos partidos supracitados em Holanda e Zelândia. Sendo os *Kabeljauws* favoráveis a Filipe, o Bom, em seu litígio contra Jacqueline da Baviera. Em 1433, Hugues de Lannoy, torna-se, com a nomeação do duque, o primeiro governador dos Países Baixos, tendo sido bem recebido em território Holandês. Todavia, o conflito retorna com a sucessão de Lannoy, quando, em 18 de Abril de 1440, Guillaume de Lalaing assume o governo. O facto de uma das filhas de Lailaing ser casada com Reinoud de Brederode, chefe do partido dos *Hoeks*, provoca novamente a agitação e fortalecimento das disputas, que perduraram de 1441 à 1448.

Em um período inicial, Isabel estaria presente nos litígios de forma mais moderada. Trata desde o envio do procurador ducal em Holanda e Zelândia à Hesdin, até solicitações ao conselho de Holanda. Mas terá sido a partir de 1444 que o duque faz de sua esposa a responsável directa pelo restabelecimento da ordem.

Isabel permaneceu de 28 de Setembro de 1444 a Fevereiro de 1445 em Holanda, precisamente em La Haye, localidade em que passa maior parte do tempo. Junto a Isabel estiveram Louis Domessant, secretário do duque, e o antigo governador, Hugues de Lannoy. Recebeu a visita de Pierre de Bauffremont, para receber informações de um reencontro com Carlos VII e também do secretário François de Gand. Demonstrando, portanto, que além dos problemas de Holanda, a duquesa estaria constantemente envolvida nos assuntos diplomáticos relativos à Reims.¹⁰⁶

Na Holanda, de modo similar ao acontecido em Bruges, a duquesa testemunhou e protagonizou um episódio que certamente a atingiu de forma tão abrupta como o seu antecedente em Bruges. Em Haarlem, em um momento de revolta, D. Isabel foi retida e teve seus pertences revistados pelos *Kabelyaws*, o que provocou grande desgosto e

¹⁰⁶ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 434

possivelmente certo rancor à duquesa, uma vez que esta procurou tomar medidas severas.

É inquestionável a importância dos acontecimentos dos anos de 1438 a 1445 na história da administração de Filipe. Ocorre o restabelecimento da paz com Inglaterra, a evolução das negociações com Carlos VII, a resolução das questões com Luxemburgo, o equilíbrio das finanças, o controle da corrupção e o processo de pacificação com Inglaterra. E como se tornou possível observar, o papel da duquesa foi de grande valia. Principalmente no que diz respeito às negociações diplomáticas, onde o duque sempre buscou intervir o mínimo possível. Um período em que o reconhecimento do duque para com a competência de Isabel era mais do que regular, já que lhe concedeu inúmeras vezes a plenitude do poder.

4.7. O processo de aquisição de Génova

Uma aliança franco-borgonhesa toma forma no campo diplomático a partir de 1440. Filippo Maria Visconti, duque de Milão, é pressionado por Carlos de Orléans, com apoio de Carlos VII e Filipe da Borgonha, a ceder Asti, território pertencente a Carlos de Valois devido ao dote de sua mãe Valentina Visconti. O duque de Milão, planeia um acordo e decide propor a concessão de Génova para que França e Borgonha a dividissem entre si. Isabel esteve em primeiro plano nesta negociação, pois a terá visto como uma oportunidade de beneficiar seu filho Carlos. Já Filipe via a aquisição de Génova como uma importante conquista no âmbito militar, pois a colocaria como base naval aos seus planos de cruzada.

Os acordos ocorreram de forma pacífica. Em 1444, Jean de Rosimbois é encarregado do diálogo entre Visconti e Isabel, onde aparece claramente o desejo, por parte de Milão, em uma aliança com Borgonha. No ano seguinte, Isabel recebe a visita do jurista milanês e professor da universidade de Dole, Raimond de Marliano, com o fim de conversar sobre a possibilidade da aquisição de Génova por parte de França e Borgonha. Em 1446, o diplomata francês Jean Jouffroy segue para Milão com o provável objectivo de realização do citado projecto. Todavia, os planos franco-

brogonheses seriam sepultados juntamente com o mais importante dos envolvidos, o duque de Milão, que morre em 1447.¹⁰⁷

4.8. As relações com Aragão e Portugal

Ao entardecer da primeira metade do século XV as acções de pirataria por parte dos catalães contra os flamengos causam um sério problema diplomático entre Aragão e Borgonha. A primeira intervenção de Isabel ocorre em 26 de Novembro de 1436 e em 6 e 7 de Março de 1439, datas em que a duquesa exige às autoridades de Barcelona a libertação de um capitão e a restituição de bens dos mercadores flamengos. Devido ao pouco interesse de Aragão em acatar o pedido da Borgonha, em 1440, Filipe taxa as mercadorias provenientes daquele reino e da Catalunha, de forma a ressarcir os atingidos, taxa que viria a dobrar em 1444. Isabel tentou utilizar o prestígio de sua linhagem para um acordo. A duquesa era, como se sabe, irmã do rei D. Duarte de Portugal, esposo de Leonor de Aragão, que por sua vez era irmã de Afonso V deste reino. Uma de suas políticas de favorecimento a Aragão é vista em 1443, quando consegue que Filipe suspenda a apreensão dos bens de mercadores catalães em Bruges, acto realizado como represália pela captura de uma caravela de Borgonha enviada a Rhodes em 1441¹⁰⁸.

Quanto às relações entre os reis, um desfecho feliz beneficiaria a Borgonha. Filipe aproxima-se de Afonso V. O rei de Aragão foi reconhecido rei de Nápoles em 1433, e, em 1444, demonstrou a Isabel um grande interesse em uma aliança militar com fins cruzadistas. Por isso, não será casual o facto de Afonso V ser o primeiro rei estrangeiro a receber a ordem do Tosão de Ouro. Em troca, Filipe recebe a Ordem da Estola e da Jarra¹⁰⁹. As intenções de Afonso V são demonstradas por cartas enviadas para o duque e a duquesa da Borgonha, em 1446. O estreitamento da relação torna-se visível quando, em 1450, o duque elimina a taxação sobre as mercadorias aragonesas. D. Isabel esteve de novo presente nos assuntos das finanças, pois procurou examinar o impacto da exclusão desses impostos na economia borgonhesa. Por isso, continuou a

¹⁰⁷ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 441-442

¹⁰⁸ *Ibid.* *op. cit.* p. 442

¹⁰⁹ A ordem da Estola e da Jarra é uma ordem de cavalaria fundada por Fernando de Antequera, príncipe de Castela, em 1403.

buscar a aliança com Aragão, recebendo em Bruges, em 1451, embaixadores de Afonso V. Solicita, através deles, ao rei de Aragão que intervenha a favor de seu sobrinho, João de Portugal¹¹⁰, frente ao Papa. Por intermédio de Isabel, surge uma nova aliança. Ainda no mesmo ano dois dignitários da corte de Aragonesa entram para a ordem do Tosão de Ouro, são eles: Iñigo de Guevara e Pedro de Cardona.

A defesa dos interesses borgonheses feita por Isabel será muito constante durante o período da queda de Constantinopla. A necessidade de manter a política comercial e prosperidade do reino é grande, devido à instabilidade nas terras do Oriente. No que diz respeito às relações com Aragão no mesmo período, existe uma carta, datada de 1456, dirigida por Isabel às autoridades Barcelona, exigindo que os portugueses de um baleeiro do duque, preso pelos barceloneses, fossem libertos e ressarcidos.¹¹¹

Por fim, a duquesa teve de enfrentar um situação complexa no âmbito diplomático-familiar, quando em 1464, seu sobrinho, Pedro de Coimbra¹¹², sobe ao trono da Catalunha em oposição a João II, que por sua vez terá sucedido Afonso V em 1458. A duquesa opta por não intervir no conflito entre Barcelona e Aragão, tendo este litígio final em Calaf, em 1465, com a vitória de João II.

As relações diplomáticas entre a Borgonha e o país de origem da duquesa estiveram constantemente presentes na vida de Isabel. O interesse em manter uma ligação estável com sua terra natal é clara. Com este fim buscou empenhar o melhor de seus esforços em uma política matrimonial, com o objectivo de alargar a esfera de influência portuguesa.

O papel de Isabel nos interesses de seus compatriotas pode perceber-se na carta de franquia de 1438, onde a duquesa mantinha partido pelos portugueses nos casos de conflitos com as outras nações mercantes. Em 1463, consegue beneficiar os portugueses obtendo-lhes uma redução da taxa imposta pela compra do vinho quando este fosse para consumo pessoal. É possível observar a excelente relação de Isabel com Portugal devido a numerosas peças, provenientes de Flandres, e oferecidas pela duquesa à sua terra,

¹¹⁰ Um dos filhos exilados do infante D. Pedro, duque de Coimbra, após o desastre de Alfarrobeira.

¹¹¹ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 443.

¹¹² Pedro de Coimbra, conde de Barcelona, um dos filhos exilados do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

como tapetes, quadros, livros e esculturas, destinados tanto aos membros de sua família como às ordens religiosas.¹¹³

Mas, mesmo com os privilégios e doações, a intervenção de Isabel foi mais forte no âmbito de ligações sanguíneas. Foram muitas as participações da duquesa neste âmbito. Entre elas evidencia-se as diligências para esposar sua sobrinha Joana, irmã de Afonso V, com Ladislau da Hungria. Outro caso é o casamento de Carlos de Charolais, viúvo de Catarina da França, com a irmã de Ladislau, Isabel da Áustria. Porém, o grande sucesso neste campo, foi o matrimónio de Leonor de Portugal, irmã de D. Afonso V, com o Imperador da Alemanha, em 1452, uma vez que esta união visava a aliança para o combate aos Turcos.

A duquesa também acompanhou sempre de muito perto a empresa portuguesa em África, principalmente os feitos de seu irmão Henrique, dito o navegador. Os anseios da expansão portuguesa congregavam não só o Santo Padre, como toda a cristandade, uma vez que aqueles simbolizavam os ideais de cruzada. Consta em uma crónica de Antuérpia, citada por Sommé em sua obra, que, devido à derrota portuguesa em Tânger em 1437 e a captura do infante D. Fernando pelos mouros, Isabel foi a responsável por exigir ao duque a construção de um frota em Brabante, entre os anos 1438-1439, com o objectivo não apenas cruzadista, mas de libertação de seu irmão mais novo¹¹⁴. Para desgosto de Isabel, suas pretensões não foram o suficiente para resgatar seu irmão, que viria a morrer em mãos mouras seis anos após sua captura¹¹⁵.

A duquesa enfrentou também alguns problema diplomáticos com Portugal, quando, em 1449, na batalha de Alfarrobeira¹¹⁶, morre seu irmão D. Pedro de Coimbra e ela recebe seus sobrinhos exilados em Flandres¹¹⁷.

¹¹³ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 444

¹¹⁴ *Ibid.* *op. cit.* p. 445

¹¹⁵ O que não impedirá que Isabel se mantenha regularmente informada e atuante no que diz respeito à captura de seu irmão. Um claro exemplo da participação de Isabel no processo de recuperação do corpo de Fernando é a presença de Simon de Lailang e seu secretário, Jacques de Ramecourt, na expedição de António, dito o grande bastardo.

¹¹⁶ Trata-se de um conflito entre D. Afonso V e seu tio e sogro, D. Pedro, duque de Coimbra. A batalha foi um importante marco na história portuguesa, onde prevaleceu a manipulação senhorial palaciana frente a um adversário favorável aos interesses do Reino, em detrimento dos grandes senhores. Ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *ALFARROBEIRA, Batalha de*. In SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Mirandela, Iniciativas Editoriais, 1975, Vol. I, p. 96-97

¹¹⁷ São eles: o futuro arcebispo de Lisboa e cardeal, D. Jaime. Aquele que virá a ser conde de Barcelona, D. Pedro. O que se tornará príncipe da Antioquia, D. João. E Isabel, futura rainha de Portugal.

Em 1460, alguns flamengos instalam-se nos Açores, território entregue a D. Henrique em 1439, para que o colonizasse. Ainda no mesmo período, Jacques de Bruges recebe uma autorização para ocupar a ilha Terceira. Posteriormente, em 1468, Josse de Hurtere, também proveniente de Flandres, será nomeado capitão donatário da ilha de Faial. O responsável por esta nomeação foi D. Fernando¹¹⁸, seu filho adotivo e sucessor de D. Henrique. Ambos os episódios mostram o claro interesse português na manutenção de suas relações com a Borgonha. Todavia, neste caso, não há conhecimento de fontes que mostrem o envolvimento directo de Isabel nas referidas decisões.

¹¹⁸ Segundo filho do rei D. Duarte de Portugal.

5. O afastamento político de Isabel.

Apartir do ano 1446 a documentação sobre Isabel começa a tornar-se escassa. A redução da presença da duquesa nos assuntos da administração corresponde ao período de grande estabilidade política do ducado da Borgonha.

Desde o tratado assinado em Dijon por Isabel, em 23 de abril de 1443 que Inglaterra e Borgonha viviam em paz. A estabilidade nas relações com Carlos VII foram atingidas com as conferências de Chalôn em 1445, e a crise econômica e demográfica dos anos 1437 a 1439 estavam superadas. A prosperidade era uma realidade na Borgonha.

De 1435 a 1445, com a expansão territorial do estado e o final da guerra com a França, uma série de medidas são tomadas pela administração da Borgonha para o fortalecimento de suas influências. Era o início de um processo de políticas de centralização. A criação de um Grande Conselho, uma corte de justiça e um conselho de nobres, tornaram a necessidade de intervenção da duquesa cada vez mais desnecessária.

Foi esse o momento em que Filipe desempenhou as ações que o tornariam conhecido por todo o Ocidente. Bruges, Bruxelas e Lille atingiram seu período de maior esplendor e foi o tempo em que os grande ancestrais da família real seriam glorificados. É a época áurea, tanto no sector económico como artístico.

Isabel ficou encarregada, quase exclusivamente, da diplomacia. Permaneceu ainda com as relações anglo-borgonhesas e reforçou as relações com os países do mediterrâneo. Com a reorganização no domínio das finanças, entre 1445-1447, a duquesa abandonou esta área que ocupou com tanta responsabilidade nos tempos anteriores. Por fim, na década de 50, seu filho Carlos já teria idade para assumir os compromissos na administração, antes ocupados por Isabel.

No domínio financeiro, o contributo de Isabel no restabelecimento das finanças ducais entre os anos de 1437 à 1444 foi significativo. Mas, indo ao encontro da política de afastamento da duquesa dos assuntos administrativos, a própria Isabel nomeia, em 1445, Pierre Bladelin, tesoureiro e governador geral das finanças. Todavia, ainda se pode observar a vontade de Isabel em buscar o equilíbrio das contas, sugerindo

maneiras de contenção de despesas na corte, em 1445, propondo desde a redistribuição dos oficiais régios palacianos à reformulação da guarda¹¹⁹.

Pierre Bladelin, governador geral das finanças, e Guillaume le Muet, supervisor das finanças, serão suprimidos logo em seguida, sendo substituídos por um conselho ducal e posteriormente, em 1447, por 3 comissários, nomeadamente Baudouin d'Oignies, Philippe de Nanterre e Martin Cornille, este substituído por Pierre du Chêne.

Em 1446, é possível observar um persistente interesse de Isabel nesta área. Em 1448, a sua experiência seria solicitada em Flandres. Ainda no mesmo período houve uma consulta de Isabel às contas de Hesdin. E em 1451, os crescentes problemas em Gand, propiciaram um passageiro retorno da duquesa. Isabel trabalhou juntamente com Pierre Bladelin e Guillaume le Muet, nas contas da Borgonha. E no outono do mesmo ano, Muet escreve à duquesa sobre assuntos financeiros, nomeadamente o pagamento dos oficiais de guerra em expedição contra o Luxemburgo¹²⁰. Com a ausência do duque, pela primeira vez a duquesa não recebe a autoridade, mas sim, seu filho Carlos, agora com dezoito anos. *O Temerário*, como viria a ser chamado, receberá o poder de 2 de Outubro a 20 de Novembro de 1451, sendo agora responsável, como tenente geral¹²¹, pelos problemas em Gand.

Ainda no que diz respeito ao conflito de Gand, apesar da ofensiva ser responsabilidade do conde de Charolais, terá sido Isabel a autora da obtenção dos recursos necessários, assim como pela realização do confisco dos bens pertencentes aos rebeldes. Possuiu um responsável pela recolha de rendimentos, o recebedor Jean Massiet, e permaneceu constantemente a par da situação, por meio de mensagens enviadas pelo duque.

Entre os anos 1454 e 1455, Filipe ausenta-se do poder para tratar de assuntos relativos à cruzada com o imperador e príncipes alemães. Durante este período, que se estende de Março a Fevereiro, o duque confia o poder a Carlos e a um conselho de regência¹²². Todavia, o conde de Charolais deixa Lille apenas dois dias após seu pai,

¹¹⁹ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 438.

¹²⁰ Com a morte da duquesa de Luxemburgo, Elisabeth de Görlitz, em 1451, Filipe parte em expedição com o objectivo de firmar autoridade no território e fazer frente às ameaças de Guilherme de Saxe.

¹²¹ Livre tradução do cargo: *lieutenant général*.

¹²² Acompanhavam Carlos no poder: três de seus primos, Jean d'Etampes, Adolphe de Clèves e João de Coimbra (2º filho varão de D. Pedro de Coimbra). Além deles contavam-se também Jean Chevrot, Jean

momento em que parte para a Holanda. Mais uma vez, a duquesa assume o poder, desta vez com o conselho supracitado e acompanhada, principalmente, do camareiro Antoine Rochebaron¹²³. Duas cartas são escritas por Isabel em Maio: uma, no dia 2, dirigida aos meirinhos e vereadores de Oudenaarde¹²⁴; e outra, datada de 9, ao conde de Étampes, sobre assuntos secretos.

Devido à forte presença do conselho ducal, a participação de Isabel é muito pequena neste período. Seus últimos actos políticos como duquesa aconteceram nos anos de 1455 e 1456. Em Dezembro do primeiro ano, Filipe solicita a Isabel que resolva um problema em Bruges, que é referido pelo duque como o banimento de “*aucuns malfaiteurs et gens de maise vie qui y estoient*”¹²⁵. E por fim, em Outubro de 1456, a duquesa recebe em Bruxelas, no lugar de seu marido, ocupado no combate de Utrech¹²⁶, o delfim fugitivo de França, Luís.

5.1. Os acordos finais com Inglaterra

O mar do Norte trouxe sempre suficientes motivos para o conflito anglo-borgonhês. Apesar dos acordos de 1439 e 1443, a pirataria em ambos os lados ameaçava constantemente a aliança. As ameaças não se restringiam aos actos criminosos, mas incidiam também no campo comercial, com a concorrência entre a lã inglesa e a indústria têxtil dos Países Baixos, o que gerava desde taxações a problemas de regulamentação, quer nos portos ingleses quer nos borgonheses.

Ainda mais ameaçada estava a referida aliança com o matrimónio do rei Henrique VI e Margarida de Anjou, sobrinha de Carlos VII e portadora de uma hostilidade preocupante aos senhores de Borgonha. Todavia, a necessidade de manter o comércio entre os dois países era fundamental para ambos, o que obrigou a um esforço por parte das embaixadas no sentido de manter o diálogo.

de Croy, Hugues de Lannoy, Jean de Luxembourg, senhor de Haubordin, os dez principais oficiais da casa do conde, Jean d’Auxi e Jean de Rosimbos. (SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 440)

¹²³ *Ibid. op. cit.* p. 440

¹²⁴ Livre tradução: *Bailli e échevins d’Audenarde*.

¹²⁵ *Ibid. op. cit.* p. 411

¹²⁶ Trata-se da luta pela candidatura de um bastardo de Filipe, David, à sede episcopal.

As questões de reparação de prejuízos, neste caso para os alvos de pirataria, estiveram entre os maiores problemas diplomáticos. E foi Isabel a responsável por negociar e tomar medidas para as suas resoluções. Em 16 de Março de 1446, Filipe concede o poder a Isabel, para que esta decidisse tudo que fosse necessário para resolver as reparações. A duquesa designa três embaixadores em Bruges¹²⁷, com o fim de tratar do caso. Em 12 de Maio ela recebe mais uma delegação de poder, com o objectivo de diligenciar a cessação da guerra que fora concluída em 1443. Juntamente com o duque de York, Isabel trata de ampliar por mais um ano a trégua. No ano seguinte, em Bruges, no dia 14 de Maio, a duquesa seria a responsável por mais uma prorrogação de 4 anos¹²⁸.

No que diz respeito aos actos criminosos no mar, uma série de reuniões será realizada entre os anos 1447 e 1459, nas quais a duquesa aparece como principal interlocutora. Em 1447, Henrique VI envia uma carta a Isabel, solicitando a anulação de uma ordem de proibição aos panos ingleses, expedida pelo duque em 12 de Fevereiro do mesmo ano. Em 1449, a duquesa envia seu intendente, Jean le Canu, para tratar da liberação de navios e mercadorias pertencentes a Flandres, Holanda e Zelândia. Em 1452, uma embaixada é enviada a Inglaterra por Isabel, para tratar do prolongamento da trégua. Desta vez, tendo participação o seu cavaleiro de honra, Aires Gomes, juntamente com João de Luxemburgo. Neste mesmo ano, envia Henriët van Hove, para tratar de uma missão sobre os danos causados pelos ingleses. Em Janeiro de 1453, a duquesa manda João Crolho, servidor de João de Coimbra, à Inglaterra, para que entregue cartas sobre a preparação de uma convenção em Gravelines, presidida pela própria Isabel entre os dias 13 e 21 de Abril.¹²⁹

As relações anglo-borgonhesas se agravaram muito na década de cinquenta. O rei de Inglaterra, em oposição às atitudes hostis de Filipe, que apreendeu e confiscou bens de ingleses nos Países Baixos, aprisiona, em 1450, Isabel de Lailang, servidora da duquesa. A Inglaterra exigia a libertação dos ingleses e de seus bens, tendo como contrapartida a libertação de Lailang. As hostilidades por parte de Inglaterra aumentaram cada vez mais, principalmente neste momento em que as operações militares em França estão por terminar. Em 1453, a disputa entre os Lencastre e York,

¹²⁷ Nomeadamente: Henri Utenhove, Parent Fane e Louis Domessent.

¹²⁸ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 447-448.

¹²⁹ *Ibid. op. cit.* p. 448

em Inglaterra, auxilia os problemas com Borgonha. A tentativa de Isabel em restabelecer a ligação com o reino de sua família materna seria o último grande esforço diplomático da duquesa, que se afasta dos assuntos políticos. Em 1456, Isabel envia Yvon d'Esqueyre em missão a Inglaterra. O ano seguinte será marcado pela grande persistência em negociar, uma vez que o duque passa a temer a aliança de Henrique VI com Carlos VII. Em 1458, Isabel envia uma nova embaixada a Inglaterra, e trata com embaixadores ingleses, em Outubro e Novembro, em Mons, um novo acordo comercial, beneficia os mercadores flamengos. Torna-se próxima de Jean Wenlock, com quem viria a planejar políticas matrimoniais envolvendo os filhos de Henrique VI, que visavam a aproximação anglo-borgonhesa. Todavia, o duque a impede de prosseguir este plano. Por fim, Isabel encerra a sua vida diplomática com os acordos de 1467, nas quais se contêm as condições para o casamento entre seu filho, Carlos, e Margarida de York. Assim terminam os quase quarenta anos de actividade política diplomática da duquesa em prol da paz entre os reinos.

5.2 Os últimos anos da duquesa da Borgonha

Um dos motivos apontados para o afastamento de Isabel relacionar-se-á com o *profundo descontentamento* da duquesa no que diz respeito aos relacionamentos de Filipe com suas amantes. Diz-se que vivia *como em devoção, sem vestir o hábito religioso*¹³⁰ e que o estopim seria o conflito entre Filipe e Carlos.¹³¹

Os anos finais da vida de Isabel foram marcados pela constante luta frente às heresias e em prol do crescimento e fortalecimento da Igreja, uma clara herança de sua mãe, D. Filipa de Lencastre, como pode ser observado no capítulo primeiro. Outro motivo possivelmente responsável pelo afastamento de Isabel é a sua adesão ao movimento religioso chamado de *Devotio Moderna*¹³². A partir dos anos 1450, com a finalização da educação de Carlos e os problemas conjugais com Filipe, a duquesa dedicou-se a atos de caridade e apoio a instituições religiosas. Dentro de seu próprio

¹³⁰ LACERDA, Daniel. *op. cit.* p. 77

¹³¹ Sobre as disputas entre Filipe, *o Bom* e Carlos, *o Temerário*, ver: BOURASSIN, Emmanuel. *Philippe le Bon, le grand lion des Flandres*. Paris, Editions Tallandier, 1983. p. 297-318.

¹³² Trata-se de um ideal de Cristocentrismo, onde se procura imitar os sacrifícios de Cristo, a caridade e a contemplação. Sobre a *Devotio Moderna*, ver: RAPP, Francis. *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*, Paris, PUF, 1971, p. 226-248.

castelo de La Motte-au-bois, Isabel geria um espécie de Hospital, onde cuidava, com a ajuda de religiosas, de mulheres pobres e de avançada idade, assim como de doentes que chegavam do exterior. Como duquesa de facto, poucas serão suas deslocações, sendo os principais casos os que seguem: um banquete realizado pelos reis cristãos do Oriente, com a presidência do patriarca da Antióquia e delegado do Papa, Louis de Boulogne, que pediam auxílio ao duque para combater. E o casamento de seu filho Carlos, que se unia com Margarida de York, acontecimento que virá a ser observado ainda neste sub-capítulo.

Os últimos dois grandes acontecimentos marcantes na vida de Isabel ocorreram em 1467 e 1470. O primeiro, fora do âmbito político e diplomático mas que merece menção, a morte de Filipe, *o Bom*. Com problemas sérios de saúde - como gota, asma e a própria debilidade da idade avançada - que já haviam demonstrado força nos anos de 1458 e 1462, o duque falece em Junho de 1467, não podendo Isabel sequer ouvir suas palavras finais, tamanha a rapidez de sua morte¹³³. Apesar dos problemas, Isabel e o duque sempre mantiveram grande amizade e admiração mútuas. Ao mesmo tempo que sepultava seu marido, a duquesa veria a ascensão de seu filho Carlos ao trono, assim como os problemas que imediatamente o afrontavam.

Um segundo acontecimento, agora em 1470. Trata-se de uma situação de grande complexidade que agitou as relações anglo-franco-borgonhesas. Henrique VI de Lencastre, após libertação da Torre de Londres, foi assassinado, ao passo que, em simultaneidade, falece em combate o príncipe de Gales. No ano seguinte, o trono é recuperado por Eduardo IV de York, facto que tornava Carlos, *o Temerário* e Isabel herdeiros dos Lencastre. Face ao longo tempo de conflito com o novo duque da Borgonha, Luís XI buscou estabelecer uma aliança matrimonial com Inglaterra, para desta forma suprimir a ameaça das terras ao norte. Todavia, Carlos saiu vitorioso nesta *corrida* pelas relações com Inglaterra. Muito bem quisto por sua família inglesa, uma das muitas heranças de sua mãe, Carlos sela a aliança com Eduardo IV por meio do matrimónio com Margarida de York. E novamente se evidenciam os conhecimentos de Isabel, que foi a responsável por todo o processo de negociação e imposição de condições.

¹³³ BOURASSIN, Emmanuel. *Philippe le Bon*. p. 376-377

Mesmo distante, Isabel era valorizada. Carlos manteve visitas frequentes a sua mãe, seja para aconselhamento, seja para auxílio diplomático, como foi o caso de seu casamento. Extremo amor e admiração, eis os sentimentos do duque por D. Isabel, que prestaria seus serviços à Borgonha até ao limiar de sua jornada.

A vida de Isabel chegou ao seu fim em Aires, no Artois, aos dezessete dias do mês de Dezembro de 1471. Aos 74 anos, seu corpo levou consigo à câmara fúnebre um hábito de cordão dos franciscanos, conforme narram os cronistas. Quanto ao seu sepultamento, este ocorreu em quatro de Janeiro de 1472, nos Chartreux de Gosnay, Béthune. E dois anos mais tarde, sob ordem de seu filho Carlos, é transferida para o real panteão da casa da Borgonha, em Dijon, onde com importante cerimónia seria depositada, juntamente com Filipe, em seu jazigo.

Segundo Daniel Lacerda, Jean Meschinot, a pedido de Antoine de Croy, compôs sobre o citado momento uma peça poética de nome *Breve lamento e queixume na morte de Madame de Borgonha*. E Vasco de Lucena, protegido de Isabel, escreveu um epitáfio sob a forma de um Epigrama em dez dísticos latinos, onde acentua a alta linhagem e o valor moral da defunta, reduzidos a cinzas.¹³⁴

¹³⁴ LACERDA, Daniel. *op. cit.* p. 100

6. Análise crítica da bibliografia sobre Isabel de Portugal

De forma a concluir os dois principais objectivos desta dissertação, apresentamos agora as obras essenciais produzidas sobre o tema. Desde crónicas a biografias e estudos genéricos, este capítulo é o resultado de uma grande pesquisa nas obras de língua francesa, inglesa e portuguesa.

De forma a incentivar e auxiliar futuras pesquisas, além de apresentar a evolução dos estudos sobre D. Isabel, esperamos com isto tornar mais acessível o conhecimento sobre a duquesa.

6.1. As crónicas de Chastellain (1415-1475) e La Marche (1425-1502).

Antes de introduzir o leitor nos estudos produzidos sobre Isabel, é importante apresentar dois cronistas contemporâneos da duquesa, que serviram de fonte para muitas das obras que virão a ser apresentadas.

O primeiro, Georges Chastellain (1415-1475), foi um literato, poeta e cronista flamengo. Com uma carga de experiência muito grande, proveniente de suas viagens por Espanha, França, Itália e Inglaterra, foi escudeiro e membro do conselho privado de Filipe, o Bom. Escreveu, entre outras¹³⁵, a *Crónica dos duques da Borgonha*, publicada em 1827 por Jean Alexandre Buchon¹³⁶. Tal crónica, apesar de privilegiar a figura do duque - o que é compreensível uma vez que ele era um servidor directo de Filipe e um homem de seu tempo - quando analisada de forma mais atenta, oferece valiosas pistas sobre a história de Isabel.¹³⁷

Em segundo lugar está a obra *Mémoires d'Olivier de la Marche*¹³⁸, publicada pela primeira vez em 1562. É uma fonte consultada com recorrência para a escrita da história de Isabel, uma vez que abrange os anos de 1435 a 1488. La Marche (1425-1502) foi um cortesão, poeta e cronista muito próximo de Carlos, o Temerário, e,

¹³⁵ *Louange à la tresglorieuse Vierge* (1455); *Récollections des merveilles advenues en mon temps* (Antwerp, 1505); e *Chronique de Messire Jean de Lalaing*.

¹³⁶ Utilizada nesta dissertação a edição de 2010: BUCHON, Jean Alexandre C. *Chronique des ducs de Bourgogne*. Nabu Press, 2010.

¹³⁷ Sobre este cronista foram já realizados vários estudos. Para um melhor aprofundamento sobre esta matéria, sugerimos a leitura de SMALL, Graeme P. *The chronicle and career of George Chastellain: a study in the political and historical culture of the court of Burgundy*. Tese de doutoramento apresentada a University of Edinburgh, 1994.

¹³⁸ Utilizada nesta dissertação a edição de 2009: D'ARBAUMONT, Henri Beaune J. *Mémoires d'Olivier de la Marche*. Charleston, Bibliobazaar, 2009.

posteriormente, de sua filha, Maria da Borgonha. Foi camareiro-mor de Filipe, *o Bom*, e presenciou o apogeu e declínio da dinastia da Borgonha. Autor de uma série de obras sobre os últimos duques¹³⁹, *la Marche* segue a mesma tendência de Chastellain, ou seja, enquanto servidor dos duques, buscou exaltar ao máximo a figura destes, em detrimento da duquesa. Todavia, com a devida leitura das entrelinhas é possível descobrir algumas importantes acções da mesma.¹⁴⁰

6.2. Os primeiros estudos sobre Isabel.

Desde o ano de sua morte, em 1471, Isabel de Portugal permaneceu em um longo esquecimento nas páginas da História. Sua memória só viria a ser reavivada, mais fortemente, mais de 350 anos depois, em 1824, pela pena de Barante¹⁴¹, que recordaria o papel diplomático de Isabel na política da Borgonha. Porém, é importante evidenciar que existem abordagens anteriores, em língua portuguesa, que tratam de D. Isabel, nomeadamente: *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*¹⁴² e *Monarquia Lusitana*¹⁴³. Todavia, estudos verdadeiramente dedicados à duquesa permaneceriam pouco significativos por quase 100 anos. Apesar de abordada por Oliveira Martins, em 1891, na obra *Os filhos de D. João I*¹⁴⁴, a restrição da acção de Isabel ao campo particular é muito evidente. Sobre a obra de Martins, escreve Rita Costa Gomes:

“Mencionada [Isabel] com certo relevo no poema quatrocentista, afinal o mais próximo de uma imagem coeva, ela desempenha, em Oliveira Martins, um papel apenas perceptível, prelúdio da pura e simples omissão a que será votada pelas versões escolares que reactualizam e perpetuam o mito [da construção nacional da ínclita geração], já no nosso século. Mais do que uma demasiada óbvia misoginia oitocentista (que não cessa de contaminar outras figuras próximas de Isabel como sua mãe D. Filipa, cujo poder era unicamente concebível à escala «doméstica» dos valores burgueses) será a uma crescente ênfase posta numa determinada explicação dos Descobrimentos e da Expansão como fenómeno central do percurso

¹³⁹ *De la puissance de nature et comment les corps célestiaux gouvernent naturellement le monde; Estat de la maison du duc de Bourgogne* (1474); *Traité de la Manière de célébrer la noble fête de la Toison d'or; La Source d'Honneur pour maintenir la corporelle élégance des Dames; Traité et Avis de quelques gentilhommes sur les duels et gages de bataille, "Le chevalier délibéré"* (1483); *"Le Parement et le Triomphe des Dames d'Honneur"* (1501).

¹⁴⁰ Sobre *La Marche* e a corte da Borgonha, ver: MILLAR, Alistair. *Olivier de la Marche and the Court of Burgundy, c.1425-1502*. Tese de doutoramento apresentada a University of Edinburgh, 1996. Disponível em: <http://www.era.lib.ed.ac.uk/handle/1842/1540>.

¹⁴¹ BARANTE, G. P. de. *Histoire des Ducs de Bourgogne de la Maison de Valois 1364-1477*. Paris, Robert Laffont, col. Les grands monuments de l'histoire, 1969.

¹⁴² SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa, Joseph António da Sylva, 1736.

¹⁴³ SANTOS, Frei Manuel dos. *Monarquia Lusitana*. Parte VIII, Lisboa, Francisco da Silva, 1727.

¹⁴⁴ MARTINS, J. P. Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Lisboa, Guimarães Editores, 1993

colectivo português, dando sentido a toda a História da nação, que se deve a relativa obscuridade a que a figura da infanta foi votada.”¹⁴⁵

Com o advento do século XX, novos estudos sobre Isabel foram realizados. Em Portugal, Viterbo apresentaria uma série de fontes para uma história das relações luso-borgonhesas¹⁴⁶. Os estudos mais inovadores foram os de Lagrange¹⁴⁷, em 1935 e 1938, e o de Looten¹⁴⁸, em 1938, onde o itinerário e inventário de Isabel viriam a ser apresentados. Em seguida, novas pesquisas começariam a apontar outros campos de influência da duquesa: o religioso, é o caso de Toussaint¹⁴⁹; e o artístico-literário, em Bossuat¹⁵⁰ e Drouot¹⁵¹.

Na década de 50, Marinesco¹⁵² traria uma nova visão sobre Isabel, onde, em uma análise da Borgonha cruzadista, ela estaria inserida no contexto administrativo, político e económico; e na década de 60, Michel Mollat publica na Revista Portuguesa de História *Quatre lettres missives d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne*¹⁵³. Apesar de lentamente, Isabel de Portugal começava a ganhar importância no meio académico. Todavia, foi apenas em 1970 que a duquesa atingiria seu lugar de direito na História da Borgonha. O responsável por este facto foi inegavelmente Richard Vaughan.

¹⁴⁵ GOMES, Rita Costa. *Leituras: SOMMÉ, Monique. Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: Une femme au pouvoir au XV^e siècle.* p. 237-238.

¹⁴⁶ VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha. Notas documentaes para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a corte de Borgonha.* Archivo Historico Português, Lisboa, Vol. 3, n.os 3 et 4, 1905

¹⁴⁷ LAGRANGE, Baronne Amaury de. *Itinéraire d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne et comtesse de Flandre.* Annales du Comité Flamande de France, t. XLII, 1938.

LAGRANGE, Baronne Amaury de. *Inventaire après décès d'Isabelle de Portugal.* Bulletin du Comité Flamand de France, 1935, p. 419-429.

LAGRANGE, Baronne Amaury de. *Transfert des restes de la duchesse Isabelle de la Motte-au-Bois à Gosnay, puis à la Chartreuse de Dijon.* Bulletin du Comité Flamand de France, 1935, p. 431-434.

¹⁴⁸ LOOTEN, C. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne et comtesse de Flandre (1397-1471).* Revue de Littérature comparée, 18, 1938, p. 5-22.

¹⁴⁹ TOUSSAINT, J. *Les relations diplomatiques de Philippe le Bon avec le concile de Bâle (1431-1449).* Louvain, 1942.

¹⁵⁰ BOSSUAT, R. *Vasque de Lucène, traducteur de Quinte-Curce (1468).* Bibliothèque d'Humanisme et de Renaissance, 8, 1946, p. 197-245

¹⁵¹ DROUOT, H. *Isabelle de Portugal, protectrice de l'humanisme?.* Annales de Bourgogne, 18, 1946, p. 142

¹⁵² MARINESCO, C. *Du nouveau sur Philippe le Bon, duc de Bourgogne, et la croisade, 1^o partier (1419-1453).* Paris, Actes du 6^o Congrès international des études byzantines, 1950, p. 149-168.

¹⁵³ MOLLAT, Michel. *Quatre lettres missives d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne.* In Revista Portuguesa de História XI, I, 1964-1968, p.1-9.

6.3. As biografias dos quatro duques da Borgonha, de Richard Vaughan.

No campo da contextualização, o consagrado autor inglês Richard Vaughan merece destaque. Muito explorado neste trabalho, o conjunto da obra de Vaughan está entre os mais importantes estudos sobre a história do estado da Borgonha. Compõe-se de quatro volumes de carácter biográfico, são eles: *Philip the Bold. The Formation of the Burgundian State*; *John the Fearless: The Growth of Burgundian Power*; *Philip the Good: The Apogee of Burgundy*; e *Charles the Bold: The Last Valois Duke of Burgundy*¹⁵⁴, publicados em 1962, 1966, 1970 e 1973 respectivamente. A importância destas obras evidencia-se nas suas reedições, em 2002, e consecutivas reimpressões até os anos de 2009 e 2010. Para compreender a acção de Isabel é preciso analisar o ambiente em que a duquesa está inserida e Vaughan não se limita às apresentações, muito pelo contrário, suas obras são resultado de uma exaustiva consulta documental e bibliográfica, onde o autor explora os mais variados pontos da história borgonhesa. Nas palavras de Bertrand Schnerb “*constituent une oeuvre remarquable par son ampleur, sa hauteur de vue et son caractère complet*”¹⁵⁵. No que diz respeito à duquesa da Borgonha, as duas obras finais de Vaughan, embora ricas neste aspecto quando publicadas pela primeira vez¹⁵⁶, hoje já foram superadas por biografias específicas mais novas e actualizadas. Todavia, não deixam de ser uma importante fonte de consulta para a compreensão do meio que envolve Isabel, pois o que muitas vezes é ocultado pelos biógrafos da duquesa – possivelmente resultado da constante especialização em detrimento do contextual – é possível encontrar em obras deste género. Por fim, quanto ao uso nesta dissertação, Vaughan foi de grande importância para a escrita da história do estado da Borgonha (capítulo 4) e para inserir Isabel em contextos específicos de conflitos, onde sua habilidade diplomática era necessária.

¹⁵⁴ VAUGHAN, Richard. *Philip the Bold. The Formation of the Burgundian State*. Londres. Boydell Press, 2002.

VAUGHAN, Richard. *John the Fearless: The Growth of Burgundian Power*. Londres. Boydell Press, 2002.

VAUGHAN, Richard. *Philip the Good: The Apogee of Burgundy*. Londres. Boydell Press, 2002.

VAUGHAN, Richard. *Charles the Bold: The Last Valois Duke of Burgundy*. Londres. Boydell Press, 2002.

¹⁵⁵ SCHNERB, Bertrand. *op. cit.* p. 7

¹⁵⁶ O grande número de informações sobre a duquesa da Borgonha foi decisivo para a produção científica do período. Vaughan traz ao público, além de uma compilação do conhecimento já produzido, uma série de novas informações provenientes da documentação pesquisada.

6.4. A duquesa da Borgonha na segunda metade do século XX.

Uma relevante obra que não pode ser analisada nesta dissertação, por não possuir tradução, é a de Schultz¹⁵⁷. Segundo Sommé, tal obra representou a consagração de um estudo que apontava Isabel como grande influenciadora da ideia de cruzada no estado da Borgonha, assim como a diversidade de suas actividades, principalmente nas questões financeiras e religiosas¹⁵⁸.

Outro estudo de grande importância nesta época é a tese de doutoramento de Aline Bercume Taylor¹⁵⁹, que apresenta uma análise mais focada na diplomacia, onde coloca questões e apresenta dados importantes na carreira de Isabel neste domínio. É uma obra de grande relevância, já que abrange a área de delimitação temática da nossa pesquisa. Trata-se de uma tese de doutoramento apresentada na universidade do Colorado, em 1978, e por essa razão, com uma carga documental significativa no âmbito político-diplomático.

Em 1991, Lemaire e Henry publicaram um catálogo¹⁶⁰, na ocasião de uma exposição sobre Isabel, na Biblioteca Real Albert 1º, onde uma síntese da vida e dos estudos sobre Isabel foi apresentada. Tal obra possui uma grande variedade de imagens, constituindo, por isso, uma fonte muito expressiva para análises iconográficas.

Em Portugal, novos artigos e estudos sobre Isabel começam a surgir, reflexo do aumento da preocupação com a História das Mulheres, característica marcante das últimas décadas; é o caso do artigo Maria Helena Resende¹⁶¹, em 1995.

Todavia, os estudos sobre Isabel continuariam sem grande expressão até 12 de Janeiro de 1995, quando uma importante biografia é lançada em França – a tese de doutoramento de Monique Sommé.

¹⁵⁷ SHULTZ, W. *Andreaskreuz und Christusorden. Isabella von Portugal und der burgundische Kreuzzug*. Fribourg, 1976.

¹⁵⁸ SOMMÉ, Monique. *op. cit.* p. 13

¹⁵⁹ TAYLOR, Aline Bercume. *The Diplomatic Career of Isabel of Portugal, 1435 to 1457*. Faculty of the Graduate School of the University of Colorado, 1978. Facsimile realizado por University Microfilms International, 1989.

¹⁶⁰ LEMAIRE, Claudine; HENRY, Michèle. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne, 1397-1471*. Brussels, Bibliothèque Royale Albert 1er, 1991.

¹⁶¹ RESENDE, Maria Helena. *D. Isabel, uma infanta portuguesa no Ducado da Borgonha*. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional, Lisboa, 1994, Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, 1995, Vol. 1, p. 153-162.

6.5. Biografias.

Apesar do grande número de estudos sobre a duquesa da Borgonha, poucas são as obras dedicadas a toda a sua vida - três biografias actuais foram encontradas.

A primeira, e mais antiga, é a obra de Aline S. Taylor: *Isabel of Burgundy*¹⁶². Publicada primeiramente nos EUA, foi reeditada em 2002, em Inglaterra. Atualmente conhecida como “*The first biography of fifteen-century Duchess Isabel of Burgundy*”. A obra de Taylor não apresenta novas visões, perspectivas ou fontes sobre a duquesa. Com uma bibliografia significativamente limitada, recebeu pesadas críticas literárias, principalmente no sentido de apresentar uma estrutura demasiadamente dramática e com eventos improváveis, ou seja, momentos da vida de Isabel sem o suporte documental. Sem qualquer documentação original, a biografia tem como base as obras de Vaughan e as crónicas de Chastellain e La Marche, além de um pequeno número de obras contextualizadoras. Talvez uma obra interessante para o grande público, mas insuficiente para pesquisas de carácter académico.

Em contrapartida, em 1995, é defendida na Universidade de Lille a tese de doutoramento de Monique Sommé¹⁶³. Servindo de base para uma série de estudos posteriores sobre a duquesa - como é o caso do livro de Daniel Lacerda, que virá a ser apresentado neste capítulo - é considerada a mais completa fonte de pesquisa na área. Esta tese, publicada em 1998, é resultado de uma exaustiva consulta documental¹⁶⁴. Com a devida restrição, característica das pesquisas de doutoramento, a obra de Sommé limita-se à vida de Isabel. No entanto aborda-a de forma minuciosa, principalmente no que diz respeito à esfera económica, consequência do grande número de fontes deste gênero ainda preservadas e reflexo da grande actividade da duquesa nesta área. Autora de muitos artigos sobre os Países Baixos da Borgonha e do papel feminino na corte¹⁶⁵,

¹⁶² TAYLOR, Aline S. *Isabel of Burgundy*. Stroud, Tempus Publishing Ltd, 2002.

¹⁶³ SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: Une femme au pouvoir au XV^e siècle*. Villeneuve d'Ascq (Nord), Presses Universitaires Du Septentrion, 1998.

¹⁶⁴ A pesquisa abrange: Archives départementales de la Côte d'Or: Dijon; Archives départementales du Nord: Lille; Archives de l'Etat: Mons, Bruges, Gand e Malines.; Archives générales du Royaume, Bruxelas; Archives municipales: Arras, Dijon, Lille; Archives nationales: Paris; Bibliothèque Nationale de France, Paris; Osterreichische Nationalbibliothek; Europäische Stammtafeln, Schwennicke; cartório de Bruges; além de itinerários, uma vasta bibliografia e uma centena de fontes impressas e inventários.

¹⁶⁵ Entre os principais que consultamos para esta dissertação podem ver-se: SOMMÉ, Monique. *Les approvisionnement en vin de la cour de Bourgogne au XV^e siècle sous Philippe le Bon. Reveu du Nord* (Lille), t. 79, 1997, pp. 949-968.

além de publicação de fontes¹⁶⁶, Sommé, hoje professora da universidade de Artois, serviu de base para a consulta de importantes dados que até então seriam encontrados apenas na documentação do período.

Por fim, a mais recente biografia encontrada sobre Isabel foi a do historiador Daniel Lacerda, intitulada “*Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha: Uma mulher de poder no coração da Europa medieval*”¹⁶⁷. Publicada originalmente em língua francesa, em 2008, teve a sua versão traduzida para a língua portuguesa em 2010. Tal obra, apesar de actual, não possui contributos inovadores para os estudos sobre Isabel. Com uma proposta de análise geral e uma dimensão que denuncia seu carácter sintético, o próprio autor é claro ao afirmar:

“deixando de lado os pormenores de seu percurso histórico onde predomina o hábil jogo das alianças entre famílias principescas, quisemos fixar aqui os momentos mais vivos e mais ricos, permanecendo fiéis aos acontecimentos bem como ao quadro social que os torna, ao mesmo tempo, coerentes e impressionantes”¹⁶⁸

Assim, a obra de Lacerda não é caracterizada como uma obra académica, mas sim, um livro direccionado ao grande público. Apesar disso, possui um bibliografia muito rica no que diz respeito à duquesa e, por ser actual, uma compilação importante de informações.

SOMMÉ, Monique. *Le cérémonial de la naissance et de la mort de l'enfant princier à la cour de Bourgogne au XVe siècle*. Neuchâtel, publication du centre européen d'études bourguignonnes, 34, 1998, pp.87-103.

SOMMÉ, Monique. *Les délégations de pouvoir à la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal au milieu de XVe siècle. Les princes et le pouvoir au Moyen âge*. XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S, Brest, Maio de 1992, Paris, Publications de la Sorbonne, 1993, pp. 285-301.

SOMMÉ, Monique. *La fondation d'une chapellenie au Quesnoy par Isabelle de Portugal pour Béatrice de Coimbre, d'après une charte de Philippe le Beau de 1449*. *Reveu du Nord*, n° 356-357, 2004, pp. 771-783.

SOMMÉ, Monique. *Le forêt de Nieppe et son exploitation au XVe siècle. Hommes et terres du Nord*. T. 2-3. 1986, pp. 177-181.

SOMMÉ, Monique. *Le Jeunesse de Charles le Téméraire d'après les comptes de la cour de Bourgogne*. *Reveu du Nord* (Lille), t. 64, 1982, pp. 731-750.

SOMMÉ, Monique. *Les Portugais dans l'entourage de la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal (1430-1471)*. *Reveu du Nord* (Lille), t. 77, 1995, pp. 321-343

SOMMÉ, Monique. *Vie itinérant et résidences d' Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. *Reveu du Nord* (Lille), t. 79, 1997, pp. 7-43.

¹⁶⁶ SOMMÉ, Monique (ed.). *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, 2009.

¹⁶⁷ LACERDA, Daniel. *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha: Uma mulher de poder no coração da Europa Medieval*. Lisboa, Editorial Presença, 2010.

¹⁶⁸ LACERDA, Daniel *op. cit.* p. 14

6.6. Os estudos mais recentes.

Mesmo com estudos significativos sobre Isabel já realizados, é inegável que a grande senhora da Borgonha continua a exercer fascínio sobre os historiadores.

Em 2005, no congresso internacional “*Ao modo da Flandres: disponibilidade, inovação e mercado de arte na época dos descobrimentos (1415-1580)*”¹⁶⁹, Maria João Grillo apresenta ao público “*A acção mecénática de D.Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha(1397-1471). Uma princesa entre Portugal, a Flandres e Itália*”.

No colóquio internacional *Espiritualidade e poder no ocidente peninsular medieval*¹⁷⁰, Marisa Costa (Universidade de Lisboa) realizou uma análise intitulada *Arte e Poder na devoção de Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha (1397-1471)*.

A seguir a linha de pesquisa das apresentações anteriores, o que parece ser uma tendência actual, foi lançada na Bélgica o estudo *Woman at the Burgundian Court: Presence and Influence*¹⁷¹. A obra organizada por Dagmar Eichberger¹⁷², Anne-Marie Legaré¹⁷³ e Wim Husken¹⁷⁴, tem uma grande tendência para a História da Arte, reflexo claro da formação de seus organizadores.

Recentemente, Manuela Santos Silva, a 29 de Junho de 2011, apresentou na Academia Portuguesa de História um estudo intitulado “*Isabel: a infanta da ínclita geração (1397-1430)*”¹⁷⁵ sobre a vida da infanta em Portugal. Com abordagens que variam desde a habilidade de escrita de Isabel, a itinerância da corte, reflexões sobre a educação dos infantes até uma tentativa de matrimónio com Juan II de Castela, a Autora oferece-nos informações sobre quais seriam as prováveis terras herdadas por Isabel com a morte de sua mãe D. Filipa e, além disso, realiza a uma importante análise sobre os

¹⁶⁹ Realizado de 11-13 de Abril de 2005, na Universidade de Lisboa.

¹⁷⁰ Realizado em Lisboa, em 28 e 29 de Abril de 2011, foi organizado pela Universidade Católica Portuguesa e Universidade Nova de Lisboa,

¹⁷¹ EICHBERGER, Dagmar; LEGARÉ, Anne-Marie.; HUSKEN, Wim. (eds.). *Woman at the Burgundian Court: Presence and Influence; Femmes à la Cour de Bourgogne: Présence et Influence*. Turnhout, Brepols Publishers, 2011.

¹⁷² Professor de História da Arte na Universidade de *Heidelberg*, ensina arte e cultura Alemã e Holandesa dos anos 1400 a 1800.

¹⁷³ Professora de Arte Medieval na Universidade de Lille 3 – Charles de Gaulle, ensina história das iluminuras e estudos da Mulher.

¹⁷⁴ Curador, muito escreveu a respeito da literatura Holandesa e do teatro do século XVI.

¹⁷⁵ Agradecemos penhoradamente a Prof. Doutora Manuela Santos Silva ter-nos facilitado a consulta do texto da comunicação que recentemente apresentou à Academia Portuguesa de História, bem como outras informações bibliográficas.

diplomas que testemunham as relações havidas entre a Infanta e o concelho de Óbidos, assim como conflitos, diversos, oficiais atuantes e as relações travadas entre a infante e este mesmo concelho.

Certamente ainda existem outros colóquios ou artigos que tiveram Isabel como tema principal, todavia, limitamo-nos, neste caso, aos mais recentes e apresentados em Portugal.

6.7. Obras contextualizadoras.

De forma a concluir este capítulo, não poderiam deixar de ser apresentadas as obras que serviram de suporte para a compreensão de Isabel no contexto europeu dos séculos XIV e XV.

Na introdução desta pesquisa foram colocados os objectivos que buscámos atingir. Entre eles está o que chamamos de *contextualização dos acontecimentos*. É importante ressaltar que quando é aberta uma perspectiva tão ampla, muitas são as obras que podem servir na construção do estudo. Portanto, citaremos aqui apenas as mais utilizadas, remetendo as demais para a bibliografia geral.

A primeira obra de grande valor aqui apresentada é a de Marie-Rose Thielemans¹⁷⁶, doutora em História e professora honorária da Universidade Livre de Bruxelas, intitulada “*Bourgogne et Angleterre*”. Trata-se de uma das mais importantes teses de doutoramento sobre história política e económica borgonhesa sobre a época de Filipe, o Bom. Apesar de já ter sido publicada há algum tempo, 1966, a obra de Thielemans aborda de forma muito pormenorizada os factos que abrangem a linha temporal do nosso estudo. Por isso, é um auxiliar precioso para a contextualização dos acontecimentos, proporcionando análises da actividade de Isabel em momentos específicos.

¹⁷⁶ THIELEMANS, Maria-Rose. *Bourgogne et Angleterre: Relations politiques et économiques entre les Pays-Bas Bourguignons et l'Angleterre. 1435-1467*. Bruxelles, Presses Universitaires de Bruxelles, 1966.

Consultámos também obras de autores medievalistas já consagrados e pertencentes ao meio académico, entre eles: Bertrand Schnerb¹⁷⁷, no que diz respeito à estrutura do estado da Borgonha; Maria Teresa Nobre Veloso¹⁷⁸ e Jan. A. Van Houtte¹⁷⁹, sobre as antigas e importantes relações de Portugal com a Borgonha; Maria Helena da Cruz Coelho¹⁸⁰ e P.E. Russel¹⁸¹, para a compreensão das relações anglo-lusas aos tempos de D. João I, assim como obras mais gerais, é o caso de Calmette¹⁸² e o clássico Cartellieri¹⁸³.

¹⁷⁷ SCHNERB, Bertrand. *L'état bourguignon, 1363-1477*. Paris, Editions Perrin, col. Tempus, n° 105, 2005.

¹⁷⁸ VELOSO, Maria Teresa Nobre. *D. Afonso II, "o Gordo"*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009.

¹⁷⁹ HOUTTE, Jan A. Van. *As relações políticas e dinásticas entre Portugal e Bélgica*. In EVERAERT, J.; STOLS, E. *Flandres e Portugal, na confluência de culturas*. Lisboa, Edições Inapa, 1991, p. 21-31.
HOUTTE, Jan A. Van. *O comércio meridional e a nação portuguesa em Bruges*. In EVERAERT, J.; STOLS, E. *Flandres e Portugal, na confluência de culturas*. Lisboa, Edições Inapa, 1991, p. 33-54.

¹⁸⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Temas & Debates, 2008.

¹⁸¹ RUSSELL, P.E. *A intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

¹⁸² CALMETTE, Joseph. *The Golden Age of Burgundy: The Magnificent Dukes and their Courts*. London, Phoenix Press, 2001.

¹⁸³ CARTELLIERI, O. *La cour des Ducs de Bourgogne*. Paris, Payot, 1946.

7. Considerações finais

D. Isabel de Portugal foi uma figura fundamental na administração do estado da Borgonha e importante diplomata nas relações com os reinos europeus. Precedida em importância apenas por seu marido, o duque Filipe, *o Bom*, manteve-se à frente até mesmo do chanceler da Borgonha, Nicolas Rolin.

No que diz respeito à sua acção no campo financeiro, restabeleceu a economia, manteve o controle das contas, realizou, em muitas ocasiões, o levantamento das somas necessárias para a manutenção das campanhas militares, nomeou oficiais para o confisco, analisou impactos da exclusão de impostos, sugeriu novos padrões de moeda e também medidas de contenção de despesas¹⁸⁴.

No campo da Justiça, interferiu em processos – como é o caso de Gilles de Potelle; julgou e aplicou penas às cidades sublevadas e aos revoltosos, que envolveu desde somas em dinheiro a decapitações públicas.

Como diplomata, consequência de sua linhagem e de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos na sua terra natal, negociou acordos comerciais e de paz com muitos reinos. Conduziu entrevistas (Tratado de Arras, 1435), organizou importantes conferências (Laon e Gravelines, 1439), foi responsável directa pela libertação do duque de Orléans, por tréguas de guerra, por acordos comerciais, por matrimónios (em especial: Leonor de Portugal e Carlos, *o Temerário*), anexação de território (Luxemburgo, 1442), por receber e cuidar dos filhos exilados de D. Pedro, duque de Coimbra, fez e recebeu solicitações pessoais de muitos reis europeus (Aragão, França, Portugal, Inglaterra), recebeu o fugitivo delfim de França, beneficiou mercadores portugueses, entre outros que também podem ser observados nesta dissertação.

Na esfera administrativa, recebeu muitas vezes – e por significativos espaços de tempo, o poder para governar. Por mais de dez anos agiu como principal interlocutora no que diz respeito aos actos criminosos no mar e realizou acordos de paz com cidades e vilas revoltosas.

¹⁸⁴ Sobre a actuação de D. Isabel como duquesa da Borgonha, ver anexo 9.12. Cronologia da acção política de D. Isabel (1430-1471).

Na esfera militar, além do já citado auxílio financeiro, foi responsável pela defesa de muitas cidades na ausência do duque, ajudou na preparação de expedições e convocou, em chamado às armas, os senhores da Borgonha para que ajudassem o Filipe, *o Bom*.

Além deste formidável papel desempenhado no campo político, Isabel teve significativa importância nas relações com as ordens religiosas, no incentivo à produção artística e nas relações com a corte de Borgonha. Todavia, tais aspectos de sua vida não puderam ser tratados neste estudo, uma vez que um trabalho de dissertação nos impõe tais restrições.

Como foi dito inicialmente, não possuíamos como meta a construção de uma biografia, mas sim, com as devidas restrições dos conhecimentos do autor, construir um estudo que pudesse servir de condutor à vida de Isabel. Para tanto, nos baseamos em dois objectivos: contextualização e crítica. Acreditamos que tornando acessível à leitura em língua portuguesa deste assunto, ao mesmo tempo em que incentivamos a pesquisa, contribuímos para a compreensão contextual e para o conhecimento dos estudos já realizados, estamos a fazer a nossa parte no que acreditamos ser dois dos papéis da universidade: o acesso ao conhecimento e o estímulo a busca do saber.

Julgamos interessante terminar este estudo com um célebre poema de D. Dinis que, embora dirigido a sua esposa (também chamada Isabel), é uma espécie de profecia relativamente a esta sua descendente já distante¹⁸⁵:

“Pois que Deus vos fez, Senhora,
Fazer do bem sempre o melhor,
E dele ser tão sabedora,
Em verdade vos direi:
- Assim me valha o senhor!
Érades boa para Rei!
E pois sabedes entender
Sempre melhor e bem escolher,
Verdade vos quero dizer,
- Senhora que sirvo e servirei:
- Pois Deus assim o quis fazer,
Érades boa para Rei!¹⁸⁶

¹⁸⁵ A duquesa D. Isabel provinha, como se sabe, de uma ramo bastardo da Casa real portuguesa, era neta de D. Pedro I que, por sua vez, era neto do rei D. Dinis.

¹⁸⁶ RODRIGUES, Sebastião Antunes. *7º centenário do casamento de D. Dinis com a princesa de Aragão D. Isabel*. Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1982, p. 43.

8. Bibliografia.

ALLMAND, C.T. *The Anglo-French negotiations, 1439*. Bulletin of the Institute of Historical Research, 40, 1967, p. 1-33.

ARMSTRONG, C.A.J. *England, France and Burgundy in the Fifteenth Century*. London, The Humbledon Press, 1983.

ARMSTRONG, C.A.J. *La double monarchie France-Anglaterre et la Maison de Bourgogne, (1420-1435), Le déclin d'une alliance*. In *Annales de Bourgogne*, n° 146, 1965, p. 5-34.

ATIYA, Aziz S. *The Crusade of Nicopolis*. New York, AMS Press, 1978.

BASTARD, Auguste. *Costumes de la Cour de Bourgogne, sous le règne de Philippe III dit le Bon (1455-1460)*. Paris, Imprimerie Nationale, 1881.

BARANTE, G. P. de. *Histoire des Ducs de Bourgogne de la Maison de Valois 1364-1477*. Paris, Robert Laffont, col. Les grands monuments de l'histoire, 1969.

BARKER, Juliet. *Agincourt: The King, the Campaign, the Battle*. Little, Brown, 2005.

BARKER, Juliet. *Conquest: The English Kingdom of France 1417-1450*. Little, Brown, 2009.

BARKER, Juliet. *Conquest: The English Kingdom of France in the Hundred Years War*. Little, Brown, 2010.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

BERKELEY, Alice. *Philippa of Lencastre, Mother of the Portuguese Expansion*. In *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, Congresso Internacional, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. 1, p.145-152.

BOSSUAT, R. *Vasque de Lucène, traducteur de Quinte-Curce (1468)*. *Bibliothèque d'Humanisme et de Renaissance*, 8, 1946, p. 197-245

- BRAZÃO, E. *Portugal na Bélgica: de Filipe de Alsácia a Leopoldo I*. Lisboa, Companhia de diamantes de Angola, 1969.
- BRION, Marcel. *Charles le Téméraire. Grand duc d'Occident*. Paris, Éditions Tallandier, 2006.
- BRONNE, Carlo. *Le Grand Siècle du Portugal et de la Bourgogne*. Coimbra, Coimbra Editora, Limitada. 1951. «separata de O INSTITUTO, vol. 115.» p.5-22
- BOURASSIN, Emmanuel. *Philippe le Bon, le grand lion des Flandres*. Paris, Editions Tallandier, 1983.
- BUCHON, Jean Alexandre C. *Chronique des ducs de Bourgogne*. Nabu Press, 2010.
- CALMETTE, Joseph. *The Golden Age of Burgundy: The Magnificent Dukes and their Courts*. London, Phoenix Press, 2001.
- CARTELLIERI, O. *La cour des Ducs de Bourgogne*. Paris, Payot, 1946.
- CHÉLINI, Jean. *Histoire religieuse de l'Occident*. Paris, Hachette, 1991.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Temas & Debates, 2008.
- CORDEIRO, A. X. Rodrigues. *Filipe, o Bom, duque de Borgonha, festeja o seu casamento com a filha de D. João I de Portugal e Carlos de Borgonha vinga a honra de sua mãe D. Isabel de Portugal*. In *Serões da História*, t. 1, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1889, p. 176.181 e p. 224-232.
- D'AVOUT, Jacques, *La Querelle des Armagnacs et des Bourguignons*. Paris, Librairie Gallimard Editeur, 1943
- D'ARBAUMONT, Henri Beaune J. *Mémoires d'Olivier de la Marche*. Charleston, Bibliobazaar, 2009.
- DEMURGER, Alain. *Temps de crises, temps d'espoirs (XIV^e-XV^e siècle)*. In *Nouvelle histoire de la France médiévale*, vol.5, Seuil, coll.Points Histoire, 1990

- DEVIOSSE, Jean. *Jean le Bon*. Paris, Fayard, 1985.
- DICKINSON, Joycelyne Gledhill. *The Congress of Arras, 1435: A Study in Medieval Diplomacy*. New York, Biblio and Tannen, 1972.
- DROUOT, H.; CALMETTE, J. *Histoire de Bourgogne*. Paris, Ancienne Librairie Furne, Boivin & cia, Éditeurs, 1941.
- DROUOT, H. *Isabelle de Portugal, protectrice de l'humanisme?. Annales de Bourgogne*, 18, 1946, p. 142
- DUARTE, Luis Miguel. *D. Duarte*. Temas & Debates, 2007.
- EICHBERGER, Dagmar; LEGARÉ, Anne-Marie.; HUSKEN, Wim. (eds.). *Woman at the Burgundian Court: Presence and Influence; Femmes à la Cour de Bourgogne: Présence et Influence*. Turnhout, Brepols Publishers, 2011.
- ENTWISTLE, W. J.; RUSSEL, P.E. *A rainha D. Filipa e a sua corte*. In Congresso do Mundo Português, II. Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 317-346.
- FAMIGLIETTI, Richard C. *Royal Intrigue: Crisis at the Court of Charles VI, 1392–1420*. New York, AMS Press, 1987.
- FAVIER, Jean. *Le temps des Principautés de l'an mil à 1515*. Paris, Librairie Arthème Fayard, 1984.
- FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- GÂNDARA, Alfredo. *Isabel Filha de D. João I Prolongamento Histórico de Joana D'Arc*. Lisboa, Livraria Bernardo, 1954.
- GOMES, Rita Costa. *Leituras: SOMMÉ, Monique. Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: Une femme au pouvoir au XV^e siècle. Villeneuve d'Ascq (Nord), Presses Universitaires Du Septentrion, 1998*. Lisboa, Revista Penélope, n^o 19-20, 1998, p. 237-241.

GONÇALVES, J. Cardoso. *O casamento de Isabel de Portugal com Filipe-o-Bom, duque da Borgonha e a fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*. Lisboa, Imprensa Moderna, 1930.

FONSECA, Luís Adão da. *Ínclita Geração. Altos Infantes (Lusíadas.IV.50). Algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário*. In *Actas da Reunião Internacional de Camonistas*. Ponta Delgada, 1984, p. 295-302.

FONSECA, Luís Adão da. *Uma elegia inédita sobre a família de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Peninsula Ibérica a mediados del siglo XV*. In *Anuario de Estudios Medievales*, 16, Madrid, 1986, p. 449-463.

HARRIS, G. L. *Cardinal Beaufort, a Study of Lancastrian Ascendancy and Decline*. Oxford, Clarenton Press, 1988.

HOUTTE, Jan A. Van. *As relações políticas e dinásticas entre Portugal e Bélgica*. In EVERAERT, J.; STOLS, E. *Flandres e Portugal, na confluência de culturas*. Lisboa, Edições Inapa, 1991, p. 21-31.

HOUTTE, Jan A. Van. *O comércio meridional e a nação portuguesa em Bruges*. In EVERAERT, J.; STOLS, E. *Flandres e Portugal, na confluência de culturas*. Lisboa, Edições Inapa, 1991, p. 33-54.

LACERDA, Daniel. *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha: Uma mulher de poder no coração da Europa Medieval*. Lisboa, Editorial Presença. 2010.

LAGRANGE, Baronne Amaury de. *Itinéraire d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne et comtesse de Flandre*. *Annales du Comité Flamande de France*, t. XLII, 1938.

LAGRANGE, Baronne Amaury de. *Inventaire après décès d'Isabelle de Portugal*. *Bulletin du Comité Flamand de France*, 1935, p. 419-429.

LAGRANGE, Baronne Amaury de. *Transfert des restes de la duchesse Isabelle de la Motte-au-Bois à Gosnay, puis à la Chartreuse de Dijon*. *Bulletin du Comité Flamand de France*, 1935, p. 431-434.

LEMAIRE, Claudine; HENRY, Michèle. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne, 1397-1471*. Brussels, Biblioteque Royale Albert Ier, 1991.

Les Chevaliers de l'Ordre de la Toison d'or au XV^o siècle. Noticias-bio-bibliographiques publiées sous la direction de Raphael de Smaedt, 2^o édition, préface d'Otto de Habsbourg, Frankfurt-am-main, Peter Lang, 2000.

LOOTEN, C. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne et comtesse de Flandre (1397-1471)*. *Revue de Littérature comparée*, 18, 1938, p. 5-22.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*.

MACEDO, Pedro da Costa de Sousa de (conde de vila Franca). *D. João I e a aliança inglesa. Investigações Histórico-Sociais*. Lisboa, Imprensa Portugal Brasil, 1950.

MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España Vol. II. Epocas medievales*. Barcelona, Critica, 2010.

MARINESCO, C. *Du nouveau sur Philippe le Bon, duc de Bourgogne, et la croisade, 1^o partier (1419-1453)*. Paris, *Actes du 6^o Congrès international des études byzantines*, 1950, p. 149-168.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa, Editorial Presença, 1993.

MARTINS, J. P. Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Lisboa, Guimarães Editores, 1993.

MENDONÇA, Manuela. *As relações externas de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa, Colibri, 1994.

MILLAR, Alistair. *Olivier de la Marche and the Court of Burgundy, c.1425-1502*. Tese de doutoramente apresentada a University of Edinburgh, 1996. Disponível em: <http://www.era.lib.ed.ac.uk/handle/1842/1540>.

MILLET, Hélène (Organizadora). *Le Midi et le Grand Schisme d'Occident*. Fanjeaux, Centre d'Études Historiques de Fanjeaux, 2004.

MOLLAT, Michel. *Quatre lettres missives d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne*. In Revista Portuguesa de História XI, I, 1964-1968, p.1-9.

NASCIMENTO. Aires A (ed.). *Princesas de Portugal. Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI*. Lisboa, Editora Cosmos, 1992.

O Tratado de Troyes. In: http://www.culture.gouv.fr/public/mistral/caran_fr?ACTION=CHERCHER&FIELD_1=REF&VALUE_1=03581. Acesso em 14/06/2011.

OFFENSTADT, Nicolas. *Faire la paix au Moyen Âge*. Paris, Odile Jacob, 2007.

OFFENSTADT, Nicolas. *Armagnacs et Bourguignons. L'affreuse discorde*. In L'Histoire, 311, spécial La guerre civile, Julho-Agosto 2006, p. 24-27.

OWEN, Leonard V. D. *The connection between England & Burgundy during the first half of the fifteenth century*. Oxford, 1909.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

PAVIOT, Jacques. *Bruges 1300-1500*. Paris, Autrement, col. Mémoires 79, 2002.

PAVIOT, Jacques. *La politique naval des Ducs de Bourgogne: 1384-1482*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1995.

PAVIOT, Jacques. *Les relations diplomatiques et politiques entre la Bourgogne et le Portugal (1384-1482)*. Publication du centre europeen d'etudes bourguignonnes (XIVe – XVIe s.), n°32, 1992.

PAVIOT, Jacques. *Les honneurs de la cour d'Eléonore de Poitiers, dans Geneviève et Philippe Contamine (dir.). Autour de Marguerite d'Ecosse. Reines, princesses et dames du XVe siècle*. Paris, Champion, 1999. Artigo adicionado em Cour de France.fr em 4 de Abril de 2009 (<http://cour-de-france.fr/article961.html>)

PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle. Essai de Synthèse*, extrait des *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol.XXVI, Lisboa-Paris, Fundação Calouste-Gulbenkian, 1989.

PERNOUD, Regine. *Jeanne d'Arc et la guerre de Cent ans*. Denoël, 1990.

Rel. de l'ambassade envoyée par Philippe-le-bon en Portugal. (Extrait du 2º registre de La Chambre des Comptes de Brabant, reposant aux archives du royaume)

RAMSAY, J.H. *Lencastre and York, A Century of a English History (1399-1485)*. Oxford, Clarendon Press, 1892.

RAPP, Francis. *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*, Paris, PUF, 1971.

RESENDE, Maria Helena. *D. Isabel, uma infanta portuguesa no Ducado da Borgonha*. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional, Lisboa, 1994, Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, 1995, Vol. 1, p- 153-162.

RICHARD, Jean. *Les ducs de Bourgogne et la formation du duché: du XIº au XIVº siècle*. Dijon, Imprimerie Bernigaud et Privat, 1954.

ROCHE, T.W.E. *Philippa. Dona Filipa of Portugal*. London and Chichester, Phillimore, 1971.

RODRIGUES, Sebastião Antunes. *7º centenário do casamento de d. Dinis com a princesa de Aragão D. Isabel*. Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1982

RUIVAL, Maria Julieta. *D. Isabel, Duquesa da Borgonha, filha de D. João I de Portugal: Estudos Iconográficos*. Lisboa, 1964, sep. Belas Artes, nº 20, p. 83-95.

RUSSELL, P.E. *A intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SABUGOSA, Conde. *Gente d'Algo*. Lisboa, Portugal-Brasil Limitade Sociedade Editora, 2ª ed., 1922.

SANTOS, Frei Manuel dos. *Monarquia Lusitana*. Parte VIII, Lisboa, Francisco da Silva, 1727.

SCARLATTI, Lita. *Os Homens de Alfarrobeira*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980.

SCHNERB, Bertrand. *L'état bourguignon, 1363-1477*. Paris, Editions Perrin, col. Tempus, n° 105, 2005.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris, F.C.G., Centro Cultural Português, 1975

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Mirandela, Iniciativas Editoriais, 1975.

SHULTZ, W. *Andreaskreuz und Christusorden. Isabella von Portugal und der burgundische Kreuzzug*. Fribourg, 1976.

SILVA, Manuela Santos. *Isabel: a Infanta da Ínclita Geração (1397-1430)*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2011.

SILVA, Manuela Santos. *Philippa of Lencastre, Queen of Portugal: educator and reformer*. In: OAKLEY-BROWN, Liz; WILKINSON, Louise J (eds.). *The Rituals and Rhetoric of Queenship. Medieval to Early Modern*. Dublin, Four Courts Press, 2009, p. 37-46.

SMALL, Graeme P. *The chronicle and career of George Chastellain: a study in the political and historical culture of the court of Burgundy*. Tese de doutoramento apresentada a University of Edinburgh, 1994.

SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: Une femme au pouvoir au XV^e siècle*. Villeneuve d'Ascq (Nord), Presses Universitaires Du Septentrion, 1998.

SOMMÉ, Monique. *La fondation d'une chapellenie au Quesnoy par Isabelle de Portugal pour Béatrice de Coimbre, d'après une charte de Philippe le Beau de 1449*. *Reveu du Nord*, n° 356-357, 2004, pp. 771-783.

SOMMÉ, Monique (ed.). *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, 2009.

SOMMÉ, Monique. *Le cérémonial de la naissance et de la mort de l'enfant princier à la cour de Bourgogne au XVe siècle*. Neuchâtel, publication du centre européen d'études bourguignonnes, 34, 1998, pp.87-103.

SOMMÉ, Monique. *Le forêt de Nieppe et son exploitation au Xve siècle. Hommes et terres du Nord*. T. 2-3. 1986, pp. 177-181.

SOMMÉ, Monique. *Le Jeunesse de Charles le Téméraire d'après les comptes de la cour de Bourgogne*. *Reveu du Nord* (Lille), t. 64, 1982, pp. 731-750.

SOMMÉ, Monique. *Les approvisionnement en vin de la cour de Bourgogne au Xve siècle sous Philippe le Bon*. *Reveu du Nord* (Lille), t. 79, 1997, pp. 949-968.

SOMMÉ, Monique. *Les délégations de pouvoir à la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal au milieu de Cve siècle. Les princes er le pouvoir au Moyen âge*. XXIIIe Congrès de la S.H.M.E.S, Brest, Maio de 1992, Paris, Publications de la Sorbonne, 1993, pp. 285-301.

SOMMÉ, Monique. *Les Portugais dans l'entourage de la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal (1430-1471)*. *Reveu du Nord* (Lille), t. 77, 1995, pp. 321-343

SOMMÉ, Monique. *Vie itinérant et résidences d' Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. *Reveu du Nord* (Lille), t. 79, 1997, pp. 7-43.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa, Joseph António da Sylva, 1736.

SURJOURS, J.M. *Isabelle de Portugal et les Portugais à la cour de Bourgogne*. University of Lille, 1953.

TAYLOR, Aline Bercume. *The Diplomatic Carrer of Isabel of Portugal, 1435 to 1457*. Faculty of the Graduate School of the University of Colorado, 1978. Facsimile realizado por University Microfilms International, 1989.

TAYLOR, Aline S. *Isabel of Burgundy*. Stroud, Tempus Publishing Ltd, 2002.

THIELEMANS, Maria-Rose. *Bourgogne et Angleterre: Relations politiques et économiques entre les Pays-Bas Bourguignons et l'Angleterre. 1435-1467*. Bruxelles, Presses Universitaires de Bruxelles, 1966.

THOMPSON, James Westfall. *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages 1300-1530*, 1931.

TOUSSAINT, J. *Les relations diplomatiques de Philippe le Bon avec le concile de Bâle (1431-1449)*. Louvain, 1942.

VAUGHAN, Richard. *Philip the Bold. The Formation of the Burgundian State*. Londres. Boydell Press, 2009.

VAUGHAN, Richard. *John the Fearless: The Growth of Burgundian Power*. Londres. Boydell Press, 2009.

VAUGHAN, Richard. *Philip the Good: The Apogee of Burgundy*. Londres. Boydell Press, 2009.

VAUGHAN, Richard. *Charles the Bold: The Last Valois Duke of Burgundy*. Londres. Boydell Press, 2009.

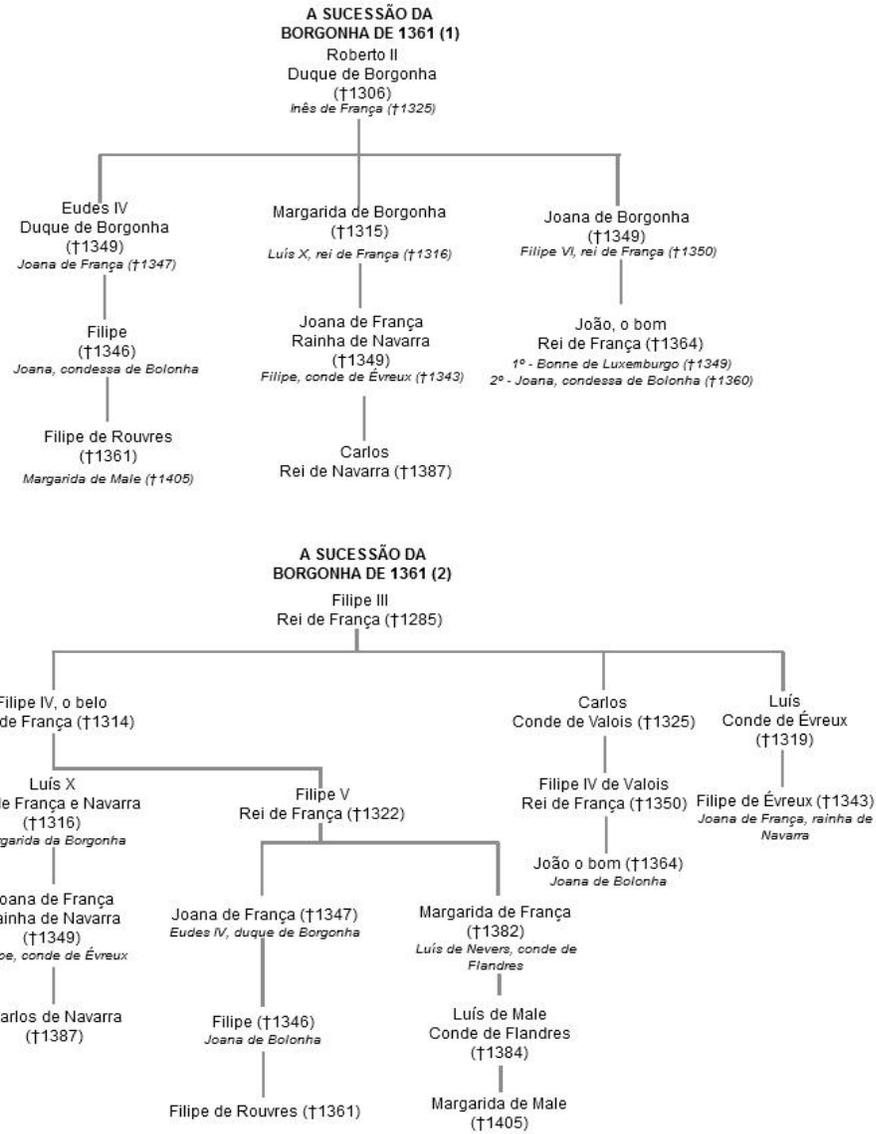
VELOSO, Maria Teresa Nobre. *D. Afonso II, "o Gordo"*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009.

VELOSO, Maria Teresa Nobre. *D. Urraca e D. Beatriz, construtoras da paz*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2011.

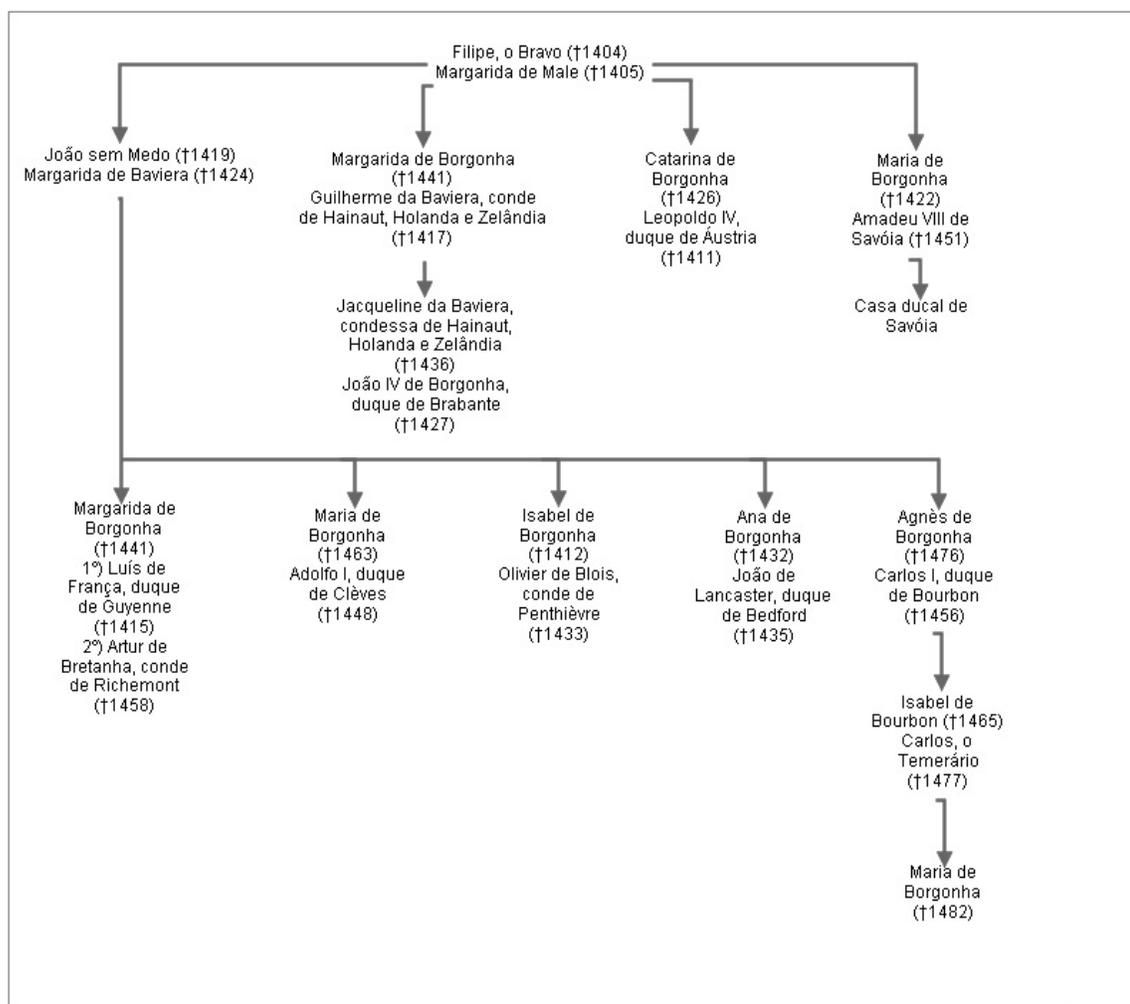
VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha. Notas documentaes para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a corte de Borgonha*. Archivo Historico Português, Lisboa, Vol. 3, n.os 3 et 4, 1905.

9. ANEXOS

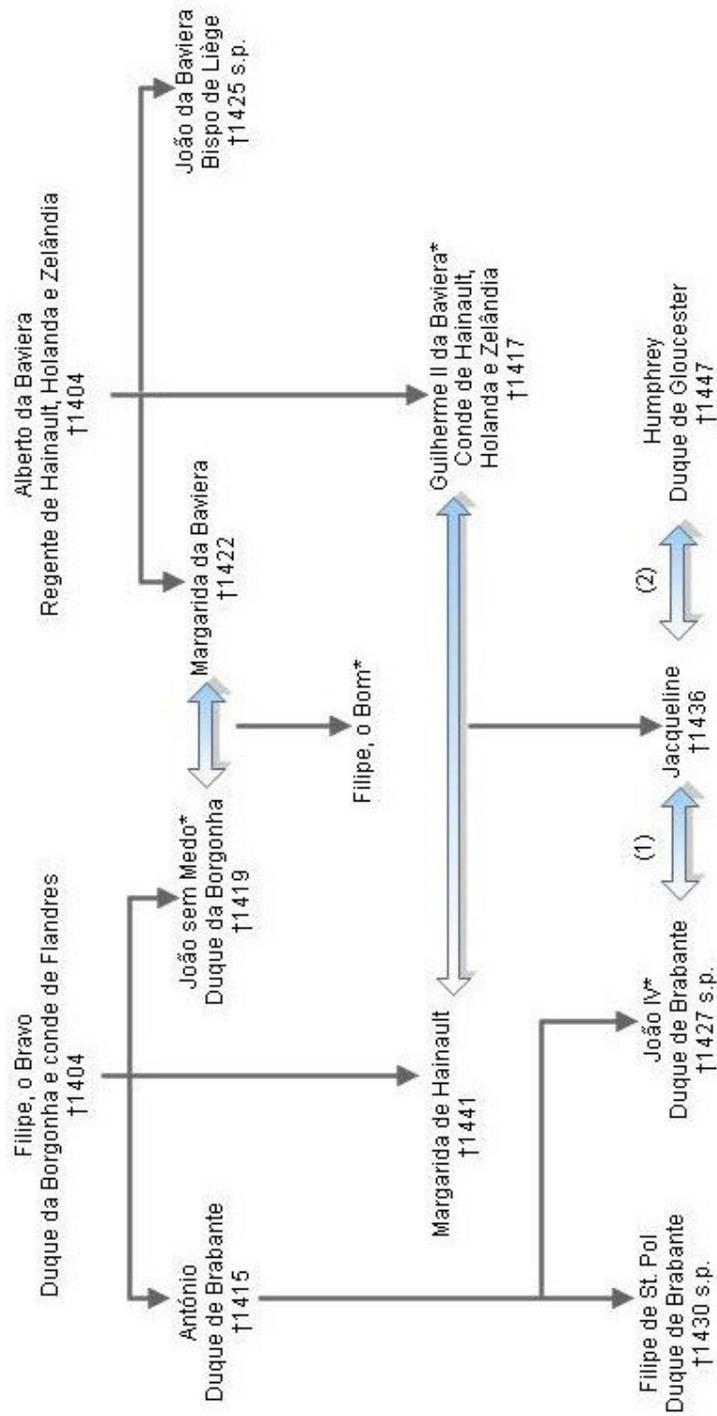
9.2. A sucessão da Borgonha de 1361



9.3. A política matrimonial da casa da Borgonha



9.4. A sucessão de Brabante, Hainaut, Holanda e Zelândia



s.p. = sem prole
 * = filho mais velho

9.5. D. João I e D. Filipa de Lencastre.



Retrato de D. João I
Autor desconhecido. Século XV



D. Filipa de Lencastre
Autor desconhecido. Século XIV-XV

9.6. Isabel de Portugal.



D. Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha.

Rogier van der Weyden. Século XV.

Paul Getty Museum, Los Angeles, California, USA



Escola flamenga – retrato de D. Isabel de Portugal (1397-1472),
século XVI. Musée de l'Hospice Comtesse Lille



LES MEMORIAUX d' Antoine de Succa.
1600 (aprox.)



D. Isabel de Portugal e a sua padroeira, Santa Isabel da Hungria.
Painel de um possível díptico de Petrus Christus, 1457-1460 (aprox.)



D. Isabel de Portugal e Filipe, *o Bom*.

Século XV

Museu de Belas Artes de Gand.



Retrato de D. Isabel de Portugal.

Desenho do século XVII.

Única cópia conhecida de um retrato de Jean van Eyck feito em Portugal

9.7. Filipe, o Bom.



Retrato de Filipe, o Bom
Rogier Van der Weyden. Século XV
Groeningemuseum, Bruges

9.8. Carlos, *o Temerário*.



Retrato de Carlos, *o Temerário*.
Rogier Van der Weyden. 1460.
Gemaldegalerie, Berlin, Germany

9.9. Carlos VII, rei de França.



Retrato de Carlos VII, o Vitorioso.

(Reinado: 21/10/1422 [coroação em 07/1429] - 22/07/1461)



Coroação de Carlos VII em Reims.

9.10. Reis de Inglaterra.



Henrique VI, rei de Inglaterra (1º reinado: 31/08/1422-04/03/1461)
(2º reinado: 31/10/1470-11/04/1471)



Eduardo IV, rei de Inglaterra (1º reinado: 04/03/1461-31/10/1470)
(2º reinado: 11/04/1471-09/04/1483)

9.11. Lista de cavaleiros da Ordem do Tosão de Ouro (1430-1461).

Fonte: BOURASSIN, Emmanuel. *Philippe le Bon, le grand lion des Flandres*. Paris, Editions Tallandier, 1983, p. 391-393.

1430

1. Filipe, *o Bom*, duque da Borgonha, primeiro chefe e soberano da Casa da Borgonha (1396-1467)
2. Guillaume de Vienne, senhor de Saint-Georges (1360-1435).
3. Regnier Pot, senhor de Prugne († 1432)
4. Jehan, senhor de Roubaix (1369-1449)
5. Roland d'Uutkercke, senhor de Hemsrode (†1442)
6. Antoine de Vergy, conde de Dammartin (†1439)
7. David de Brimeu, senhor de Ligny (†1451)
8. Hue de Lannoy, senhor de Santes (1384-1456)
9. Jehan, senhor de Comines (†1442)
10. Antoine de Toulangeon, marechal de Borgonha (†1432)
11. Pierre de Luxemburgo, conde de Saint-Pol (1390-1433)
12. Jehan de Trémoille, senhor de Jonvelle (cerca de 1377-1449)
13. Guilbert de Lannoy, senhor de Villerval (1386-1462)
14. Jehan de Luxemburgo, conde de Ligny (1385-1440)
15. Jehan de Villiers, senhor de l'Isle-Adam (†1439)
16. Antoine, senhor de Croy e conde de Porcéan (1390-1475)
17. Florimond de Brimeu, senhor de Massincourt (†1441)
18. Robert, senhor de Masmines (†1431)
19. Jacques de Brimeu, senhor de Grigny († cerca de 1451)
20. Baudouin de Lannoy, senhor de Molembaix (cerca de 1388-1474)
21. Pierre de Bauffremont, conde de Charny (†1473)
22. Philippe, senhor de Ternant (cerca de 1400-1456)
23. Jehan de Croy, conde de Chimay (1395-1472)
24. Jehan, senhor de Créquy (cerca de 1397-1473)

25. Jehan de Neufchâtel, senhor de Montagu (†1433)

1431. Primeiro capítulo: Lille

26. Frédéric, conde de Meurs (1392-1451)

27. Simon de Lailang, senhor de Santes (cerca de 1405-1476)

1432. Segundo capítulo: Bruges

28. André de Toulonjon (†1432)

29. Jehan de Melun, senhor de Antoing (cerca de 1398-1484)

1433. Terceiro capítulo: Dijon

30. Jacques, senhor de Crèvecoeur (†1436)

31. Jehan de Vergy, senhor de Fouvans (cerca de 1378-1460)

32. Guy de Pontailler, senhor de Tellemé (†1436)

33. Baudot de Noyelles-Wion, senhor de Casteau (†1468)

34. Jean, senhor de Hautbourdin († cerca de 1466)

35. Carlos da Borgonha, conde de Charolais (1433-1477)

36. Ruprecht, conde de Virnenbourg (†1443)

37. Thibaut de Neufchâtel (cerca de 1396-1461)

1435. Quarto capítulo: Bruxelas – Não houve nomeação.

1436. Quinto capítulo: Lille - Não houve nomeação.

1440: Sexto capítulo: Saint-Omer

38. Charles, duque de Orléans e Valois (1391-1465)

39. Jehan, duque da Bretanha e conde de Montfort (1389-1442)

40. Jehan II, duque de Alençon e conde de Perches (1409-1476)

41. Mathieu de Foix, conde de Comminges (1385-1456)

1445. Sétimo capítulo: Gand

42. Afonso V, rei de Aragão e Nápoles (1394-1458)
43. Franck de Borsele, conde de Ostrevant (1394-1473)
44. Renaud II, senhor de Brederode e Vianen (1415-1473)
45. Henry de Borsele, senhor de Vere (1405-1470)
46. Jean IV, senhor de Auxy (cerca de 1396-1474)
47. André, senhor de Humières (cerca de 1403-1460)

1451. Oitavo capítulo: Mons

48. Jehan I, duque de Clèves e conde de la Marck (1419-1481)
49. Jehan de Guevara, conde de Ariano (†1456)
50. Pedro de Cardona, conde de Colisano († cerca de 1451)
51. Jehan, senhor de Lannoy (1410-1493)
52. Jacques de Lailang, senhor de Bugnicourt (1421-1453)
53. Jehan de Neufchâtel, senhor de Montagu

1456. Nono capítulo: La Haye

54. Glosia I Acquaviva, conde de Terrano (†1462)
55. Jehan de Borgonha, duque de Nevers (1415-1491)
56. Antoine, bastardo de Borgonha (1422-1504)
57. Adolphe de Clèves e de Marck, senhor de Ravenstein (1425-1492)
58. João de Portugal, duque de Coimbra (1433-1457)¹⁸⁷

1461. Décimo capítulo: Saint-Omer

59. João II, rei de Aragão e Navarra (1397-1479)
60. Adolphe le Jeune, duque de Gueldre, conde de Zutphen (1438-1477)
61. Thibault de Neufchâtel, marechal da Borgonha (1413-1469)
62. Philippe Pot, senhor de La Roche de Nolay (†1494)

¹⁸⁷ No século XVI foram membros do Tosão de Ouro os reis de Portugal D. Manuel I e D. João III. Caetano de Sousa. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. II, p. 136

63. Louis de Bruges, senhor de Gruuthuse (cerca de 1422-1492)
64. Guy, senhor de Roye (†1463)

9.12. Cronologia da acção política de D. Isabel (1430-1471)

- Durante toda a sua vida como duquesa, Isabel teve grande envolvimento nos assuntos financeiros, ocupando-se da concessão e confisco de empréstimos, recebimentos, etc. Estas informações não são possíveis de elencar nesta cronologia – devido ao seu grande número.
- Possivelmente muitas outras embaixadas e cartas diplomáticas foram enviadas por Isabel. Todavia, quando se procura trabalhar com história diplomática, existe um grande obstáculo, pois como pode ser observado, muitas vezes nos deparamos com *assuntos secretos*, ou seja, certamente existem intervenções que não são documentadas ou pouco descritas.
- É importante enfatizar que nesta cronologia estão apenas as datas citadas nesta dissertação. Portanto, acções internas na corte, no meio eclesiástico e artístico não são mencionadas.

1430 - Atesta a nomeação de um antigo servidor de Filipe II da Borgonha, Jean de Pernes, para conselheiro real.

1432, Janeiro - Recebe autoridade para governar os Países Baixos.

1433 - Intervém em um pedido de reembolso de valores aos duques de Brabante, na administração de contas de Lille.

1433 - É responsável pelo processo de Gilles de Potelle.

1433 - Com a partida do duque para a guerra, torna-se a responsável pelo governo da Borgonha, tanto nas questões financeiras, como também nas militares.

1434, Março - Convoca os *châtelains du bailliage*, para que se reúnam, sob o comando do cavaleiro do Tosão-de-Ouro, Jean de Vergy.

1434, Abril - Recebe o poder para governar.

1434, Outubro - Permanece com as funções de convocar os homens de armas e de fornecimento às tropas.

1432/1435 – Acordos de paz entre Inglaterra, França, Borgonha. Isabel toma parte nas negociações com os ingleses conduzindo as entrevistas, primeiramente com o cardeal Albergati e posteriormente com o Bispo de Winchester (Tratado de Arras, 1435).

1436, Agosto – É enviada a Gand, para que tentasse reunir as forças dos cidadãos na luta contra os ingleses.

1436 - Com a ausência do duque, devido a guerra contra Inglaterra, Isabel trata, além dos assuntos civis, da obtenção de moedas para o pagamento das tropas e da mobilização militar, convocando as forças da nobreza. Em 27 de Julho (cerco de Calais), foram enviadas cem cartas por Isabel para os nobres da Borgonha. Por fim, foi responsável por convocar o almirante Jean de Hornes ordenando-lhe para que iniciasse o ataque por mar e realizou o adiantamento em moeda, utilizada para o pagamento das tropas, com fundos pessoais.

1436/1439 - Conflitos com Aragão. A duquesa exige à autoridade de Barcelona a liberação de um capitão e a restituição de bens dos mercadores flamengos.

1437 - Sela o acordo de paz com os revoltosos da Flandres.

1437-1444 - Teve importante papel no restabelecimento das contas ducais.

1438 – Isabel, com delegação de poderes dos Quatro Membros da Flandres, envia à Inglaterra Sanche de Lailang, para que avistasse o cardeal Beaufort, com o fim de restabelecer o comércio com Inglaterra.

1438 - Carta de franquia na qual a duquesa afirmou que mantinha partido pelos portugueses no caso de conflito com as outras nações mercantes.

1438-1439 - Exige ao duque a construção de um frota em Brabante com o objectivo não apenas cruzadista, mas de liberação de seu irmão mais novo, D. Fernando.

1439, Janeiro - Envia à Inglaterra o seu mordomo, Louis de Chantermerle, para tratar de *assuntos secretos*.

1439, Janeiro - Encontra-se com o cardeal Beaufort para tratar dos assuntos de paz com Inglaterra, restabelecimento do comércio e liberação de Charles d'Orléans.

1439, Março – Envia o seu cavaleiro de honra, Guillaume de Lalaing, para tratar das negociações sobre a aliança comercial entre Flandres e Inglaterra. Os esforços da embaixada, somados a habilidade diplomática de Isabel ao dialogar com Beaufort, resultam no restabelecimento temporário – por três anos - do comércio entre Inglaterra, Flandres, Brabante e Malines.

1439, Julho - Conferências de Gravelines na qual D. Isabel é responsável pela convenção estabelecida e foi intermediária do diálogo entre Henrique VI e Carlos VII.

1439 - Apesar do baixo interesse em uma paz geral por parte de França e Inglaterra, a duquesa manteve os esforços no sentido da libertação do duque, enviando para Calais, dois influentes homens: Guillaume Fillastre, Bispo de Verdun, e Robert Le Jeune, governante em Arras. Com isso, manteve-se a política borgonhesa para o apaziguamento dos conflitos anglo-franceses.

1440, Janeiro - É responsável pela prorrogação do acordo comercial com Inglaterra, que será complementada por uma importante trégua.

1440 - Consegue entrar em um acordo para a liberação do duque de Orléans, é responsável pela obtenção dos valores a serem pagos por tal acordo e pela recepção do liberto. Por consequência, a paz com Bruges é alcançada.

1440-1447 - Esteve directamente envolvida com os acordos para a aquisição de Génova.

1441, Abril - Leva à presença de Carlos e do delfim, três réus confessos (participantes do episódio dos *écorcheurs*), queixas atribuídas aos homens ao soldo do rei, reclamações pela não execução do tratado de Arras e propostas, estas realizadas por

Carlos de Orleães. Todos os detalhes explicitados em 500 páginas apresentadas ao soberano de França (conferência de Laon).

1441- A duquesa recebe o poder para governar durante a marcha do duque às fronteiras de seu território.

1441/1442 - Isabel é inteiramente responsável pelo acordo de concessão do Luxemburgo, tornando o senhor da Borgonha governador destas terras.

1441-1448 - Sublevações em Holanda e conflitos entre *Cabillaus e Hameçons* em Holanda e Zelândia. Nos anos iniciais, Isabel esteve envolvida de forma moderada nos conflitos. Em 1442, Isabel declara Amsterdão como rebelde, ordenando o confisco dos bens de todos os seus habitantes. De Setembro de 1444 a Fevereiro de 1445, a duquesa se estabelece em La Haye, para tratar dos acordos de paz nesta região.

1443 - No conflito de Filipe com Anne, esposa de Guillaume, duque de Saxe, por Luxemburgo, a duquesa foi responsável por auxiliar a preparação da expedição militar, por escrever um apelo às armas aos senhores da Borgonha e pela arrecadação dos fundos para a manutenção do conflito.

1443, Abril - Isabel consegue, de forma perpétua, restabelecer a paz com Inglaterra, devolver o comércio ao mar do norte e pôr um fim nos conflitos por terra contra Henrique VI.

1443 - Isabel consegue que Filipe suspenda a apreensão dos bens de mercadores catalães em Bruges durante os conflitos com Aragão.

1445 - É chamada para desempenhar o papel de reconciliadora entre Borgonha e França. Primeiramente, em Abril, a duquesa encontra-se com uma embaixada de Carlos em Reims, para uma análise e discussão dos problemas. Em seguida, parte para Châlons,

onde as negociações ocorrem inicialmente com o delfim e em seguida, em 29 de Maio, com Carlos. Uma série de concessões e vantagens é adquirida¹⁸⁸.

1445 - É assinada uma trégua com os cidadãos do porto de Dieppe.

1445 - Nomeia Pierre Bladelin tesoureiro e governador geral das finanças.

1445 - Sugere métodos de contenção de despesas na corte e propõe desde a redistribuição dos oficiais régios palacianos à reformulação da guarda.

1446/1448/1451 - É possível observar acções na duquesa na área financeira. E foi responsável, em 1451, pelo confisco dos bens pertencentes aos rebeldes de Gand.

1446, Março - Filipe concede o poder a Isabel, para que esta decidisse tudo quanto fosse necessário para resolver as reparações dos alvos de pirataria no mar do norte.

1446, Maio - Recebe mais uma delegação de poder, com o objectivo de tratar da cessação da guerra concluída com Inglaterra em 1443.

1447-1459 - Aparece como principal interlocutora no que diz respeito aos actos criminosos no mar.

1447 - Henrique VI envia uma carta a Isabel, solicitando a anulação de uma ordem de proibição aos panos ingleses.

1449 - Envia seu intendente, Jean le Canu, para tratar da liberação de navios e mercadorias pertencentes a Flandres, Holanda e Zelândia.

1449 - Recebe os filhos exilados de D. Pedro, duque de Coimbra.

1450 - D. Isabel procurou examinar o impacto da exclusão dos impostos sobre os mercadores aragoneses na economia borgonhesa.

¹⁸⁸ Ver: capítulo 4.5. As negociações com Carlos VII e as conferências de Châlons.

1451 - Recebe embaixadores de Afonso V e solicita, através deles, ao rei de Aragão, que intervenha a favor de seu sobrinho, João de Portugal, frente ao Papa.

1452 - Matrimónio de Leonor de Portugal com o Imperador da Alemanha. Isabel posicionou-se e influenciou para que este casamento ocorresse.

1452 - Envia uma embaixada à Inglaterra para tratar do prolongamento da trégua.

1452 - Envia Henriët van Hove para tratar de uma missão sobre os danos causados pelos ingleses

1453 - Manda João Crolho, servidor de João de Coimbra, à Inglaterra, para que entregue cartas sobre a preparação de uma convenção em Gravelines, presidida pela própria Isabel, entre os dias 13 e 21 de Abril.

1454/1455 - Com a ausência de Filipe e Carlos, Isabel recebe o poder para governar.

1455, Dezembro - Filipe solicita a Isabel que resolva um problema em Bruges.

1456 - Envia Yvon d'Esqueyre em missão a Inglaterra.

1456, Outubro - A duquesa recebe em Bruxelas o delfim fugitivo de França, Luís.

1456 - Exige às autoridades de Barcelona que os portugueses de um baleeiro do duque, preso pelos barceloneses, fossem libertos e ressarcidos.

1457 - Este ano foi marcado pela grande persistência em negociar com Inglaterra.

1458 - Envia uma nova embaixada a Inglaterra e trata com embaixadores ingleses, em Outubro e Novembro, em Mons, um novo acordo comercial, que beneficia os mercadores flamengos.

1463 - Consegue beneficiar os portugueses obtendo-lhes uma redução da taxa imposta pela compra do vinho quando este fosse para consumo pessoal.

1467 - Encerra a sua vida diplomática com os acordos de 1467, na análise de condições para o casamento entre seu filho, Carlos, e Margarida de York.